

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TIAGO DA SILVA JACAÚNA

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS COMUNS

**CONFLITOS SOCIAIS, AÇÃO COMUNICATIVA E CULTURA POLÍTICA NO USO
DOS RECURSOS PESQUEIROS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

**MANAUS – AM
2009**

TIAGO DA SILVA JACAÚNA

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS COMUNS

**CONFLITOS SOCIAIS, AÇÃO COMUNICATIVA E CULTURA POLÍTICA NO USO
DOS RECURSOS PESQUEIROS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Amazonas como
requisito para obtenção de título de Mestre
em Sociologia.**

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos
Witkoski**

**MANAUS – AM
2009**

TIAGO DA SILVA JACAÚNA

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS COMUNS

**CONFLITOS SOCIAIS, AÇÃO COMUNICATIVA E CULTURA POLÍTICA NO USO
DOS RECURSOS PESQUEIROS NA AMAZÔNIA CENTRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Henrique dos Santos Pereira
Universidade Federal do Amazonas

*À minha amada família:
Meu pai Anildo Melo Jacuína
Minha mãe Valdilene da Silva Jacuína
Meu irmão Igor da Silva Jacuína.*

AGRADECIMENTOS

Durante essa caminhada muitos foram os que contribuíram para a concretização deste estudo. Começo pela minha sempre presente família na figura de meus pais e meu irmão que nunca deixaram faltar-me nada e deram-me a tranquilidade e o amor necessários.

Os amigos e companheiros de estudo, lazer e confidências de igual modo “aparecem” nos parágrafos desta dissertação. Nos momentos de inquietude, eles foram essenciais para o restabelecimento e continuação do trabalho.

Não obstante nada disso poderia ser realizado sem as prestimosas orientações dos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial as do amigo e orientador Antônio Carlos Witkoski que, desde a graduação em Ciências Sociais, me auxilia nas reflexões e no direcionamento dos meus estudos.

Financeiramente, não posso deixar de agradecer à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão da bolsa que me possibilitou a devida dedicação para a construção deste trabalho. O projeto “Bases para a Sustentabilidade da Pesca na Amazônia” financiado pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) igualmente foi de suma importância para a realização da pesquisa de campo fruto das reflexões desta pesquisa, pois foi integrando as excursões dos pesquisadores deste projeto que pude, com frequência, visitar os grupos sociais estudados.

Neste ínterim, agradeço, também, aos homens e mulheres habitantes da área do Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira do município de Manacapuru – AM, que aceitaram participar desta pesquisa, dando as informações necessárias para o término deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação se debruça no universo da atividade pesqueira na Amazônia Central. Foram estudadas as relações de conflito e de ação coletiva no uso dos recursos pesqueiros em três localidades rurais pertencentes ao município de Manacapuru no estado do Amazonas. Para isto, não foram perdidos de vista a descrição e interpretação dos aspectos socioculturais que envolvem a vida dos grupos sociais habitantes das zonas rurais da Amazônia e o significado simbólico e material que os recursos da ictiofauna representam na vida destes sujeitos. A pesquisa identificou que, em razão do processo de intensificação da pesca comercial na Amazônia, surgiram tipos sociais de pescadores que possuem *habitus* antagônicos e atuam de maneira singular sobre os recursos pesqueiros, originando tensões sociais e litígios. Concomitantemente, alguns grupos sociais de pescadores se organizaram no intuito de controlar o uso e os usuários dos recursos haliêuticos, demonstrando que não seguem uma lógica individualista e descomprometida com a natureza. Todavia a dinâmica dos conflitos e da ação coletiva demonstra que os dilemas enfrentados pelos pescadores não devem ser entendidos como maniqueísmos, pois os usuários apresentam interesses, racionalidades e necessidades que influenciam as suas formas de apropriação e controle do uso dos recursos pesqueiros.

Palavras-chave: Pesca, Conflitos Sociais, Ação Coletiva

ABSTRACT

This dissertation focuses mainly on the universe of the fishing activity in the Central Amazonia. The conflict and collective action in the use of the fishing resources were studied in three rural places belonging to the municipal district of Manacapuru in the State of Amazonas. In order to accomplish it, the description and interpretation of the socio-cultural aspects, which involve the life of the social groups that inhabit the rural areas of the Amazonia, and the symbolic and material meaning that the resources of the ichthyofauna represent in the life of these individuals were not left aside. The research identified that, in reason of the intensification process of the commercial fishing in the Amazonia, social types of fishermen who possess antagonistic *habitus* and act in a singular way on the fishing resources appeared originating social tensions and litigations. Concomitantly, some social groups of fishermen organized themselves for the purpose of controlling the use and the users of the fishery resources, demonstrating that they do not follow an individualistic and non-committed logic with the nature. However, the dynamics of the conflicts and of the collective action demonstrates that the dilemmas faced by the fishermen should not be understood as manichaeisms, since the users present interests, rationalities and needs that influence in their appropriation forms and control of the use of the fishing resources.

Key-words: Fishing, Social Conflicts, Collective Action

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Terminal Pesqueiro de Manacapuru.....	40
Figura 2	Beneficiamento pré-industrial da piracatinga (<i>Calophysu macropterus</i>)....	41
Figura 3	Localização do rio Manacapuru e do lago Grande.....	43
Figura 4	Mapa da área de estudo, contendo as unidades sociais envolvidas.....	45
Figura 5	Localidades com respectivas unidades sociais pesquisadas.....	47
Figura 6	Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Cajazeira.....	47
Figura 7	Comunidade Santo Antônio, Jaiteua de Baixo.....	48
Figura 8	Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	49
Figura 9	Comunidade Assembléia de Deus Tradicional.....	50
Figura 10	Comunidade Assembléia de Deus.....	51
Figura 11	Comunidade Santa Izabel.....	51
Figura 12	Moradia das populações locais.....	52
Figura 13	Flutuante.....	53
Figura 14	Estações climáticas e fluviais em áreas de várzea na Amazônia Central....	56
Figura 15	O anigal.....	57
Figura 16	Cacaiais.....	58
Figura 17	Restinga alta ou igapó.....	58
Figura 18	Chavascal.....	59
Figura 19	Paraná do Anamá.....	61
Figura 20	Pescador comercial cidadão.....	67
Figura 21	Intensidade das práticas de pesca nas localidades.....	70
Figura 22	Conflitos de pesca.....	97
Figura 23	Utensílios mais utilizados para pesca comercial e subsistência.....	102
Figura 24	Localidade Jaiteua de Cima na época da seca.....	103
Figura 25	Uso dos ambientes por período hidrológico.....	103
Figura 26	Placa evidenciando a desaprovação de alguns moradores pela pesca comercial.....	112
Figura 27	Participação/reunião para tratar de assuntos atinentes à pesca.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipos sociais de pescadores, grau de relação com o mercado e organização da produção da pesca na área de estudo.....	71
Quadro 2	Síntese dos conflitos de pesca na área de estudo.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA	18
1.1 A pesca antes e durante a colonização europeia na Amazônia.....	18
1.2 A Ditadura e a pesca na Amazônia	24
1.3 A emergência dos conflitos sociais.....	32
1.4 A gestão dos recursos pesqueiros.....	33
1.5 O processo de descentralização da gestão dos recursos pesqueiros.....	35
1.6 A atividade pesqueira em Manacapuru – AM	38
CAPÍTULO II: OS PESCADORES E SEU MUNDO SOCIOAMBIENTAL	42
2.1 O primeiro contato.....	42
2.2 A área de estudo: caracterização das unidades sociais.....	46
2.2.1 Localidade Cajazeira.....	47
2.2.2 Localidade Jaiteua de Baixo.....	48
2.2.3 Localidade Jaiteua de Cima.....	49
2.3 As moradias.....	51
2.4 A área de várzea.....	53
2.5 Tipos sociais de pescadores.....	61
2.5.1 Pescadores de subsistência.....	63
2.5.2 Pescadores comerciais citadinos.....	65
2.5.3 Pescadores comerciais locais.....	67
2.6 As formas de organização da produção.....	69
CAPÍTULO III: OS CONFLITOS SOCIAIS	74
3.1 A sociologia dos conflitos sociais: os pensadores clássicos.....	74
3.1.1 Karl Marx.....	74
3.1.2 Max Weber.....	79
3.1.3 Émile Durkheim.....	86
3.2 As relações de poder na área de estudo.....	91
3.3 Os conflitos sociais de pesca na Amazônia Central.....	97
3.3.1 Pescadores de subsistência x pescadores comerciais citadinos.....	100
3.3.2 Pescadores de subsistência x pescadores comerciais locais.....	108
3.3.3 Pescadores x fazendeiros.....	112
CAPÍTULO IV: A RESSIGNIFICAÇÃO DOS COMUNS: Ação comunicativa e cultura política	117
4.1 Teorias da ação coletiva.....	117
4.2 A resignificação dos comuns: esfera pública e cultura política na gestão dos recursos pesqueiros.....	123
4.2.1 Esfera pública e Sociedade Civil.....	124
4.2.2 Cultura política e capital social.....	129

4.3	Iniciativas locais: a ação comunicativa para o acordo de pesca.....	133
4.4	O direito como mediador entre o mundo da vida e o sistema político-econômico	139
4.5	Potencialidades e fragilidades da co-gestão dos recursos pesqueiros.....	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICE.....	161

*Não tenho caminho novo.
O que tenho de novo é o jeito de caminhar.*
Thiago de Mello

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira na Amazônia envolve um conjunto de elementos sociais, culturais, políticos e econômicos. Diversos sujeitos sociais estão diretamente inseridos no universo da atividade na região. Entre eles, estão os pescadores que habitam as áreas rurais, os intermediadores que são responsáveis pela mediação pescador/mercado, os comerciantes e os consumidores para não tornar a relação demasiada extensa.

Neste estudo, procurou-se analisar o campo social da pesca, isto é, a dinâmica dos conflitos sociais e a ação coletiva, ou seja, os mecanismos originais de gestão do uso dos recursos pesqueiros, numa área específica da Amazônia Central, as localidades Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira, áreas rurais do município de Manacapuru no estado do Amazonas. Para isto, não se perderam de vista a descrição e a interpretação dos aspectos socioculturais que envolvem a vida dos grupos sociais que habitam as zonas rurais da Amazônia, o significado simbólico e material que os recursos da ictiofauna representam na vida destes sujeitos.

A atividade da pesca na Amazônia é secular. Desde o período pré-colonial, os recursos pesqueiros assumem significativa importância para a manutenção social e cultural das populações que nela habitam. Assim, compreender os aspectos sociais e culturais da atividade pesqueira é mergulhar num universo de extrema relevância social, cultural e econômica para os grupos sociais das áreas rurais da região, principalmente daqueles residentes em áreas de várzea.

Por esta forma, os recursos da ictiofauna são utilizados tanto para fins comerciais quanto para a própria subsistência de grande parcela das populações habitantes das zonas rurais da região. Além do montante que é comercializado, uma parcela expressiva serve de fonte proteica para as populações rurais, demonstrando, dessa forma, que esses grupos sociais da Amazônia mantêm uma relação estreita com os recursos ictiofaunísticos.

Sem embargo, um conjunto de fatores históricos corroborou para que nos últimos tempos os estoques pesqueiros decrescessem nos ambientes aquáticos da região tornando penosa a vida dos que necessitam diretamente do recurso. Um dos primeiros motivos foram as crises da borracha (1914) e, em seguida, da juta e malva (1960). Juntas as economias em tornos desses recursos da floresta representaram fonte de renda para grandes contingentes humanos na Amazônia, atraindo pessoas de outras regiões brasileiras para o trabalho na região, como foi o caso dos seringueiros que aqui se fizeram, vindos do Nordeste, impulsionados pela grande seca ocorrida nesta região durante este período. Com a falência

destas culturas, muitos dos trabalhadores empregados nestas atividades foram obrigados a se especializarem na comercialização dos recursos haliêuticos, aumentando o esforço de pesca.

Outro motivo ocorreu a partir da década de 1960 em diante. A partir daí, aumenta-se e intensifica-se a pesca comercial na região, comprometendo, ainda mais, os estoques ictiofaunísticos nos seus ambientes aquáticos. Esse período foi representado pelo desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, quando grandes empresas do setor pesqueiro, com incentivos do governo federal, instalaram-se na Amazônia inserindo novas tecnologias, como os apetrechos de pesca fabricados com linhas sintéticas (nylon), que se popularizam entre os pescadores, acarretando um maior esforço de pesca, e do isopor como isolante térmico, permitindo um maior tempo de conservação do pescado capturado e possibilitando que o raio de atuação das frotas pesqueiras se ampliasse. Além disso, foi na década de 1960 que o governo federal criou a Zona Franca de Manaus (ZFM) atraindo para a capital do estado do Amazonas um grande contingente populacional, contribuindo para o aumento da demanda por pescado, exigindo, dessa forma, a ampliação da oferta de peixe e consequente intensificação da pesca comercial. Assim, muitos pescadores que outrora só pescavam para o autoabastecimento, passaram a viver exclusivamente da pesca, servindo de força de trabalho para as grandes empresas do setor e aumentando o esforço de pesca por toda a região.

Com efeito, nos últimos anos, são perceptíveis os decréscimos nos estoques ictiofaunísticos nos rios e na mesa das populações amazônicas, e isso se dá “em virtude do [...] atual esforço de pesca e da ausência de providências que possam proteger a época de reprodução” (FALABELA, 1985, p.54).

O problema do controle do uso dos recursos pesqueiros também é muito discutido entre gestores e estudiosos. Como exemplo, Ruffino (2005) afirma que o problema do Estado está em centralizar a disciplinarização e fiscalização do uso dos recursos pesqueiros e dos outros recursos naturais nas mãos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis (IBAMA), seu órgão gestor. Segundo o autor, o órgão não dispõe de recursos humanos e financeiros para suprir a necessidade deste gigantesco território que é a Amazônia.

Deste modo, em razão da queda da produtividade pesqueira, do aumento da demanda por pescado, do crescimento da pesca comercial e da ineficiência do Estado no combate à sobrepesca, surgiram, na região, conflitos sociais entre os diversos usuários dos recursos pesqueiros. Os principais conflitos são entre pescadores locais (pescadores de subsistência) e pescadores “de fora” (pescadores comerciais citadinos), entre pescadores de toda ordem e

proprietários de terra (entenda-se fazendeiros) e entre os próprios moradores locais (pescadores de subsistência e pescadores comerciais locais) (BATISTA et al, 2004; RUFFINO, 2005; FURTADO, 1993).

Na área de estudo, os conflitos de pesca também se processam de maneira semelhante. No decorrer deste trabalho, serão explicitados os seguintes conflitos: pescadores de subsistência (estabelecidos) x pescadores comerciais citadinos (*outsiders*); pescadores de subsistência x pescadores comerciais locais e pescadores x fazendeiros. As relações de conflitos serão explicadas do ponto de vista sociológico recorrendo à ideia de campo social e *habitus* em Bourdieu, a ideia de conflito como sociação em Simmel e conflito como concorrência em Weber. Utilizam-se também categorias marxistas como valor-de-uso e valor-de-troca para explicar como os diversos pescadores percebem os recursos haliêuticos.

Dessa forma, a compreensão dos conflitos de pesca se faz necessária na medida em que se configuram como um problema social contemporâneo e fortemente presente na região amazônica com grandes implicações na vida das populações locais e que giram em torno de disputas por um recurso que faz parte da dieta de toda amazônida que habita a área de várzea. Além disso, está relacionado tanto a fatores internos da dinâmica social própria de cada lugar quanto a fatores externos e macros como a inserção do capitalismo na região transformando as forças produtivas e as relações de produção no setor pesqueiro. Contudo, a sociologia precisa se interar dessas questões e lançar mão de suas ferramentas de análise, procurando dar mais inteligibilidade a esse problema social. Como diria Simmel (1983. p. 125) “o conflito tanto nos impressiona com sua força socialmente destrutiva quanto como um fato aparentemente incontestável”.

Em decorrência dos conflitos, os problemas relativos ao controle ao uso e aos usuários dos recursos pesqueiros, outrossim, agravam-se. Em razão disto, alguns grupos sociais que habitam a região vêm se organizando no sentido de coibir a pesca comercial nos ambientes aquáticos próximos às suas moradias, demonstrando que essas populações não seguem a lógica do individualismo econômico presente na teoria da *Tragedy of commons* (Hardin, 1968). Para o autor, os indivíduos, vivendo em grupo, tendem a maximizar sua produção continuamente, porém essa é a atitude que todos tomam, representando, assim, a “tragédia dos comuns”, pois o aumento contínuo da produção resultará em uma queda brusca da produtividade e a consequente exaustão dos recursos naturais explorados. Por esta forma, os indivíduos não teriam a capacidade de controlar sua produção e conter a sobre-exploração dos recursos naturais, sendo necessário a sua privatização ou estatização. Porém, apesar de essa

concepção ter sido muito difundida e aceita por muitos cientistas, estudos empíricos vem comprovando o contrário.

Através do estudo realizado nas localidades Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira, foi possível perceber que existem grupos sociais que possuem capital social organizativo, uma cultura política participativa e agem no intuito do entendimento. Essa tendência foi visualizada em Jaiteua de Cima, onde o grupo formado pelos pescadores de subsistência construiu um acordo de pesca para controlar o uso e os usuários dos recursos pesqueiros durante o período de seca do ciclo hidrológico. Ainda assim, muitos grupos não demonstram iniciativa organizativa, como é o caso dos pescadores das localidades Jaiteua de Baixo e Cajazeira. Os motivos para o não interesse organizativo estar relacionado ao próprio ganho econômico no recurso ou a dificuldades advindas das relações de parentesco.

Outro problema é que nem todos os grupos sociais que dependem da pesca para sobreviver; como os pescadores comerciais aceitam as regras impostas pelos moradores que procuram inibir a pesca comercial, ocasionando conflitos sociais entre esses sujeitos, necessitando ser minimizados ou controlados no sentido de se criar um processo de gestão ambiental mais democrático, onde as populações locais possam ser corresponsáveis na gestão dos recursos pesqueiros, podendo estabelecer uma ação comunicativa entre os diversos usuários do recurso. Iniciativas neste sentido vêm sendo criadas no interior do IBAMA, a principal delas foi a institucionalização dos acordos de pesca a partir de 2002 que concede legitimidade jurídica aos grupos sociais organizados.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a atividade da pesca, os conflitos sociais entre os pescadores, e a gestão do uso dos recursos pesqueiros na localidade Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeiras, Manacapuru – AM, e como objetivos específicos: compreender os motivos históricos do surgimento dos conflitos de pesca; identificar e caracterizar os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos; e investigar as iniciativas locais para assegurar o uso sustentável dos recursos ictiofaunísticos.

Para atingir esses objetivos, foi adotado o caminho etnográfico que constituiu em uma descrição e interpretação minuciosa da cultura dos sujeitos em estudo, onde se privilegiou o significado simbólico da vida diária, ou seja, os aspectos políticos e socioculturais que permeiam a vida coletiva (OLIVEIRA, 1996). Dessa forma, com a etnografia se procurou compreender os fenômenos sociais do ponto de vista do “outro”, engendrado a partir do encontro de intersubjetividades na pesquisa de campo (GEERTZ, 1997). Assim, a etnografia que pressupõe o convívio direto, contínuo e durável com os sujeitos estudados, propiciou um conhecimento *in loco* da cultura observada. Essa relação de proximidade entre pesquisador e

pesquisado foi de fundamental importância para a elaboração de um conhecimento real e integrado dos aspectos socioculturais dos grupos sociais em estudo, pois permitiu que o pesquisador compreendesse essa “nova cultura” e com ela se socializasse.

Uma outra abordagem metodológica utilizada foi a da ecologia política, que permitiu, entre outras coisas, fazer a conexão entre as ciências sociais e naturais, procurando incorporar na análise dos conflitos socioambientais tanto a dimensão social quanto a natural (LITTLE, 2004). A ecologia política é uma abordagem sobre conflitos socioambientais que vem se consolidando nas últimas duas décadas e propicia um diálogo entre as ciências sociais e as ciências naturais, pois visualiza um relacionamento dinâmico e interdependente entre as realidades natural e social. Uma importante ferramenta da ecologia política é a noção de “simetria epistemológica”, que permite a compreensão de causalidades tanto naturais quanto sociais e, por isso, possibilita ao pesquisador identificar as realidades socioambientais que se configuram a partir das interações entre essas duas dimensões. O uso da macro-análise para contextualizar os conflitos dentro de um marco maior – como a inserção do capitalismo na Amazônia no caso deste estudo – também é ensinado pela metodologia da ecologia política (LITTLE, 2004).

O conjunto dos procedimentos e técnicas para coleta dos dados foi pautado no emprego de diário de campo, da observação participante e de entrevistas semiestruturadas¹, ou seja, a construção de uma cadeia de evidências e o estabelecimento da base de dados.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas às famílias – pescadores ou pescadoras adultos (novos e/ou idosos) e jovens acima de 18 anos – buscando identificar os diversos aspectos da cadeia produtiva da pesca em níveis específicos de transações, as características demográficas e infraestruturais das unidades sociais e aspectos sociais, políticos e econômicos da pesca .

O diário de campo e a observação participante foram os meios que possibilitaram as informações necessárias para compreender, “do ponto de vista dos nativos”, as relações de conflito no local, através dessas técnicas de apreensão da realidade foi possível compreender as relações de poder e o modo de vida que caracteriza cada tipo social de pesquisador.

Entrevistas sem roteiro previamente definido foram feitas com os chefes de famílias e as pessoas mais antigas das unidades sociais para se ter conhecimento das histórias de vida

¹ A entrevista semiestruturada de acordo com Minayo (2002) articula as entrevistas estruturadas ou fechadas (que são aquelas mais ou menos dirigidas procurando evidenciar os fatos mais objetivos e/ou quantitativos) e as entrevistas não estruturadas ou abertas (que são aquelas onde o informante aborda livremente o tema proposto, procurando evidenciar os dados subjetivos e/ou qualitativos). Assim a entrevista semiestruturada enquanto técnica de pesquisa nos possibilita apreender dados objetivos da realidade tais como: idade dos indivíduos, número de filhos, profissão, etc; e dados subjetivos que estão relacionados a valores, atitudes, opiniões etc.

das famílias, de suas especificidades socioambientais e de suas principais necessidades socioeconômicas – relacionando o passado com o presente.

O método de exposição deste estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “O desenvolvimento da atividade pesqueira na Amazônia” num ponto de vista diacrônico e cronológico mostra-se a importância da atividade pesqueira para os primeiros habitantes da região e os impactos ocorridos a partir de diversas políticas e mudanças socioeconômicas, até se chegar ao momento em que ela torna-se um problema ambiental e social.

No segundo capítulo “Os pescadores e seu mundo socioambiental”, mergulha-se no interior da área de estudo, assim, é apresentado o espaço físico no qual estão inseridos os grupos sociais estudados, as características sociais de cada lugar, a dinâmica ambiental e a identificação dos diversos tipos sociais de pescadores, com suas diversas maneiras de perceber os recursos haliêuticos.

No terceiro capítulo “Os conflitos sociais” apresenta-se primeiramente como a sociologia clássica interpreta o fenômeno dos conflitos sociais, em seguida, analisam-se as relações de poder. A partir disso, expõem-se os conflitos sociais entre os pescadores, demonstrando as relações de conflito, a dinâmica própria do conflito ou até a ausência dele em cada localidade estudada.

No quarto e último capítulo “A resignificação dos comuns: ação comunicativa e cultura política” aduz-se a respeito das iniciativas locais de gestão do uso dos recursos pesqueiros. Assim, mostra-se como os grupos sociais agem comunicativamente e se organizam por intermédio do capital social e da cultura política, implicando, assim, uma “nova” interpretação dos “comuns” que diverge daquela promulgada por Hardin.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA AMAZÔNIA

Este capítulo aborda, inicialmente, a atividade pesqueira antes da colonização portuguesa na Amazônia, mostrando sua importância para os primeiros habitantes da região, e evidenciando o papel que os recursos da ictiofauna tiveram durante o processo de colonização como “facilitadores” da presença dos portugueses neste lugar do território brasileiro. Em seguida, é apresentado o regime militar como o período em que a produção pesqueira mais foi impactada. Foi durante este período que o setor pesqueiro incorporou o modo capitalista de produção, incentivado pelas políticas do Estado.

Neste ínterim, mostra-se que os problemas relativos a esta mudança nas formas de produzir foram inevitáveis, entre eles, o processo de diminuição nos estoques pesqueiros e os conflitos sociais. Foram inevitáveis, também, os mecanismos criados pelo Estado para solucionar os problemas relativos à pesca, assim, o desenvolvimento das formas de gestão do recurso é igualmente demonstrado. Por último, é apresentado o estado atual da pesca no município de Manacapuru.

1.1 A pesca antes e durante a colonização européia na Amazônia

A atividade da pesca é praticada pelos povos da Amazônia secularmente, permitindo durante anos a manutenção das populações que tradicionalmente habitam a região. Os povos indígenas sempre fizeram da pesca a sua principal atividade de subsistência associando-a a outras atividades extrativas (VERÍSSIMO, 1895; RUFFINO, 2005). Assim, os recursos ictiofaunísticos possuem uma relação estreita com os habitantes autóctones da região, sendo de extrema necessidade para a reprodução social e cultural desses povos.

Dessa forma, os indígenas que habitavam a Amazônia eram, sobretudo, pescadores. Os rios, furos, igarapés e lagos ligados uns aos outros e a rios próximos não se configuravam obstáculos à locomoção e penetração desses homens a floresta, pelo contrário, ofereciam o meio mais fácil, conveniente e propício para suprirem suas necessidades da vida social que, de certo modo, muito limitadas por serem simples e cômodas (VERÍSSIMO, 1895). Nas

palavras do conquistador português Fr. Vicente do Salvador², citado por Veríssimo (1895, p. 7), a vida dos indígenas era da seguinte forma:

arranham apenas as margens, sem penetrar terra adentro, pela espessura áspera da floresta. E quanto à cata da seringa, da copaíba, da andiroba ou da castanha, preciso lhes é penetrá-la, ainda os igarapés, bastantes às suas leves canoas, abrem-lhes caminho cômodo aos recessos habitados por esses vegetais preciosos. E ali mesmo, no seio da mata, não raro dela próprio tira o seu alimento. Não lho dão os frutos que lhe poderia ela oferecer, ou a caça que à sua frecha ou a sua espingarda deparasse, senão ainda o peixe, o peixe especial chamado do mato, criado e vivendo nas lagoas e brejais, na linguagem local chamado igapós, abundantes naquela região d'águas.

A característica ribeirinha (habitantes das beiras dos rios) da população indígena que habitava a região também é constatada pela antropóloga Furtado (1993). Segundo ela, as aldeias dos povos indígenas se distribuíam nas margens dos rios e igarapés habitando ambientes de várzea e terra firme, com modos de vida bastante simples se comparados com outros povos sul-americanos. A constatação da autora é baseada em estudos arqueológicos de alguns autores que se debruçaram em entender a antiguidade dos povos da Amazônia. Assim, atesta que a atividade haliêutica na Amazônia é milenar e tinha como objetivo a subsistência dos grupos humanos, mesmo antes da chegada dos europeus à região.

Importante a ser observado é que o peixe representava para esses povos um recurso extremamente necessário para a manutenção familiar e do grupo social ao qual pertenciam, isto é, os recursos ictiofaunísticos possuíam um “valor-de-uso” e não um “valor-de-troca;” servia para a reprodução social e cultural e não material.

Destarte, o homem amazônico possuía uma forte relação com o meio aquático pois, era através dele que se locomovia pela floresta e frequentemente retirava seus alimentos. A grande quantidade de peixes nos rios e lagos da região fez deles comedores de peixes e pescadores natos. Nas palavras de Veríssimo (1895, p. 9),

[a qualquer momento via-se os indígenas] [...] furtando ao intermitente trabalho, sem ardor, nem pressa feito, o tempo necessário a ir a qualquer água ali perto, e a sabe certa “pegar peixe” ou “mariscar”, consoante a seu dizer. Esse peixe será o seu alimento principal; é o peixe o mantimento com que mais conta.

² O autor não nos dá referência sobre a data nem o nome desse escrito do Fr. Vicente do Salvador.

A facilidade de capturar e a abundância de peixes nos ambientes aquáticos da região concorreram para o estereótipo de preguiçoso dado aos indígenas, pois não precisavam de grande dispêndio de trabalho para adquirir sua alimentação. Veja as observações de La Condamine (1778) citado por Veríssimo (1895, p.99),

a natureza parece ter favorecido a preguiça dos índios e prevenido as suas necessidades; lagos, igapós que a cada passo se encontra as margens do Amazonas, algumas vezes muito para o centro delas, enchem-se de peixes a tôda sorte, no tempo das cheias dos rios, e em baixando as águas aí ficam muito presos como em tanques e reservatórios naturais, onde com a maior facilidade os pegam.

Um aspecto interessante e peculiar nas pescarias dos indígenas eram seus apetrechos de pesca. Constituíam-se de objetos artesanalmente confeccionados, como o arpão, o anzol, o arco e flecha, feitos geralmente com ossos e produtos da floresta como cipós e pedaços de madeira. Dessa forma, esses apetrechos de pesca não ofereciam grandes esforços na captura, possibilitando a manutenção dos estoques pesqueiros.

De acordo com Veríssimo (1895), até o final do século XIX, não havia relatos de uso de malhadeira na região, apetrecho que, segundos os autores (PETRERE, 1978; SMITH, 1979), só veio a ser usado na região a partir da década de 70, do século XX. Porém redes passivas confeccionadas com feixes de fibras de embaúba (*Cecropia spp*) já eram utilizadas pelos índios carajás no rio Araguaia, Pará, durante os séculos XVII e XVIII (BATISTA *et al*, 2004). Entretanto esses apetrechos eram utilizados somente como barreiras ao deslocamento dos peixes que eram capturados manualmente, ao contrário como se faz atualmente, onde o peixe é emaranhado nas malhas das redes (MACHADO, 1947 apud SMITH, 1979). Assim, observa-se que as redes de pesca utilizadas por esses povos não apresentam um grande poderio de pesca como ocorre atualmente com as redes confeccionadas com o nylon.

Segundo Batista *et al* (2004), a tecnologia da pesca sofreu modificações deste o contato com os europeus. Os autores (VERÍSSIMO, 1895; SMITH, 1979; FURTADO, 1981) apontam que as redes de arrastão e a tarrafa só surgiram a partir da interação com os portugueses. Do mesmo modo, os anzóis confeccionados com metal, as azagaias e o espinhel, foram introduzidos pelo colonizador (VERÍSSIMO, 1895; SMITH, 1979; FURTADO, 1981; MELLO, 1985; BATISTA *et al*, 2004).

Assim, é perceptível a importância que os recursos pesqueiros tiveram na consecução das expedições e penetração dos portugueses na região e isso repercutiu em mudanças nas técnicas de captura do pescado com a introdução de novas tecnologias de pesca. Entretanto,

de acordo com Furtado (1993), o encontro ou choque de culturas - entre portugueses e índios - estabeleceu influências mútuas no que corresponde à pesca, pois, tanto os indígenas incorporaram novas técnicas de pesca, quanto os portugueses se valeram das técnicas indígenas para se alimentarem. Nas palavras da autora: “[houve] uma absorção de elementos culturais indígenas, por parte dos portugueses [e] a pesca [...] certamente é um desses elementos que transitaram no percurso aculturativo dos dominadores” (FURTADO, 1993, p. 92).

Para Veríssimo (1895) as expedições portuguesas de conquista da Amazônia só foram possíveis pela abundância de peixes e pela habilidade dos índios em pescá-los. Segundo ele, essas “foram parte nessa obra verdadeiramente admirável da fácil penetração dos portugueses nos sertões amazônicos adentro” (VERÍSSIMO, 1895, p. 90). E continua argumentando: “nem se compreendem como foram possíveis expedições como essa de Pedro Teixeira de Belém ao Peru e vice-versa, com mais de 2 mil pessoas, sem a abundância da caça e principalmente da pesca [...]” (VERÍSSIMO, 1985, p. 91).

Com a instalação e conquista do império português na região o peixe, a partir do século XVI, passou a ser utilizado pela administração da colônia para a alimentação local e para fins comerciais (BATISTA *et al*, 2004), sendo no século XVII utilizado como moeda de pagamento e troca (FURTADO, 1981). Assim, observa-se que, desde o período colonial, já se encontram resquícios de comercialização do pescado na região.

Veríssimo (1895) observou que as pescarias na Amazônia são divididas em grande e pequena pesca, isso é constatado a partir dos movimentos populacionais – ocasionados pela instalação do império português na região – que determinam a quantidade e o valor comercial dos produtos da pesca. Segundo o autor, a grande pesca ocorre quando constituída uma indústria, onde os produtos da mesma têm como objetivo o comércio ou o escambo. A pequena pesca se dá associada à primeira ou individualmente e é destinada à alimentação ou a uma indústria auxiliar de suprimento local.

O produto da grande pesca é o azeite que era feito da gordura do pirarucu (*Arapaima gigas*) e do peixe-boi (*Trichechus manatus*) e dos ovos da tartaruga (*Podocnemis expansa*). Na segunda pesca – a pequena – entraria a pesca de toda espécie de peixe com o fim alimentício, bem como de certas espécies que aparecem nos mercados locais conservados pela salmoura, pelo salgamento ou pela moqueação.

Contudo a “pesca e os produtos da pesca na Amazônia, desde os mais antigos tempos de que temos notícia, não serviam somente à alimentação, senão a usos da economia doméstica e industrial” (VERÍSSIMO, 1895, p. 99).

Com o intuito de controlar a produção de pescado e, a fim de sustentar a fazenda real, as tropas do império e organizar os recursos pesqueiros como moeda de troca, a administração colonial criou os pesqueiros reais, onde os índios trabalhavam para a coroa como pescadores; em 1687 já havia três destes na Amazônia Central (VERÍSSIMO, 1895). Os estados do Amazonas, Pará e Maranhão tiveram pesqueiros reais que foram extintos em 1827 (CAMPOS, 1993 *apud* BATISTA *et al*, 2004).

A organização produtiva desses pesqueiros, segundo Baena³ citado por Veríssimo (1895, p.110), era da seguinte forma: “um feitor, oficial inferior ou subalterno, que vigiava pelos trabalhos, um administrador na cidade e um armazém de venda e um vendedor”. E continua, “dos réditos do mesmo pesqueiro deduzia-se o pagamento dos empregados e o preço do custeio” (BAENA *apud* VERÍSSIMO, 1895, p. 110).

Desta forma, o produto dos pesqueiros reais era destinado a atender os serviços públicos determinados, obras civis e militares, comissões demarcadoras, alimento e pagamento da tropa militar e ainda como propinas e ordenados de funcionários (VERÍSSIMO, 1895). Destarte, constatamos a forte presença dos recursos haliêuticos no processo de conquista e permanência da colônia portuguesa na Amazônia.

Das espécies mais exploradas pelos pesqueiros reais e consumidas na região, destacam-se o peixe-boi (*Trichechus manatus*) e as tartarugas (*Podocnemis expansa*). Nas palavras de Veríssimo (1895, p. 106): “o peixe-boi sofreu desde o princípio caça devastadora e constante. Por muitos, anos ele e a tartaruga parecem ter sido o principal alimento dos portugueses e dos indígenas [...]”. O pirarucu (*Arapaima gigas*) só passou a concorrer com o peixe-boi e a tartaruga a partir do século XVIII (VERÍSSIMO, 1895). Entretanto, de acordo com Batista *et al* (2004), ao final do século XIX, ocorreu um declínio da exploração do peixe-boi, o que favoreceu o aumento da pressão sobre o pirarucu.

Com efeito, os pesqueiros reais são as formas mais antigas que se conhece de organização e exploração em grande escala dos recursos da ictiofauna amazônica. Sobreviveu até o momento em que os índios foram diminuindo em virtude da catequização, das repetidas epidemias de bexigas e sarampos, dos maus-tratos, das perseguições e dos colossais morticínios (VERÍSSIMO, 1895).

De acordo com Ruffino (2005), com a colonização europeia e o extermínio de grande parte dos povos indígenas da região, a área de várzea foi habitada por “caboclos”, que nelas praticavam suas atividades de subsistência e/ou comerciais. A atividade da pesca para essas

³ O autor não informa o ano desse escrito de Baena, apenas o nome da obra que se intitula: *Ensaio Corográfico*, p. 368.

populações funcionavam, a princípio, como atividade complementar e integradas a outras como a agricultura, a criação de pequenos animais e o extrativismo vegetal. É perceptível a herança indígena mantida por essas populações, sobretudo, referente à pesca, que, embora não se reconheçam como indígenas, possuem um modo de vida muito similar aos primeiros habitantes da Amazônia.

Os ambientes aquáticos próximos às moradias dessas populações constituem os principais pesqueiros, onde se pesca com apetrechos tradicionais e artesanais como o anzol (este já confeccionado com metal), o arpão e o arco e flecha (RUFFINO, 2005). O uso de redes e tarrafas atualmente já não é tão raro, muitos grupos sociais que habitam as áreas de várzea da região já fazem uso desses utensílios, principalmente como estratégia para capturar peixes que já não conseguem atingir tamanhos grandes frente ao aumento da pesca comercial, assim, pescar somente com arpão e arco e flecha já se torna mais difícil.

Witkoski (2007) classifica os ambientes aquáticos utilizados por esses grupos sociais de “águas de trabalho”. São divididos em duas grandes unidades: os rios são concebidos como território aquático público; os lagos são compreendidos, quase sempre, como território aquático coletivo. Os lagos são divididos em três subunidades: lagos de procriação (lagos sagrado); lagos de manutenção (para subsistência das famílias); por fim, os lagos livres (destinado à pesca comercial).

Entretanto o modo de vida e trabalho das populações rurais que habitavam e habitam os ambientes de várzea da região, não constituem ameaça à diminuição dos estoques pesqueiros, pois, na maioria das vezes, os utilizam associados a outras atividades e os pescam utilizando apetrechos sem grande poderio pesqueiro.

No fim da década de 1930, a colonização japonesa introduziu o cultivo da juta na região que, juntamente com a borracha, tornaram-se a principal atividade econômica regional, mobilizando grande parte da população rural da Amazônia. Entretanto, com a crise dessas duas culturas – que se deu a partir da metade do século 20 –, a pesca passou a ser a principal atividade produtiva de muitos homens que antes trabalhavam com a juta ou com a borracha, acarretando uma maior pressão nos estoques de peixe (RUFFINO, 2005).

Durante as décadas de 1940 e 1950, aconteceram importantes inovações tecnológicas no setor pesqueiro com a introdução de motores a diesel, e de embarcações equipadas com gelo, o que acarretou uma maior intensificação da pesca na região (MCGRATH, 1993 *apud* BATISTA *et al*, 2004). “Embora estas embarcações apresentassem um sistema de isolamento térmico ineficiente, já permitiam que o raio de ação da frota de Manaus se estendesse do Baixo Madeira ao Baixo Purus” (BITENCOURT, 1951 *apud* BATISTA *et al*, 2004, p. 66).

É importante ser mencionado que, em 1962, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que institucionalizou a atividade pesqueira em todo o país e permitiu consolidar as bases do até então incipiente segmento industrial da pesca (RUFFINO, 2005).

Todavia as transformações que ocorreram durante todos esses anos e períodos acima abordados, não foram tão vitais como as do período em que os governos militares comandaram o país, que em seguida será analisado.

1.2 A Ditadura e a pesca na Amazônia

A região Amazônica, no período anterior aos governos militares, era uma região isolada geografica e economicamente do restante do país. Vigorava na região uma economia com base no extrativismo, onde as relações capitalistas de produção ainda não se faziam fortemente presentes. Com o golpe de 1964 e a política econômica dos governos militares para a Amazônia – a chamada “Operação Amazônia” –, transformou-se significativamente a vida econômica, política e cultural da região. As ações implementadas pelos governos da ditadura incluíam a construção de vias de comunicação, criação e urbanização de rodovias federais e uma série de incentivos fiscais e linhas de créditos para atrair capitais nacionais e internacionais para a região (KITAMURA, 1994 *apud* RUFFINO, 2005).

Segundo Ianni (1986), o que ocorreu na Amazônia durante os governos militares, sobretudo entre os períodos de 1964-78 foi o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Nas atividades econômicas da região, como o extrativismo, agricultura e pecuária, o capitalismo se impregnou modificando as relações de produção e as forças produtivas. Porém isso não significa que antes de 1964 o capitalismo não se fazia presente em maior ou menor grau na região. Pelo contrário, mesmo antes de toda essa “revolução” econômica executada pela ditadura, as atividades econômicas da região estavam articuladas com os mercados da própria Amazônia, além do nacional e internacional. Entretanto, em períodos anteriores à ditadura, grande parte da produção era destinada para o próprio sustento de quem a produzia – em geral, comunidades indígenas, famílias camponesas e/ou ribeirinhas, lugarejos, povoados, vilas, etc. - ou a um comércio limitado local, o que não caracterizava o modo de produção capitalista. Ademais, o sistema de transporte e comunicação ainda estava assentado na navegação pelos rios e igarapés da região o que dificultava o transporte e o escoamento da produção em razão ao tempo e às grandes distâncias que tinham que ser percorridas. Mesmo

os organismos governamentais incumbidos de desenvolver economicamente a região como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), criada em 1953, e o Banco de Crédito da Amazônia, não possibilitaram maiores impulsos às atividades produtivas da região. Dessa forma, antes de 1964, a economia amazônica era primordialmente extrativista e de subsistência, e a produção em larga escala e as relações de produção capitalista ainda não se faziam presentes.

As principais transformações econômicas e sociais se deram na Amazônia no período de 1960-78. No ano de 1960, foi inaugurada a rodovia Belém-Brasília dinamizando o sistema de transporte na região e a interligando ao restante do país. Em 1966, redimensionaram ou criaram-se novas agências governamentais dando novos rumos à atuação pública e privada no financiamento e incentivo ao desenvolvimento capitalista na região (IANNI, 1986).

Foram tantas e tais decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960-78 que a Amazônia rearticulou-se sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transporte e comunicações, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial (IANNI, 1986, p.60).

Dessa forma, o autor demonstra que, nesses anos, a Amazônia foi atingida por um pacote de incentivos ao desenvolvimento capitalista que a modificou em todas as esferas da vida econômica, política e cultural, articulando-a ao restante do país e ao mundo através das transações comerciais.

No entanto, segundo o sociólogo, as mudanças mais importantes que intensificaram e generalizaram a transformação da economia na região aconteceram no período de 1966-78. As principais medidas governamentais para isso foram: 1) a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPEVEA. Desde 1966, a SUDAM passou a ser o principal órgão governamental para a dinamização e diversificação da economia amazônica, criou incentivos fiscais e financeiros para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros, dinamizando, assim, setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração; 2) no mesmo ano, criou-se o Banco da Amazônia S.A (BASA) reformulado a partir do Banco de Crédito da Amazônia S.A que, junto com o Banco do Brasil que vinha em processo de ampliação de suas agências na região e a SUDAM, deram um grande impulso a empreendimentos econômicos públicos e privados na região; 3) em 1967, foi criada a

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) que trouxe para a região indústrias nacionais e estrangeiras com alta capacidade tecnológica para alavancar a economia da região e colocá-la de uma vez por todas na trilha do capitalismo; e 4) a construção de rodovias importantes como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e a Manaus-Caracarái (BRH-174), entre outras estradas feitas entre 1971 e 1978.

[Dessa forma] foi mais precisamente desde 1966 que se iniciou uma fase nova de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia. É verdade que a SPEVEA, o Banco de Crédito da Amazônia e a rodovia Belém-Brasília já exerciam, desde os começos da década de 60, algum efeito dinâmico sobre as atividades econômicas de diferentes áreas da região amazônica. Mas foi principalmente desde 1966 que se iniciou uma fase de expansão mais acelerada das relações de produção e forças produtivas no extrativismo, agricultura e pecuária da região (IANNI, 1986, p. 66).

De acordo com Ruffino (2005), o crescimento da atividade da pesca na região está intimamente ligado ao projeto desenvolvimentista implementado pelos governos da ditadura na região. Segundo ele, apesar de essas políticas não terem sido prioritariamente dirigidas para a pesca, elas promoveram relevantes mudanças nessa atividade.

O crescimento desta atividade [a pesca] na região se insere em um processo nacional, iniciado pelo Estado, que respondeu a políticas e estratégias desenvolvimentistas idealizadas para a região. O modelo adotado baseou-se no incentivo a grandes empresas. Assim, transferiu-se volume considerável de recursos financeiros dos cofres públicos para grupos econômicos privados. Como resultado, nas décadas seguintes aprofundaram-se as desigualdades quanto ao acesso e ao uso dos recursos naturais na região (RUFFINO, 2005, p. 16).

Assim, toda a transformação no setor pesqueiro que, a partir desses anos, se processará na região, terá forte participação do Estado. Para Mello (1985), são as instituições oficiais que terão a incumbência de dinamizar e modificar as relações de produção e as forças produtivas do setor por meio de uma verdadeira *ideologia do progresso pesqueiro*.

De acordo com o autor, a plataforma ideológica na qual se assentava o progresso pesqueiro na região estava fundamentada nas seguintes premissas: a) o “rudimentarismo” das técnicas nativas; b) a “incapacidade” do caboclo e c) a riqueza econômica “improdutiva”.

As técnicas nativas de pescar, onde são usados apetrechos com baixo poder produtivo como arco e flecha, azagaia e arpão eram um processo visto como irracional e atrasado em virtude de seu baixo poder de pesca, já que o pescado não era visto como valor-de-troca, mas

como valor-de-uso, ou seja, a produção pesqueira tradicional era primordialmente para o autoconsumo. Dessa forma, a economia de subsistência seria desprovida de condições para progredir, pois estava condicionada ao rudimentarismo das técnicas nativas.

A incapacidade do caboclo seria atribuída a seu comodismo e preguiça ao trabalho. Em razão ao seu fácil e farto acesso aos produtos da natureza, dispensando grande dispêndio de trabalho, os ideólogos do progresso pesqueiro viam esse modo de vida como obstáculo ao desenvolvimento do setor pesqueiro na Amazônia, pois não estavam inseridas na lógica capitalista de trabalho, onde se deve produzir em larga escala, não apenas o essencial, mas o excedente. Assim, o modo de vida e as técnicas tradicionais deveriam ser superados com a incorporação de novas técnicas produtivas, com a racionalização do trabalho e pela educação sistemática das gerações futuras.

O não aproveitamento capitalista dos recursos ictiofaunísticos devido estes serem aproveitados apenas para a subsistência das populações interioranas, era compreendido como sinal de uma riqueza econômica não aproveitada ou “improdutiva”. Assim, o capitalismo, seria o único capaz de elevar a produtividade da pesca criando divisas para o Estado e ampliando o mercado consumidor desse produto.

Dessa forma, Melo (1985) demonstra que toda a atuação do Estado no setor pesqueiro tinha como objetivo o combate a essas “anomalias” que se faziam presentes na atividade pesqueira. Para isso, as agências financiadoras criadas pelos governos da ditadura teriam papel importante no desenvolvimento capitalista da pesca na Amazônia.

É nesse contexto [...] que surge a Lei Federal nº. 5.174, de outubro de 1966, que concedeu incentivo fiscal a empreendimentos na jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e o Decreto-Lei Federal nº. 221, 28 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre a “Proteção e Estímulo à Pesca e outras Providências”. Esta última visava incentivar, por meio de benefícios fiscais, a estruturação da indústria pesqueira, cujo crescimento estava defasado em comparação com outros setores da economia nacional.

As empresas de pesca conseguiram os seguintes benefícios:

- isenção de impostos sobre importações e de taxas aduaneiras para os materiais utilizados na captura, no processamento e na comercialização do pescado;
- isenção de impostos e taxas federais sobre a venda de pescado destinado ao consumo interno e à exportação;
- dedução do imposto de renda para investimentos em projetos de pesca (BRITO *et al.*, 1975 *apud* RUFFINO, 2005, p. 16).

Além dessas leis e decretos, a Constituição de 1969 isentou de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) o pescado destinado ao mercado externo. Esses incentivos estavam sob jurisdição da SUDAM, através do Banco da Amazônia S.A (BASA), e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), por meio do Banco do Brasil (RUFFINO, 2005).

Destarte, percebe-se que o Estado brasileiro foi o principal incentivador do desenvolvimento capitalista do setor pesqueiro na Amazônia. Segundo Mello (1985, p. 30), o papel do Estado na transformação capitalista da pesca tem sido decisiva e “sempre se voltam para ele não só investidores ávidos de créditos fiscais, mas também de tecnocratas encarregados do planejamento e execução das políticas de pesca”. E conclui sua argumentação mostrando que o Estado brasileiro desempenhou três papéis fundamentais no “desenvolvimento” do setor pesqueiro:

- a) de absorvedor dos gastos sem retorno imediato (infraestrutura e formação de um manancial de conhecimentos técnicos pesqueiros na região); b) de financiador principal dos negócios privados via Incentivos Fiscais, permitindo um lucro a curto prazo a classe empresarial e, ainda, c) servirá de idealizador e divulgador de uma concepção de “progresso pesqueiro” que irá sustentar e legitimar as bruscas transformações técnicas e das relações de trabalho que passaram a ser incrementadas neste setor produtivo (MELLO, 1985, p. 32).

Em razão aos fartos incentivos à atividade da pesca, providos pelos governos militares, muitos empresários estrangeiros ou do centro-sul do Brasil se instalaram na região em busca de lucratividade. Deste modo, ampliaram as embarcações com grande poder de pesca, equipadas com motores e caixas de gelo, sem restrição alguma, o que possibilitou a exploração cada vez maior dos recursos ictiofaunísticos e de ambientes de pesca cada vez mais longínquos (RUFFINO, 2005).

Até aproximadamente a década de 40, a pesca na Amazônia era realizada por uma frota muito primitiva, formada por embarcações pequenas, exclusivamente de madeira e com propulsão a remo ou vela. Nos anos 60, a liberação de incentivos fiscais para a região e a abertura da economia a grandes empresas, que vieram de outras regiões do Brasil [e do exterior], favoreceu o rápido desenvolvimento tecnológico da pesca. As embarcações ganharam motores e apetrechos de pesca mais resistentes (redes de náilon) e mais eficientes na captura de peixes e crustáceos (BATISTA *et al*, 2004, p. 70).

A introdução maciça de motores nas embarcações é um acontecimento que irá permitir uma verdadeira revolução comercial no setor pesqueiro, na medida em que servirá às geleiras⁴ aperfeiçoando-as como transporte de pescado e permitindo percorrer distâncias maiores (MELLO, 1985). Aliado a isso, se tem na década de 1960:

[...] a introdução e a popularização do polietileno ou isopor como isolante térmico, permitindo a conservação e a acumulação do pescado por mais tempo viabilizando ampliar o raio de ação da frota [e] [...] a introdução de linhas sintéticas, as quais popularizaram as redes de arrasto e de espera, facilitando o aumento do esforço de pesca e conseqüentemente da produção (BATISTA *et al*, 2004, p. 66).

Esses fatores foram determinantes e marcantes nos novos rumos que o setor pesqueiro adquiriria. Para Mello (1985), a introdução de novos métodos e instrumentos de pesca só foi viabilizada pelo desenvolvimento do comércio e pelas condições concretas, estabelecidas pelo Estado, para a exploração da pesca na região.

Além desses, outros elementos também de suma relevância irão contribuir para a compreensão do desenvolvimento da pesca na região. Um deles foi a ampliação do sistema rodoviário que começa a ser realizado na década de 1950 e intensifica-se na década de 1960. Para Mello (1985), a criação de rodovias ligando as capitais da Amazônia com os interiores veio oferecer mais uma opção de transporte do pescado, ampliando e solidificando as transações comerciais e aumentando os números de pescadores com dedicação exclusiva à pesca. Outro foi a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, que acarretou um rápido crescimento da população urbana pela imigração das populações interioranas em busca de melhores chances de ganhar dinheiro.

Nas cidades eles causaram um aumento na demanda de pescado, incrementando a demanda consumidora e assim estabelecendo um importante mercado urbano. Adicionalmente, ocorreu imigração para Manaus de pessoas vinculadas ao pólo industrial, atraídas pela perspectiva de emprego na região (BATISTA *et al*, 2004, p. 66).

Assim, intensificou-se a pesca comercial na região amazônica na medida em que o consumo e conseqüentemente a demanda por pescado aumentaram significativamente - isso,

⁴ As geleiras são barcos que têm por finalidade capturar peixes para a venda nos centros urbanos. Esses barcos geralmente contam com alguns pescadores equipados com canos e apetrechos de pesca que saem percorrendo os rios, os lagos, os furos e os paranás da região em busca de peixes para serem comercializados (FURTADO, 1993).

em decorrência do hábito da alimentação à base de peixe não diluir no momento em que as populações interioranas passam a viver na cidade. De acordo com Smith (1979), desde a criação da Zona Franca de Manaus, o aumento populacional da capital do estado do Amazonas tem crescido por volta de 8% ao ano. Em resposta a esse mercado consumidor em ascensão, o tamanho da frota de Manaus cresce vertiginosamente, acarretando a pesca intensiva nos ambientes de pesca da região, ocasionando queda na produtividade pesqueira e tensões sociais graves.

Em virtude desse rápido crescimento do comércio de peixe, muitos pescadores passaram a dedicar-se exclusivamente à pesca, isso pelo fato de a venda do pescado garantir um ganho mais imediato em relação à agricultura, cuja a renda adquirida deve esperar a época da colheita (MELLO, 1985).

[O pescador profissional] [...] pesca de forma permanente em lugares distantes de sua moradia e vende o seu peixe em frigoríficos e mercados dos centros urbanos. Enquanto as inovações tecnológicas aumentam a produtividade da pesca, o crescimento do mercado urbano e a expansão dos frigoríficos permitiram absorver o excedente de produção assim gerado (MCGRATH *et al.*, 1993 *apud* RUFFINO, 2005, 17).

Por essa forma, a presença do pescador profissional e/ou pescador comercial é fenômeno recente e data, sobretudo, da década de 1960; com as inovações tecnológicas, o aumento do mercado consumidor e a entrada de empresas de pesca na região, possibilitaram, destarte, o surgimento desse tipo de pescador. Para Mello (1985, p.38) esse fenômeno – a profissionalização do pescador – “resultará da maior penetração de interesses capitalistas no setor, fato que historicamente tem suas origens no surgimento de uma comercialização *intensiva* do peixe”.

Contudo a expansão do sistema capitalista na região provido pelos governos da ditadura, transformou substancialmente a produção e as relações de produção dentro do setor pesqueiro. A pesca, atividade que remonta séculos na região, deixou de ser apenas um trabalho para garantir a sobrevivência familiar e reproduzir o modo de vida tradicional das populações rurais que habitam a região, passando a representar mercadoria, valor-de-troca e mais-valia para as grandes empresas do setor.

Entretanto, segundo Mello (1985), a venda e comercialização do pescado nem sempre pôde ser considerada uma produção capitalista, apesar de isso receber influência capitalista, mas apenas em nível de comércio. Segundo ele, é necessário que se distinga o processo de trabalho quando este está voltado para a simples produção de valor, do processo produtivo

quando o trabalho está voltado para a produção de mais-valia. A simples produção de valor se caracteriza apenas como um processo de produção de mercadorias, pela venda de seu produto, o pescador transforma mercadoria em mercadoria (M-D-M), ou seja, vende o pescado e, com o dinheiro adquirido na venda, compra mercadorias a que não tem acesso diretamente como arroz, feijão, macarrão, botija de gás, etc. O processo de produzir mais-valia (D-M-D) opera sob relações de produção eminentemente capitalista, isto é, o trabalho do pescador é alienado aos donos dos meios de produção (capitalista) que utiliza o trabalho e a venda do pescado para auferir lucro⁵.

Assim, a simples venda do pescado não foi o acontecimento marcante para o surgimento do “pescador proletário” e para produção capitalista da pesca. Segundo Mello (1985), enquanto o pescador detinha os meios de produção, e enquanto os apetrechos de pesca permaneciam tradicionais, o capitalismo na pesca não encontrava meios de se desenvolver. “Antes que o pescador tenha se tornado proletário, ele foi produtor independente de mercadorias” (MELLO, 1985, p. 50), isto é, vendia o pescado para adquirir produtos não contemplados pela sua unidade de produção.

Com a introdução de novas tecnologias de pescado mais eficientes e produtivas, gerou-se, no âmbito da produção pesqueira, uma forte concorrência, que veio determinar com grande peso a proletarização de muitos pescadores. Essa grande concorrência foi gerada pelo constante esforço de pesca realizado por alguns capitalistas com ânsia de aumentar constantemente a frota pesqueira equipando-a com motores a diesel e apetrechos de pesca sofisticadas. O constante aumento da produção pesqueira, com a introdução cada vez maior de barcos de pesca trabalhando em uma mesma área, concorreu para que muitos ambientes de pesca – sobretudo os mais próximos aos centros urbanos – apresentassem uma sobrepesca e um conseqüente escasseamento do peixe. Isso acarretou a aniquilação de muitos pescadores, que detentores de pequenas embarcações como canoas e cascos, não tinham condições de pescar em lugares mais distantes de suas moradias, com isso, foram obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas do setor, tornando-se pescador-proletários.

⁵ De acordo com Karl Marx (1998), os circuitos M-D-M (mercadoria – dinheiro – mercadoria) e D-M-D (dinheiro – mercadoria – dinheiro) distingue-se, sobretudo, pela finalidade de cada processo. O primeiro, o autor chama de circulação simples, onde o dinheiro adquirido com a venda do produto transforma-se em mercadorias. O segundo processo (D-M-D), a mercadoria se transforma em capital, e passa a ser o início e o fim da circulação da mercadoria, observa-se nesse segundo processo uma característica quantitativa, onde troca-se dinheiro por uma quantidade maior de dinheiro, ao passo que no primeiro processo é perceptível uma transformação qualitativa, onde mercadorias transformam-se em mercadorias. O dinheiro nesse segundo processo, não é apenas um meio de circulação como no primeiro, ele exerce, agora, a função de mercadoria, onde a lógica é sempre ter no final do processo uma quantidade maior do que aquela do início.

Na medida em que o estilo capitalista de produção se impregna no modo e nas relações sociais de produção na pesca, transforma-se econômica e culturalmente a vida dos pescadores na região.

Assim, no período em que os governos da ditadura comandaram o país, ocorreram mudanças significativas no setor pesqueiro. A pesca comercial cresceu vertiginosamente e, conseqüentemente, a indústria pesqueira, o aumento populacional nos grandes centros urbanos demandou um maior consumo de peixe, acarretando uma maior pressão nos estoques da ictiofauna amazônica, com isso, cresce a figura do pescador profissional, que faz da pesca a sua única atividade produtiva obtendo do peixe um valor-de-troca. Isso ocasiona efeitos substantivos no modo de vida dos pescadores e na atividade da pesca como um todo.

1.3 A emergência dos conflitos sociais

O avanço do capitalismo na região, como foi evidenciado, mudou econômica e culturalmente a relação social com os recursos haliêuticos. Muitos pescadores que antes pescavam somente para o auto-sustento viram-se obrigados a pescar comercialmente. A crise da borracha e da juta, embora anterior ao avanço do capitalismo, também influenciou sobremaneira o processo de “profissionalização” do pescador. Assim, os recursos da ictiofauna passam a ser considerados produtos mercantilizados, provocando a exploração e exploração⁶ exacerbada dos recursos pesqueiros e criando usuários diversos dos recursos pesqueiros. Ademais, os mecanismos criados pelo Estado de controle e disciplinarização da sobrepesca não houve sucesso (vide próxima secção).

No seu conjunto, esses fatores levaram ao surgimento de conflitos sociais na pesca, principalmente com a ação ineficiente do Estado na fiscalização da pesca na região, pois os diversos usuários desses recursos não encontram mediadores, e os conflitos se acirram (BATISTA *et al* 2004).

Smith (1979), analisando a pesca no estado do Amazonas, aponta o aumento da frota pesqueira, incentivada pelo crescimento da demanda de peixe, como um dos causadores dos conflitos sociais na pesca. Segundo ele, as embarcações estavam pescando até 1.700 km de

⁶ De acordo com Batista *et al* (2004), os termos exploração e exploração têm significados diferentes. O primeiro termo significa: “1. Procurar, descobrir. 2. Percorrer estudando, procurando.3. Pesquisar, observar, estudar, especular. processo de busca de recursos em regiões novas ou para novos recursos. Distintamente à exploração, a exploração ocorre em ambiente sem informação e a entrada ativa no desconhecido” (p. 68). E o segundo: “Processo onde há uso de informação coletada previamente, permitindo o conhecimento da rentabilidade de um dado empreendimento. Tirar proveito econômico de (determinada área), sobretudo quanto aos recursos naturais” (p.68).

Manaus, penetrando em lagos até então explorados por pescadores de subsistência, acarretando conflitos entre os pescadores comerciais e os habitantes dos lagos da região.

Atualmente, como será visto no decorrer deste trabalho, os pescadores comerciais não são apenas aqueles que habitam as áreas urbanas das cidades, mas é possível encontrar pescadores comerciais entre os grupos sociais que habitam as proximidades dos lagos, gerando conflitos externos e internos.

Dessa forma, as grandes transformações que, nas últimas décadas, o setor pesqueiro vem enfrentando como o aumento no consumo de pescado, o surgimento de novas tecnologias de pesca que possibilitaram uma maior exploração e exploração dos recursos ictiofaunísticos, a utilização de motores nas embarcações, permitindo o acesso a lugares nunca antes explorados e a profissionalização de muitos pescadores; tudo isso aliado à precária fiscalização do Estado em relação à sobrepesca, possibilitou a proliferação de conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros na bacia Amazônica (RUFFINO, 2005).

1.4 A gestão dos recursos pesqueiros

Após o fim da ditadura militar no país, os incentivos fiscais que proporcionaram o desenvolvimento capitalista no setor pesqueiro da região perderam sua validade e não foram renovados (RUFFINO, 2005). As finanças do país se tornaram insustentáveis em decorrência de erros de planejamento e das dívidas externas, levando os governos da democracia a diminuírem as isenções fiscais que tanto transformaram o modo de produção e as relações de produção nas economias amazônicas.

Foi justamente nesse período que “começaram a ser observadas quedas significativas nas capturas de alguns estoques de peixes tradicionalmente explorados” (RUFFINO, 2005, p. 18), sobretudo, em razão da intensificação da pesca comercial vista em anos anteriores. Segundo as estatísticas da SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – (1988) citada por Ruffino (2005), os volumes de pirarucu (*Arapaima gigas*) caíram de 1.140 toneladas em 1979, para 364 toneladas em 1986; a queda de produtividade que aconteceu com o pirarucu também foi perceptível com o tambaqui (*Colossoma macropomum*) que representava 45% do pescado desembarcado nos portos da região em 1976, passando a menos de 10% do total em peso em 1982.

A partir desse momento, o Estado começa a rever suas políticas para o setor ambiental, especificamente, para o setor pesqueiro. Assim, surgiram regulamentações que pretendiam

controlar a atividade pesqueira na região, delimitando o esforço de pesca, tipos de aparelhos permitidos, malhas, áreas de pesca, épocas de defeso, tamanho mínimo de captura e até cotas de captura (RUFFINO, 2005).

Desde 1967, o órgão responsável pelo manejo pesqueiro no Brasil era a Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, e que, em face da conjuntura política da época, dispunha de amplos poderes e atuava de forma bastante centralizada, com medidas legais sendo determinadas a partir de Brasília para aplicação em todo o território nacional.

Seguindo a tendência mundial, o manejo pesqueiro desta época tinha embasamento unicamente na ecologia das espécies exploradas. Sendo assim, as medidas de manejo tinham como objetivo principal o controle da qualidade do pescado desembarcado, estabelecendo, por exemplo, o tamanho mínimo de captura para as espécies mais exploradas. Não foi possível perceber resultados a partir destas estratégias de manejo. Sendo que, em geral, considera-se que a ausência de estrutura dos órgãos ambientais é maior culpada pelo fracasso das iniciativas. Entretanto a ausência de informações sobre a ecologia das espécies deve, igualmente, ser considerada como um fator determinante para este fracasso (FREITAS *et al*, 2009).

Em outras palavras, as estratégias não tinham possibilidade de dar certo. Por um lado, eram estratégias que necessitavam de um embasamento científico, à época inexistente, e por isso careciam de credibilidade. Por outro lado, os órgãos encarregados da implantação das estratégias apresentavam, historicamente, sérias deficiências que os impediam de atuar de forma eficaz na aplicação destas estratégias.

Em 1989, é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) e, com a extinção da SUDEPE, passa a ser o organismo governamental que irá gerir o uso dos recursos pesqueiros, bem como dos demais recursos naturais. Nas palavras de Ruffino (2005, p.19),

A criação do Ibama traduziu o anseio do Estado em tratar de forma unificada a proteção do meio ambiente e o uso dos seus recursos naturais. Em relação à pesca, isso representou a incorporação do conceito de que, para evitar o colapso dos recursos pesqueiros, faz-se necessário uma visão integrada do meio ambiente que seja norteadada para:

- o uso sustentado dos recursos;
- a economicidade dos empreendimentos; e
- a justiça social.

Porém, de acordo com o autor, o manejo⁷ da atividade da pesca na região não tem sido eficaz em virtude de sua forma de implementação e, sobretudo, por problemas conceituais. Problemas esses que têm a ver com a centralidade do manejo da pesca nas mãos apenas do governo federal, acarretando problemas na fiscalização e gestão dos recursos naturais. Nota-se que o mesmo problema apresentado pela extinta SUDEPE foi herdado pelo IBAMA. O autor argumenta da seguinte forma:

Obviamente, as agências governamentais não têm pessoal nem recursos financeiros suficientes para executar todas essas tarefas. Este modelo tecnocrata mostra-se, portanto, particularmente ineficaz para forçar complacência e assegurar o controle do manejo da pesca na Amazônia (RUFFINO, 2005, p.22).

A ineficiência do poder público em cumprir o seu papel de gerenciador dos recursos pesqueiros e a falta de políticas públicas para o setor permitiram a exploração e exploração exacerbada dos recursos ictiofaunísticos. Segundo o autor, as normas de ordenamento pesqueiro existentes, onde muitas delas são impróprias às características da região, são pouco cumpridas e fiscalizadas.

1.5 O processo de descentralização da gestão dos recursos pesqueiros

Algumas iniciativas de autorregulação da pesca, isoladas e não reconhecidas ou reprimidas pelo poder público, ocorreram desde o final da década de 1970. Um caso notável, conhecido como “Guerra do Peixe”, ocorreu no sistema do Lago Janauacá, na Amazônia Central, onde a tentativa de proibição da pesca comercial promovida pelos grupos sociais residentes na localidade, resultou em confronto físico entre estes e pescadores. Há relato de mortes, e o movimento foi violentamente reprimido pela Marinha que entendia que a iniciativa dos ribeirinhos feria o direito constitucional de ir e vir.

Outras iniciativas ocorreram, desde então, em diversos locais da Amazônia. Sem exceção, todas tiveram sucesso temporário, com o fracasso sendo devido, em grande parte, à ausência de apoio governamental e de organização das comunidades.

⁷ Compreende todo e qualquer estudo ou procedimento que viabilize a gestão dos recursos humanos e financeiros envolvidos com o setor pesqueiro para permitir que seja possível o manejo dos recursos naturais com desenvolvimento econômico, equidade social e sustentabilidade ecológica (BATISTA *et al.*, 2004, p.69).

Um marco importante nesta história ocorre no final da década de 1980. Diversas unidades sociais⁸ rurais do estado do Amazonas, assistidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), passaram a implementar modelos descentralizados de gestão dos recursos pesqueiros. Estas iniciativas, no princípio foram fomentadas pela ação pastoral da Igreja Católica e vieram a constituir o chamado “Movimento de Preservação de Lagos”, encabeçado pela CPT (PEREIRA e PINTO, 2001).

Estes verdadeiros esquemas locais de manejo incluem zoneamento dos ambientes de pesca (lagos, bocas, igarapés etc.) da comunidade a partir do qual são disciplinadas as atividades de exploração do recurso pesqueiro local através da definição do regime de pesca específico para cada ambiente (PEREIRA e PINTO, 2001, p. 3).

De acordo com os autores, os grupos sociais locais apresentaram níveis diferenciados de desenvolvimento de instituições locais de manejo. Enquanto alguns não apresentaram qualquer forma de ordenamento⁹ do uso de seus recursos coletivos, outras já mantinham acordos formais que incluíam normas de acesso, a proibição de técnicas de captura predatória e regras explícitas sobre a divisão do fluxo de recursos entre usuários.

Com efeito, na década de 1990, surgem novos arranjos políticos com base na noção de co-gestão. Na área de várzea, esse conceito foi ampliado para incluir a co-gestão das águas. Assim, esse conceito passou a ser aplicado na gestão de lagos, rios, paranás, canais, furos e igarapés. Essa idéia implica que diversos segmentos, grupos e instituições da sociedade civil – o governo federal ou estadual, as organizações ambientalistas, as universidades e institutos de pesquisa – compartilhem responsabilidades no manejo de uma área específica juntamente com as populações locais (LITTLE, 2004).

As propostas de incorporação de todos os usuários no processo de construção, implementação e monitoramento de estratégias de gerenciamento dos recursos pesqueiros, que recebem denominações diversas como co-manejo (POMEROY e WILLIAMS, 1994 *apud* FREITAS *et al*, 2009), manejo comunitário (MCDANIEL, 1997 *apud* FREITAS *et al*, 2009)

⁸. O termo comunidade na Amazônia “ocorreu por influência da Igreja Católica em sua missão pastoral de delimitar politicamente as regiões para o seu trabalho religioso [...]” (FURTADO, 1993, p.249). Dessa forma, para que a ideia de comunidade não se confunda com a intenção da igreja católica, preferir utilizar o termo unidades sociais. Entendendo unidade social como “a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quando as relações duais [ou relações conflitivas]” (SIMMEL, 1983, p. 125).

⁹ Segundo Batista *et al* (2004, p. 69) ordenamento pesqueiro significa: “conjunto teoricamente harmônico de normas legais utilizadas na administração da pesca para permitir a exploração sustentável dos recursos naturais, de acordo com os objetivos previamente acordados e indicados na política ambiental. A implementação de medidas de ordenamento dá-se por meio de mecanismos administrativos”.

e manejo participativo (HILBORN *et al*, 2003 *apud* FREITAS *et al*, 2009) vêm sendo amplamente discutidas e, algumas vezes, validadas através de experiências planejadas e não planejadas, principalmente em pescarias tradicionais de pequena escala.

Co-manejo pesqueiro é definido como a divisão de responsabilidade e autoridade entre o governo e os pescadores locais visando ao manejo de uma pescaria (POMEROY e WILLIAMS, 1994 *apud* FREITAS *et al*, 2009). Estratégias de co-manejo de uma pescaria podem ser construídas a partir de diversos arranjos, envolvendo diferentes parceiros, e representando vários níveis de divisão de poder e de responsabilidade, desde um nível completamente comunal, no qual as etapas de elaboração, implementação e fiscalização/monitoramento das normas de manejo são integralmente desenvolvidas em nível de comunidade, com supervisão e assistência do governo, até um sistema de manejo integralmente centralizado, no qual os parceiros atuam exclusivamente como apresentadores dos problemas para o governo (POMEROY e BERKES, 1997 *apud* FREITAS *et al*, 2009).

McDaniel (1997) *apud* (Freitas *et al*, 2009) relatou a experiência de um sistema de manejo comunitário na Amazônia Peruana que se desenvolveu inteiramente a partir das lideranças das comunidades envolvidas, cabendo ao governo apenas o processo de institucionalização das decisões tomadas.

Outro fator importante que se deu no final da década de 1990, foi o estabelecimento extraoficial de “acordos comunitários de pesca” entre as diferentes populações rurais da várzea, evidenciando uma transformação importante. Os pressupostos desses acordos eram solucionar conflitos entre pescadores e garantir a reprodução dos estoques de peixe. A partir disso, as populações locais passaram a se organizar – de maneira mais intensa do que o observado a partir de 1980 –, extraoficialmente, para proteger seus interesses e conservar os recursos haliêuticos próximos às suas residências. Nesses acordos, as populações locais podiam limitar o acesso de certos usuários aos recursos pesqueiros – como os pescadores comerciais – e estabelecer regras sobre a tecnologia de pesca a ser usada e as épocas permitidas para a pesca (LITTLE, 2004). Porém, de acordo com o autor, embora essas práticas procurassem solucionar os conflitos sociais em torno da pesca, em muitos casos, os agravaram, na medida em que os usuários que se sentiam ameaçados – pescadores comerciais – reclamavam argumentando que as populações locais procuravam fazer suas próprias leis, deslegitimando os acordos de pesca.

Na primeira década do século XXI, aconteceram outras mudanças importantes na organização das populações que habitam a várzea da região. Em 2002 e 2003, houve encontros respectivamente em Manaus e Belém para discutir o manejo comunitário de pesca

na Amazônia, nos quais se consolidaram uma articulação entre as populações locais, cientistas e organizações ambientalistas não governamentais interessados na noção de manejo comunitário. E, em 31 de dezembro de 2002, os acordos de pesca foram incorporados nas normas do Instituto Brasileiro do Meio ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) pela portaria nº. 29. Nesse caso, para Little (2004, p. 7),

A velha prática de Ibama (sic) de impor regras e multas às comunidades locais foi invertida, uma vez que foram essas mesmas comunidades [com o auxílio da Igreja Católica] que se organizaram e pressionaram o órgão ambiental a reconhecer suas práticas como instrumento de manejo ambiental. Isto os dá legitimidade frente à indústria de pesca ao mesmo tempo que tende a elevar seu grau de eficácia.

Porém nota-se que as transformações que ocorreram na pesca nos últimos anos acarretaram profundas mudanças no modo de vida das populações rurais que habitam a região, cujos métodos tradicionais de pesca foram modificados com a introdução de novas tecnologias, o crescimento populacional e o aumento da procura por pescado intensificaram a pesca comercial e acirraram a disputa pelo peixe nos ambientes de pesca próximos às grandes cidades e, nos últimos anos, em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Tais fatores exigiram uma postura diferente e participativa de alguns grupos sociais em defesa do pescado, o que propiciou um maior enfrentamento com pescadores que fazem da pesca uma profissão, acirrando, com isso, os conflitos sociais na região.

1.6 A atividade pesqueira em Manacapuru – AM

O município de Manacapuru está situado na região do Baixo Solimões, mais precisamente na margem esquerda do rio Solimões no encontro deste com o rio Manacapuru. Possui uma área territorial de 7.329,23 Km² e um número de habitantes de 83.703 segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2005. Encontra-se a 85 km de Manaus por via terrestre e a 102 km por via fluvial. Seus limites físicos são:

- Norte: Município de Novo Airão.
- Nordeste: Município de Iranduba.
- Leste: Municípios de Iranduba e Manaquiri.
- Sul: Município de Beruri.
- Sudeste: Município de Anamá.

- Oeste: Municípios de Caapiranga e Anamá.
- Noroeste: Município de Caapiranga.

De acordo com Batista *et al* (2004), a pesca no rio Solimões até a década de 1960 era considerada de baixa exploração em decorrência da pequena densidade populacional e a falta de grandes centros urbanos, embora, segundo o autor, nesta área, já tenham sido criados pesqueiros reais desde o século XVII e houvesse ocorrido movimentos migratórios relacionados ao extrativismo da borracha desde o século XIX. Porém, essa situação se transformou significativamente a partir dos projetos desenvolvimentistas executados na região de 1966 em diante (KOHLHEPP, 1984 *apud* BATISTA *et al*, 2004). A partir daí houve um grande aumento demográfico da área urbana de Manacapuru, exigindo maior demanda de pescado e conseqüentemente do número de pescadores comerciais.

Dessa forma, a pesca no município de Manacapuru é um reflexo do processo de capitalização do setor pesqueiro. Com a crescente demanda por pescado, no referido município e na capital Manaus – que também consome o pescado capturado nos ambientes de pesca adjacentes ao município de Manacapuru –, aumentou significativamente a pesca comercial na região com o desenvolvimento considerável do número de pescadores comerciais. Hoje, somam-se cerca de 20 mil pescadores profissionais atuando na região, lotados em Manaus e cidades de áreas ribeirinhas (BATISTA *et al*, 2004), só em Manacapuru são 2.300 pescadores associados à colônia de pescadores (RUFFINO *et al*, 2003) acrescidos de pescadores comerciais rurais que não são associados às colônias.

A pesca em Manacapuru acontece o ano todo nos rios e lagos; a pesca nos rios acontece principalmente nas intermediações da boca de lagos. A intensificação das capturas é maior nos rios e paranás durante o período migratório dos peixes (abril a junho; agosto a novembro) e nos lagos durante o período da seca (setembro a novembro) (BATISTA *et al*, 2004).

Nos últimos anos, segundo o relato de moradores rurais próximos à cidade de Manacapuru, especificamente dos moradores da localidade Jaiteua de Cima¹⁰, ocorreu a diminuição de algumas espécies de peixes nos lagos, paranás e igarapés da região como o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*). Outras espécies de peixe também diminuíram como o tucunaré (*Cichla monoculus*) e o curimatã (*Phochilodus argenteus*), dificultando a pesca para esses grupos sociais. Segundo os moradores, o principal responsável por essa situação é o aumento da pesca comercial, principalmente a atuação

¹⁰ A localidade do Jaiteua de Cima é uma das localidades *locos* desta pesquisa e será tratada com mais profundidade nos capítulos subseqüente.

maciça dos barcos de pesca que capturam grandes quantidades de peixe, utilizando apetrechos de pesca considerados pelas populações locais como predatórios, como é o caso do arrastão. Vejamos nas palavras de um morador:

Quando a gente veio pra cá via tambaqui, pirarucu. Hoje na minha opinião tá ruim meu irmão. Quando eu entrei pra cá a gente colocava uma malhadeira e pegava peixe de medida pra gente comer. Agora não, o cara colocava uma malhadeira dessa, eu não vou negar, a gente pega um roelinho desse tamanho que aquilo é até um crime a gente comer um ruelinho desse tamanho, mas como não tem outra coisa a gente come. Não adianta mentir. Antes tinha muito, hoje ninguém vê mais. O motivo [disso] é esse tipo de coisa que a gente vê que tem arrastão. Eles querem botar em cima e acabar, [...] são os barcos de pesca [...] (José, 41, pescador de subsistência, 11 ago 2006).

O principal centro de comercialização e desembarque do pescado que é capturado na área de várzea do município é o Terminal Pesqueiro de Manacapuru (figura 1) e os portos de Manaus. Assim, o desembarque nos centros urbanos é muito mais concentrado do que no rural, representando 90% do total de peixes capturados (BATISTA, *et al*, 2004). Verifica-se uma grande quantidade de pescadores comerciais, a todo momento eles chegam com suas caixas de isopor carregadas de peixe, vendendo-os para os “marreteiros” que se mobilizam para adquirir o produto que será comercializado em suas “barracas” nas feiras da cidade.



Figura 1 – Terminal Pesqueiro de Manacapuru.
Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de Campo, 16 out 2006.

No terminal pesqueiro de Manacapuru, foi verificado, também, a presença da pesca para exportação, com a pré-industrialização das vísceras e do filé da piracatinga (*Calophysus macropterus*) que, segundo o empresário, é exportada para Belém em seguida para os países

asiáticos (figura 2). O número de pessoas que trabalham no processo de beneficiamento desse peixe é bastante amplo, contando com a presença de pescadores e de pessoas responsáveis para a retirada do filé e das vísceras do animal.



Figura 2 – Beneficiamento pré-industrial da piracatinga (*Calophysus macropterus*), do lado esquerdo a secagem do pulmão e do direito o filé do animal.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 16 out 2006.

Destarte, com o crescimento vertiginoso da pesca comercial no município, as populações rurais da região vêm sofrendo com a escassez do pescado, acarretando litígios com os pescadores comerciais pelo uso dos recursos ictiofaunísticos.

Assim, a pesca na região de Manacapuru se configura como uma atividade extremamente importante para a economia do município e para a manutenção da vida da maior parcela da população rural e de muitos da zona urbana. Com efeito, os dilemas enfrentados pelos grupos sociais que necessitam diretamente do recurso são notórios, caracterizados pela diminuição dos estoques pesqueiros e de conflitos sociais em torno do uso desses recursos.

CAPÍTULO II

OS PESCADORES E SEU MUNDO SOCIOAMBIENTAL

A análise dos conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros na Amazônia Central perpassa o conhecimento do ambiente natural, suas características e as relações sociais que se estabelecem entre os diversos tipos de pescadores. A necessidade de se caracterizar o espaço físico surge em razão à perspectiva metodológica da ecologia política que é adotada, a qual incorporar à análise social as dimensões ambientais, com o objetivo de produzir uma simetria epistemológica entre as duas áreas do conhecimento (LITTLE 2004). Assim, as relações sociais são analisadas sem esquecer o agente natural que envolve as disputas entre os sujeitos estudados.

Nesse ínterim, caracterizam-se as unidades sociais da área de estudo bem como as características sociais e ambientais do lugar. Em seguida, aborda-se-ão os tipos sociais de pescadores que atuam na Amazônia Central.

2.1 O primeiro contato

A primeira pesquisa de campo foi realizada no final do primeiro semestre de 2006, mais precisamente no período de 26 a 29 de maio. A mesma teve como objetivo, através do estudo exploratório, o reconhecimento das unidades sociais situadas em áreas de influência do lago Grande, lago São Lourenço e rio Manacapuru. Saí de Manaus no dia 26 de maio, às 21:00 h com destino ao município de Manacapuru (sede da cidade). Após a chegada, estabeleci contato com o Sr. Mureru, morador e proprietário de uma casa flutuante situada às margens do rio Solimões, que me guiou pelo rio Manacapuru até a comunicação com a última comunidade visitada (figura 3).



Figura 3 – Localização do rio Manacapuru e do lago Grande.

Fonte: Imagem de Satélite Landsat, 2001.

Após o embarque do Sr. Mureru, o barco-pesquisa no qual fazia parte partiu do município de Manacapuru, próximo ao principal terminal pesqueiro (recebimento e venda de pescado), em direção aos locais da pesquisa. Assim, depois de algum tempo de viagem, deparei-me com a localidade denominada Cajazeira. Nesse local, visitei a primeira unidade social, então chamada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e fiz o contato com Sr. Raimundo Corrêa da Silva, morador e líder comunitário. Ele me repassou o quantitativo de 10 famílias residentes na localidade e as principais atividades de trabalho baseadas na agricultura e pesca de subsistência.

A segunda unidade social visitada, também estabelecida na mesma localidade, foi Nossa Senhora Aparecida. A liderança local representada pelo Sr. José Delemir Dias da Silva nos informou que a unidade social reunia cerca de 14 famílias e as principais atividades de trabalho baseadas na agricultura e pesca de subsistência, característica muito semelhante à unidade social de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, também influenciada pela proximidade.

A terceira unidade social visitada foi Santo Antônio, estabelecida na localidade denominada Jaiteua de Baixo. De acordo com relatos do Sr. Abdias Monteiro, líder da

“comunidade”¹¹, a mesma reúne cerca de 16 famílias. Parte significativa delas se dedica exclusivamente à pesca comercial, a outra parcela mantém suas atividades pesqueiras, associadas às outras atividades, tais como, agricultura, extrativismo e atividades criatórias.

A quarta unidade social visitada foi Nossa Senhora do Rosário. Neste local, residem cerca de 25 famílias que realizam atividades criatórias de pequenos animais, tais como, a criação de galinhas, porcos e poucas cabeças de gado e pescam apenas para subsistência. A liderança da “comunidade” na época da visita não estava no local. Então, o Sr. Francisco Rosano Lopes Monteiro, morador da comunidade Santo Antônio (Jaiteua de Baixo) e ex-agente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS de Manacapuru foi solidário com relação às informações acima explicitadas, acompanhando-me também ao local.

A quinta unidade social visitada foi Boa Esperança, localizada em Jaiteua do Meio. Na ocasião, não foi possível obter informações a respeito desta comunidade, pois o seu representante e a maioria dos moradores estavam em comemoração festivas em outro local. Mais uma vez, o Sr. Francisco Rosano Lopes Monteiro, morador da comunidade Santo Antônio, mediu a comunicação com a comunidade, mas não pôde prestar informações mais precisas sobre a mesma.

A sexta unidade social visitada foi Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada na localidade Jaiteua de Cima. O líder comunitário, o Sr. Raimundo Martins Corrêa, informou que nela residem aproximadamente 25 famílias. A produção econômica local está baseada em atividades de pesca, agricultura e criação de pequenos e médios animais. As atividades são desempenhadas para a subsistência, mas parte significativa da produção se destina à comercialização.

A última unidade social visitada foi Nova Esperança, localizada no paraná do Ajar (na área de influência direta do lago Grande), próxima às imediações do rio Solimões. O líder comunitário, o Sr. José Lino Duarte dos Santos, informou que as principais atividades econômicas são a pesca comercial e a agricultura, havendo também a prática de atividades criatórias – criação de gado. De acordo com os moradores, utilizam-se cerca de seis lagos onde os residentes realizam a atividade pesqueira. Em razão da impossibilidade de acesso a esta comunidade no período da seca e pelo fato de estar muito distante das demais comunidades, optou-se por não incluí-la nesta pesquisa.

Assim, preferi incluir neste estudo as unidades sociais que me possibilitassem maior facilidade de acesso durante o ano todo. Como descrito na imagem de satélite, a área de

¹¹ Na Amazônia o uso do termo “comunidade” está muito presente na linguagem comum dos habitantes das zonas rurais. Dessa forma, será utilizado o termo “comunidade” sempre entre aspas.

estudo está situada na parte mais rural do município de Manacapuru, sendo constituída de três localidades geográficas reconhecidas popularmente pelos atores locais (os moradores) e não constando (enquanto nome e localização) na cartografia oficial do IBGE.

Deste modo, a localidade relativamente mais próxima do município (por não depender de atalhos) é Cajazeira ($3^{\circ}14'31.00''\text{S} / 60^{\circ}45'58.00''\text{O}$), que reúne as “comunidades” Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Nossa Senhora Aparecida. Próximo desta, está a localidade Jaiteua de Baixo ($3^{\circ}15'50.02''\text{S} / 60^{\circ}45'9.37''\text{O}$), onde está estabelecida a única “comunidade”, cujo nome é Santo Antônio. E, por último, a localidade Jaiteua de Cima ($3^{\circ}15'2.34''\text{S} / 60^{\circ}51'55.92''\text{O}$) que reúne quatro “comunidades”: Santa Izabel, Assembleia de Deus Tradicional, Assembleia de Deus e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. E verificou-se que, dependendo do ponto de partida, a distância destas localidades para a sede do município de Manacapuru pode variar de aproximadamente 0:45 h/min de motor (barco/voadeira) na época da cheia e/ou até 2:00 h (ou mais) na época da seca, caminhando através do canal principal e por múltiplos atalhos – furos, paranás e igarapés. (figura 4).



Figura 4 – Mapa da área de estudo, contendo as comunidades selecionadas.

Fonte: Imagem do Google Earth 2006, com modificações.

As “comunidades” Assembleia de Deus Tradicional, Assembleia de Deus e Santa Isabel situadas nas localidades Jaiteua de Cima, não descritas acima, não foram visitadas no primeiro estudo exploratório. Mas o líder comunitário, o Sr. Raimundo Martins Corrêa, nos

prestou informações sobre elas mais detalhadamente em pesquisa de campo posterior. Em seguida, conversei com os líderes: Sr. Smith Tavares da Silva (Santa Isabel), Sra. Maria Vera Lúcia Custódio da Silva (Assembleia de Deus Tradicional) e o Sr. Valdenir de Assis de Oliveira (Assembleia de Deus) que descreveram as características das atividades de trabalho mais desempenhadas e também o quantitativo de moradores de cada uma delas. Estes dados serão descritos mais adiante.

As comunidades Nossa Senhora do Rosário e Nova Esperança, embora apresentassem características importantes para a pesquisa, não foram incluídas neste trabalho pelas dificuldades naturais de acesso durante o período da vazante, e mais difícil ainda, na época da seca do ciclo hidrológico. A comunidade Boa Esperança não foi incluída na pesquisa porque estava em fase de agregação de moradores e, reunindo na ocasião, apenas cinco famílias. As atividades de trabalho das famílias eram desempenhadas, na maioria das vezes, em “comunidades” vizinhas.

2.2 A área de estudo: caracterização das unidades sociais

Como mencionado, o estudo foi realizado em três localidades rurais do município de Manacapuru (AM) (figura 5). Na localidade Cajazeira, existem duas unidades sociais: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSPS) e Nossa Senhora Aparecida (NSA). Em Jaiteua de Baixo, encontra-se Santo Antônio (SA). Já na localidade Jaiteua de Cima existem quatro unidades sociais, a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (NSPS1), a Assembléia de Deus Tradicional (ADT), a Assembléia de Deus (AD) e a Santa Izabel (SI).

Em seguida, analisar-se-á cada unidade social demonstrando suas características demográficas e produtivas.

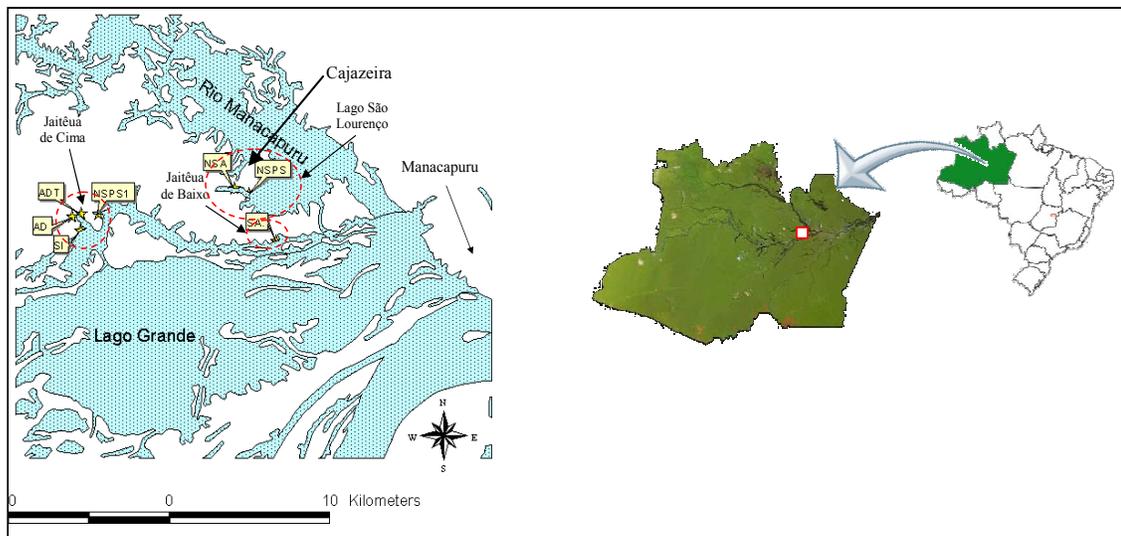


Figura 5 – Localidades com respectivas comunidades pesquisadas, município de Manacapuru – AM.
Fonte: PIATAM (2007).

2.2.1 Localidade Cajazeira

A unidade social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Figura 6), localizada no igarapé Cajazeira, nas proximidades do lago São Lourenço, possui cerca de 10 famílias. Essas famílias se dedicam às atividades agrícolas, à criação de gado e à pesca. As principais culturas agrícolas são mandioca e maxixe, utilizadas apenas para subsistência



Figura 6 – Comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Cajazeira.
Fonte: Trabalho de campo, julho, 2006.

A unidade social Nossa Senhora de Aparecida também está localizada no igarapé Cajazeira e possui aproximadamente 14 famílias. Essas famílias se dedicam às atividades agrícolas, à pecuária e à atividade pesqueira. A pesca é realizada apenas como atividade de subsistência. A comunidade possui uma escola, um gerador de eletricidade movido a óleo diesel, uma rabeta motorizada que fica, geralmente, sob os cuidados do presidente da comunidade e do agente de saúde para as operações de emergência, um forno de farinha de uso comum entre as famílias, uma sede comunitária onde os moradores se reúnem para tratar de assuntos internos e externos à comunidade, um campo de futebol, uma igreja católica denominada Nossa Senhora de Aparecida, padroeira da comunidade, e conta com o auxílio de um agente de saúde comunitário.

2.2.2 Localidade Jaiteua de Baixo

A comunidade Santo Antônio possui 16 famílias. As atividades principais são a pesca e agricultura, sendo a pesca realizada para fins comerciais e para a subsistência. A comunidade possui uma escola que, apesar de ser pequena, serve também como local para realizar as reuniões acerca de assuntos internos entre os moradores, uma vez que a comunidade não possui sede própria (figura 7). Os moradores da comunidade possuem canoas, rabetas (canoas motorizadas) e um forno de farinha de uso comum entre as famílias. E, para o lazer de adultos e crianças, a comunidade possui um campo de futebol localizado atrás da escola.



Figura 7 – Comunidade Santo Antônio, Jaiteua de Baixo.
Fonte: Trabalho de campo, julho, 2006.

2.2.3 Localidade Jaiteua de Cima

A localidade Jaiteua de Cima fica situada nas intermediações do lago Grande¹² que tem origem no rio Manacapuru. Comporta quatro unidades sociais (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assembleia de Deus Tradicional, Assembleia de Deus e comunidade Santa Izabel) que convivem num espaço geográfico muito próximo uma das outras, dividindo-se através das igrejas que delimitam o espaço. Essa proximidade influencia tanto em seus aspectos socioculturais quanto nas atividades econômicas, implicando a utilização dos recursos naturais da localidade. As unidades sociais Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assembleia de Deus Tradicional e Assembleia de Deus pertenciam a uma só comunidade, com a chegada das igrejas evangélicas, ambas se separaram.

A unidade social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (figura 8) possui cerca de 25 famílias que se dedicam principalmente à agricultura e, posteriormente, à pesca, ambas as atividades voltadas para o consumo e a comercialização. A comunidade possui uma boa infraestrutura, pois além da igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, possui uma escola, um centro social, campo de futebol e ainda uma casa que serve como abrigo para os professores durante o ano letivo.



Figura 8 – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 mai 2006.

¹² Souza (2000) citado por Fabr e e Ribeiro (2003), apresenta um tipologia e/ou classifica o de lagos a partir da compatibiliza o da visão de diversos autores. Para tanto, leva em considera o a localiza o no terreno (várzea, terra firme e mixto), o tipo ou origem (no caso de várzea pode ser laterais ou meandro, no caso de terra firme apenas a barragem e em caso de mixto apenas mixto) e a forma do lago (no caso de várzea pode ser redondo/oval ou ferradura, no caso de terra firme pode ser d ntrico ramificado ou d ntrico alongado e em caso de misto apenas composto/irregular. Dessa forma, analisando o aspecto físico do lago Grande e atento às considera es de Souza (2000), constatamos que o mesmo está situado em um terreno de várzea, o tipo   laterais a forma   redondo e possui a seguinte defini o: apresenta conexão com o rio em algum período do ano e recebe água fluvial durante a enchente escoando-a durante a vazante.   um lago que possui uma forma circular.

A unidade social Assembleia de Deus Tradicional (figura 9) possui em média 17 famílias. Estas famílias se dedicam principalmente à pesca comercial, embora também trabalhem na agricultura. A comunidade não possui sede própria, por isso utiliza a sede da unidade social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para realizar suas reuniões. No “núcleo comunitário”, estão localizados a escola primária, o poço artesiano, o campo de futebol e a igreja evangélica Assembleia de Deus Tradicional. O centro comunitário dispõe ainda de uma televisão e energia elétrica por meio de gerador a diesel que abastece as casas que se localizam próximas ao “núcleo comunitário”. A comunidade Assembleia de Deus Tradicional é relativamente nova, foi fundada após uma dissociação ocorrida nas igrejas Assembleia de Deus – fato este ocorrido em todo o Brasil – localiza-se ao lado esquerdo da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.



Figura 9 – Comunidade Assembleia de Deus Tradicional

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 mai 2006.

A unidade social Assembleia de Deus (figura 10) possui aproximadamente 17 famílias, destas uma pequena parte mora no “núcleo comunitário”, e a maioria mora dispersa, em flutuantes nos furos e igarapés que circundam a localidade. A principal atividade econômica é a agricultura seguida da pesca.



Figura 10 – Comunidade Assembleia de Deus
Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 mai 2006.

A unidade social Santa Izabel (figura 11), com média de 32 famílias, localiza-se na parte mais afastada das outras três comunidades que compõem o Jaiteua de Cima. O “núcleo comunitário” fica de frente para o lago Grande. A comunidade se denomina Santa Izabel, entretanto a comunidade adotou como igreja oficial, a igreja evangélica Pentecostal Unidos do Brasil. Nessa comunidade, as principais atividades econômicas são a pesca e a agricultura.



Figura 11 – Comunidade Santa Izabel
Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 12 out. 2006.

2.3 As moradias

Os grupos sociais que habitam as localidades possuem moradias muito semelhantes, caracterizada por uma disposição linear das casas ao longo das margens dos lagos, furos e igarapés, regra essa quebrada somente pelas casas que formam o “núcleo comunitário”.

Porém, devido à diversidade de lagos, furos e igarapés, as moradias se espalham em torno desses ambientes, tornando-se dispersas e distantes uma das outras.

As casas são construídas, em sua maioria, nas áreas sujeitas à inundação e possuem assoalhos suspensos por troncos de madeira resistente – tipo palafitas – e os vãos inferiores, durante o período da seca, servem de abrigo sombreado para os animais de criação e domésticos; possuem paredes e assoalhos de madeira – raramente com palhas – e telhados cobertos de palha ou zinco (figura 12).



Figura 12 – Moradia das populações locais

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 12 out. 2006.

Um outro tipo de moradia são os chamados “flutuantes”, que possuem assoalhos construídos sobre troncos de madeira açacu, que servem de bóias que flutuam nas águas dos rios e sustentam a casa, gerando certa tranquilidade quanto às mudanças do nível da água (figura 13). Apesar de facilitar a vida dos moradores em decorrência da praticidade que esse tipo de habitação permite no momento da oscilação dos níveis da água, apenas uma pequena parcela dos moradores tem condições financeiras para residir nessas moradias. Segundo Fabr e e Ribeiro (2003), não obstante parecer ser o mais adequado para áreas alagáveis, o custo para sua constru o varia entre R\$ 3.000,00 a R\$ 12.000,00, restringindo a aquisi o deste tipo de domicílio.



FIGURA 13 – Flutuante.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 12 out. 2006.

2.4 A área de várzea

As unidades sociais que compõem a área de estudo estão alojadas no ambiente de várzea que possui uma dinâmica própria e influencia diretamente as estratégias de pesca, que em seguida será descrito.

O ambiente de várzea é formado em consequência da forte oscilação no nível dos rios, que conduzem a ciclos regulares de inundação, provocando a expansão lateral dos ambientes aquáticos em uma escala raramente observada fora dos trópicos (FABRÉ e RIBEIRO, 2003). Para Junk (1989) *apud* (PEREIRA, 2007, p.12),

A alternância de fases terrestres e aquáticas devido às variações do nível do rio é um fator ecológico limitante para a vida nos ambientes das várzeas do rio Solimões-Amazonas. Esta dinâmica tem consequências fundamentais sobre as formas de vegetação que nela ocorre e sobre a distribuição das espécies. Sejam as formações totalmente aquáticas ou vegetações florestais, elas se instalam segundo o tipo de hábitat, idade dos solos, sua textura, taxa de sedimentação, força da corrente e o período de inundação.

De acordo com Sioli (1984) *apud* Fabré e Ribeiro (2003), as várzeas são áreas alagáveis situadas às margens de rios de água branca que, segundo Benchimol (1996), ocupam cerca de 5% da Amazônia. Sua origem está intimamente ligada às oscilações do nível do mar ocorridas durante os períodos glaciais do Quaternário e com o soergimento das

montanhas Andinas (IRION *et al.*, 1997; SANTOS, 1995; JUNK, 1980 *apud* FABRÉ e RIBEIRO, 2003). No estado do Amazonas, a extensão de áreas alagadas por rios de água branca é de 150.000 Km² (SIPPEL *et al.*, 1992 *apud* FABRÉ e RIBEIRO, 2003). Já a várzea do complexo Solimões-Amazonas corresponde a aproximadamente 1,5 a 2% do território da Amazônia Brasileira (75 a 100 mil Km²).

A dinâmica de inundação que forma as áreas de várzea traz, como consequência a formação de inúmeros ambientes, que surgem à medida que o nível da água aumenta ou diminui, como é o caso dos lagos de planície de inundação (FABRÉ e RIBEIRO, 2003), lagos que, segundo Esteves (2000) *apud* Fabr é e Ribeiro (2003), pertencem a outros lagos formados pela atividade do rio.

Estas inundações periódicas fazem da várzea uma paisagem “anfíbia” (PEREIRA, 2007). As constantes mudanças nos ambientes obrigam os grupos sociais que habitam este ambiente a desenvolverem os mais diversos comportamentos adaptativos. Nas palavras do autor,

Durante um período do ano (4 a 5 meses), a maior porção dessa planície [várzea] está submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, participa do ambiente terrestre. A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas” no ecossistema de várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos (PEREIRA, 2007, p.15).

De acordo com Junk *et al* (1997) citado por Fabr é e Ribeiro (2003), as várias mudanças físico-químicas que acompanham o processo de inundação dos rios, como a aceleração da correnteza, queda na temperatura e aumento da turbidez. Nas palavras de Fabr é e Ribeiro (2003 p. 89), o fenômeno da inundação e da vazante dos rios ocasionam as seguintes mudanças:

Os nutrientes acumulados durante a fase terrestre em ambientes que ficaram expostos durante a seca são levados pelas águas, tendo como resultado uma explosiva disponibilidade de alimento para a biota. A temperatura alta e constante durante o ano todo nos trópicos acelera os processos de desenvolvimento e crescimento desta biota. As plantas aquáticas podem crescer em corpos de água permanentes, outras adaptam o seu ciclo de desenvolvimento ao ritmo das enchentes. Estas plantas fornecem local de refúgio e alimentação tanto para peixes como para muitos invertebrados

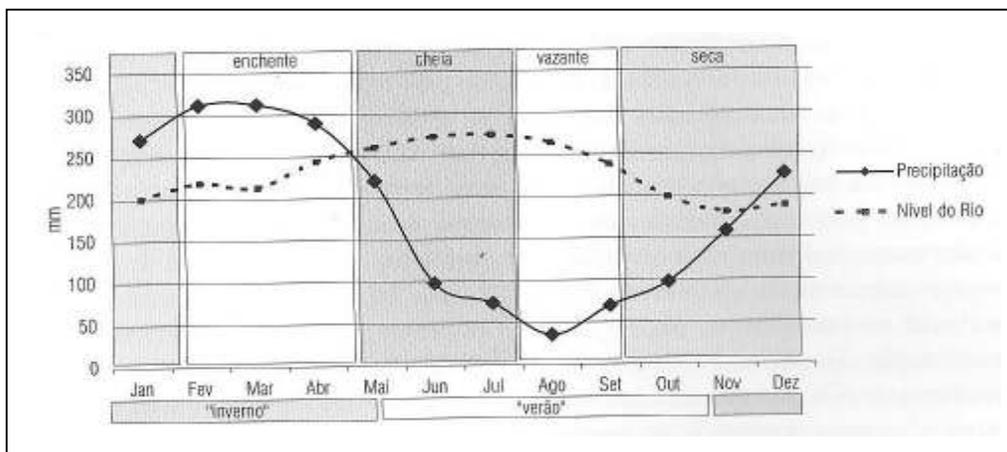
aquáticos. Quando essas plantas morrem, principalmente quando o nível do rio começa a diminuir, geram grande quantidade de matéria orgânica que entram em decomposição. Em decorrência desse processo, há diminuição na quantidade de oxigênio dissolvido, que, somada ao problema da baixa solubilidade deste gás em altas temperaturas e a falta de movimentação das águas, faz da concentração de oxigênio um dos fatores abióticos mais limitantes da vida nas áreas inundáveis.

Todavia essa dinâmica sazonal (subida e baixada dos rios) tem como consequência a fertilização das várzeas, colaborando para que esse ecossistema tenha sido historicamente ocupado, como relatam os cronista e viajantes que percorreram a região séculos atrás, e como comprovam os inúmeros sítios arqueológicos encontrados ao longo dos rios da região, demonstrando que as populações que habitavam as margens dos rios eram numerosas, devido provavelmente à fertilidade dos seus solos e à grande oferta de recursos naturais, especialmente peixes e outros animais aquáticos (MORAN, 1990). Com efeito, esse ecossistema se apresenta extremamente dinâmico e produtivo, particularmente no que se refere aos peixes.

Quanto à agricultura, a dinâmica da várzea impõe um calendário agrícola que possui quatro estações que correspondem à combinação dos regimes fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) e pluvial (inverno”e “verão”) (PEREIRA, 2007). Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre das estação cheia, as grandes áreas cultiváveis estão submersas.

Agosto marca o início da vazante, que propicia o aparecimento das áreas outrora submersas que irão servir para o cultivo agrícola. A estação da seca ocorre no trimestre de agosto, setembro e outubro. Este trimestre é conhecido localmente como “verão”, nele, aumentam-se as áreas cultiváveis, intensificando as atividades produtivas terrestres (preparo do solo, pecuária).

Os meses de novembro, dezembro e janeiro formam o trimestre da estação mais amena, correspondente ao “outono” das regiões subtropicais e temperadas, com condições ideais para o desenvolvimento de espécies agrícolas. O trimestre fevereiro, março e abril corresponde à enchente, é o período chuvoso (“inverno”). A figura 14 demonstra a dinâmica da várzea com suas estações climáticas e fluviais, o nível do rio e as precipitações pluviométricas em níveis normais.



Fonte: PEREIRA, 2007.

Figura 14 – Estações climáticas e fluviais em áreas de várzea na Amazônia Central

Nota-se que, no período da enchente a precipitação varia entre 300 e 250 mm, e o nível do rio varia entre 200 e 250 mm. No período da cheia, ocorre uma diminuição da precipitação, chegando entre 100 e 5 mm no período de junho e julho, enquanto o nível do rio ultrapassa os 250 mm. A vazante é o período mais curto, onde se observa o menor índice de precipitação menos de 50 mm, o nível do rio começa a diminuir ficando abaixo de 250 mm. A seca é um período longo marcado pela baixa no nível dos rios ficando abaixo dos 200 mm e apresenta uma crescente da precipitação iniciando pouco acima de 50 mm, chegando ao fim acima de 250 mm.

De acordo com Fabr e e Ribeiro (2003), entre os ambientes encontrados na área de várzea, os lagos assumem grande importância na manuten o das popula es que habitam esse ecossistema, pois “cumprem um papel fundamental no processo de disponibiliza o de matéria orgânica da dinâmica das áreas inundáveis amazônicas assim como ambientes de grande importância para a pesca profissional” (p. 91), constituindo-se um verdadeiro celeiro para as popula es que habitam a várzea.

Além dos lagos e dos ambientes aquáticos associados a ele – igarapés, igapós, furos e paranás –, outros ambientes aquáticos são característicos da várzea e de suma importância para manuten o da vida das popula es rurais da região, como os aningais, as cacaias, as restingas, os chavascais entre outros (FABR E e RIBEIRO, 2003).

A  rea de estudo   composta por diversos ambientes aquáticos, como lagos, igarapés, paranás, furos, igapós, aningais, cacaias, restingas e chavascais. Os lagos mais importantes são: o lago Grande (Jaiteua de Cima e Jaiteua de Baixo) e o lago São Lourenço (Cajazeira). Nestes ambientes, há uma infinidade de espécies de peixes, sendo algumas bastante visadas pelos pescadores comerciais como o ruelo – tambaqui pequeno – (*Colossoma bidens*), o

tucunaré (*Cichla ocellaris*), a branquinha (*Anodus laticeps*) e a curimatã (*Phocilodus argenteus*).

Os aningais são bancos de macrófitas enraizadas que se desenvolvem nas proximidades das margens dos paranás ou lagos e possuem grande importância no processo de sucessão da vegetação de várzea, são localizados em terrenos baixos e alagadiços (figura 15) (JUNK; PIEDADE, 1997 *apud* FABRÉ e RIBEIRO, 2003).



Figura 15 – O anigal.

Fonte: Tiago da Silva Jacuína. Trabalho de campo, 13 mai. 2006.

As cacaias são áreas cobertas por gramíneas, entremeadas por troncos de árvores mortas, ficam próximos às margens dos paranás ou lagos (figura 16). Na cheia, esses ambientes ficam totalmente submersos e, durante a época de seca, são utilizados como áreas de pastagem natural (FABRÉ e RIBEIRO, 2003).



Figura 16 – Cacaiais.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 12 out. 2006.

As restingas (figura 17) são constituídas de longas faixas de terraços mais altos (barrancos). Essas áreas representam materiais em suspensão mais pesados e, portanto, os primeiros que são depositados quando as águas dos rios de água branca sobem e invadem a várzea. A restinga baixa é frequentemente coberta por densos capinzais, chamados de canarana. A restinga mais alta é ocupada pela floresta de várzea, que durante a cheia fica totalmente submersa, sendo denominada localmente de “igapó” (FABRÉ e RIBEIRO, 2003).



Figura 17 – Restinga alta ou igapó.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 mai. 2006.

Os chavasciais (figura 18) são ambientes comuns nas áreas inundáveis e encontram-se entre lagos, canais, igarapés, frequentemente atrás das restingas, ao longo da costa,

caracterizam-se por apresentar uma vegetação baixa, arbustiva e pantanosa (FABRÉ e RIBEIRO, 2003). Para Pereira (2007), o chavascal está ligada ao solo de hidromorfismo permanente, e corresponde a um conjunto de formações abertas arbustivas e/ou herbáceas, sem estratificação marcada, onde as árvores não passam de 20 metros e onde as trepadeiras e epífitas são raras ou ausentes. De acordo com Ayres (1995) *apud* Fabr e e Ribeiro (2003), as espécies de vegetais mais encontradas nesses ambientes são as tabocas, a munguba, a piranheira, imbaúba, varias espécies de apu  e o jauari que   uma palmeira bastante comum cujos frutos são muito usados na pesca do tambaqui (*Colossoma macropomum*).



Figura 18 – Chavascal.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 mai. 2006.

O lago Grande e o lago São Lourenço – principais lagos da área de estudo – são formados por terra de várzea, suas características mudam de acordo com o período hidrológico, isto  , da enchente, cheia, vazante e seca. Durante o período da enchente e cheia, a água adentra nos ambientes da floresta, formando imensos igapós, igarapés, chavascais e vários corpos de água para onde os peixes se deslocam, seja para desova, seja para alimenta o. Já no período da vazante e seca, há uma diminui o dos ambientes aquáticos e uma maior concentra o de peixes nos lagos, igarapés e paranás. Devido   baixa profundidade, as espécies de peixes ficam mais vulneráveis   pesca, além disto, uma grande quantidade morre em virtude da falta de oxig nio decorrente da decomposi o das plantas aquáticas, da não moviment o das águas e da alta temperatura.

Desse modo, o período da cheia é a época onde a captura dos peixes é mais difícil, pois os ambientes de pesca são todos tomados pela água, e os peixes adentram nas florestas alagadas, entremeado-se em meio aos igapós, dificultando a penetração dos pescadores. Porém, apesar da dificuldade na captura nesse período, os peixes nos mercados das grandes cidades estão mais valorizados, em razão da pouca oferta e da grande demanda.

Na época da seca, pelo contrário, há uma enorme facilidade na captura dos peixes, pois, com a baixada das águas, os ambientes de pesca diminuem, os peixes ficam presos em pequenos lagos de águas rasas, ficando vulneráveis à ação dos pescadores. No entanto o seu preço nos mercados e feiras das cidades está baixo em razão da grande oferta de pescado realizada nesse período.

Na área do Jaiteua de Cima, no período de seca, apenas um ambiente de pesca, chamado paraná do Anamã (figura 19) se apresenta como lugar piscoso e de fácil captura. Esse ambiente aquático surge somente nesse período, situa-se relativamente distante das moradias dos sujeitos sociais que habitam a localidade – paradoxalmente, é o ambiente mais próximo que estes têm para pescar – e é o lugar onde os mesmos realizam suas pescarias no período da seca. O paraná do Anamã se apresenta com baixa profundidade e concentra grande quantidade de peixes ao longo de toda sua extensão, de maneira que, ao percorrê-lo de voadeira, os peixes que ali se encontram pulam para dentro da embarcação, demonstrando ser um lugar piscoso e de fácil captura. A navegação nesse ambiente não é possível com grandes barcos, apenas com embarcações pequenas e leves. Não obstante o paraná do Anamã se configura como um ambiente de extrema importância para a manutenção da vida dos grupos sociais na localidade, pois, no período da seca, ele é o lugar mais próximo que esses sujeitos dispõem para conseguir sua alimentação e sustentar suas famílias.



Figura 19 – Paraná do Anamã.

Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de Campo, 13 out. 2006.

Deste modo, o fluxo de subida e baixada da água condiciona a pesca na localidade, influenciando os pescadores em suas estratégias e uso de apetrechos durante a pescaria. A pesca se torna tecnicamente mais difícil ou mais fácil conforme o ciclo das águas, o que requer do pescador um conhecimento sobre o comportamento dos peixes, das áreas mais piscosas e uma grande habilidade no uso dos apetrechos de pesca.

2.5 Tipos sociais de pescadores

Para Leff (2002, p. 122), as tipologias empíricas de atores sociais são categorias concretas de análises que vão além de conceituações demasiadamente abstratas e são úteis para caracterizar as racionalidades produtivas dos diferentes atores em questão, “estabelecendo relações com os meios de produção, os recursos naturais e os produtos, articulando os processos de produção e de distribuição com os processos culturais, o contexto político e as condições econômicas e ecossistêmicas de determinada região”

Na área de estudo, o *campo social* se configura numa relação social de *luta*¹³ entre três tipos sociais de pescadores (pescadores de subsistência, pescadores comerciais locais e pescadores comerciais citadinos) que possuem interesses, estratégias e racionalidades diferentes, isto é, *habitus* singulares.

¹³ Uma relação social se denomina luta “quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros” (WEBER, 1991, p. 23).

Segundo Bourdieu (2007) a noção de *campo social* é entendida através da constituição de *campo de forças* e *campo de lutas*. Para o sociólogo, pode-se entender as relações sociais entre os indivíduos observando o *campo social* ao qual estão inseridos, pois, segundo o autor, os universos sociais funcionam como *campos* e compreender a dinâmica que o subjaz, denota entender o jogo que movimentam os diversos campos sociais e a posição de cada grupo social no interior dessa relação. Em outras palavras, *campo* seria um espaço de relações entre grupos com distintos *habitus* ou posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Assim, para o autor, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias.

Dessa forma, o conceito de *habitus* está intimamente relacionado ao de *campo social*, logo, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, de apropriação e de ação, experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam. Bourdieu (1972, p. 60-61) define *habitus* da seguinte maneira:

[...] um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predisposta a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

O *habitus* pode ser entendido pela correspondência ou ajustamento entre os comportamentos individuais e as condições de existência, funcionando como estruturas estruturadas. Porém o conceito de *habitus* não assume característica imutável, pelo contrário, é passível de mudança, isto é, “*habitus* é também adaptação, ele realiza sem cessar um ajustamento ao mundo que só excepcionalmente assume a forma de uma conversão radical” (Bourdieu, 1976, p. 106). Nesse sentido, o *habitus* está predisposto a tornar-se estruturas estruturantes, sendo, dessa forma, um conceito que se aplica não só na compreensão entre comportamentos individuais e as condições de existência, mas também no desajuste entre essas duas dimensões.

O sociólogo francês, então, propõe uma relação dialética entre *habitus* individual e a estrutura de um campo socialmente determinado. Desse modo, as ações, comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.

Adiante, serão aduzidos os diversos tipos sociais de pescadores observados na área de estudo, procurando identificar o *habitus* que estrutura cada grupo de pescadores dentro do *campo social* da pesca na Amazônia Central, ou seja, as diferentes racionalidades produtivas que caracteriza cada tipo social de pescador.

2.5.1 Pescadores de Subsistência

Os pescadores de subsistência são grupos sociais que têm na pesca apenas uma atividade complementar a outras, possuem uma economia diversificada anualmente, ou seja, dependem de várias atividades desenvolvidas ciclicamente durante o ano.

A antropóloga Furtado (1993) denomina esse tipo de pescador como *polivalente*. Nas palavras dela, o pescador polivalente realiza as seguintes atividades:

Lavram a terra própria e/ou arrendada, criam gado, cultivam juta, caçam, coletam sementes e frutas da mata, extraem plantas medicinais e resinas vegetais silvestres, fabricam carvão, torram farinha de mandioca e preparam farinha de peixe e pescam. A pesca entre eles é primordialmente destinada ao autoabastecimento e secundariamente à venda no mercado local e extra local (FURTADO, 1993, p. 241).

Embora esse tipo social de pescador possa vender o produto da pesca, isso ocorre esporadicamente. Na área de estudo, quase não foi encontrado pescadores comercializando o pescado. A agricultura é que representa a atividade econômica principal.

Para os pescadores de subsistência da Amazônia Central, o cultivo da mandioca e a sua posterior transformação em farinha é a principal fonte de renda, entretanto, eles também plantam frutas como banana, castanha, melancia, etc.; porém estes cultivos servem apenas para subsistência. Ainda que, a agricultura assuma lugar proeminente para esse grupo social, a pesca é importante como atividade destinada autoconsumo, embora eventualmente uma proporção de captura seja comercializada.

Este tipo de pescador, apesar de viver afastado dos centros urbanos, mantém constantemente ligações com a cidade, intercambiando bens e serviços e mantendo relações afetivas, parentais e lúdico-religiosas. Pelo fato de comercializarem mais os produtos

extraídos do trabalho na agricultura, autodefinem-se como agricultores e não como pescadores¹⁴.

O produto da pesca somente é destinado à comercialização em épocas em que a atividade na agricultura não exige demasiado dispêndio de trabalho, e isso se dá, sobretudo, no período da cheia, mais especificamente durante os meses de março, abril e maio. De acordo com Furtado (1993, p. 359),

O produto é capturado por uma unidade de trabalho onde predomina o trabalho familiar (desenvolvido por membros da família nuclear e/ou extensa) e onde os agentes de produção são os proprietários dos meios de produção. Os bens que eles produzem nessa pesca sazonal podem ser rotulados de bens de subsistência porque uma parte é consumida e outra vendida para, com o dinheiro arrecadado, comprar bens que não produzem.

Assim, a produção pesqueira desse grupo social tem participação ativa dos membros do seu grupo doméstico e, em alguns casos, do grupo de parentes que habita a vizinhança. “Estes formam as unidades de trabalho nessa modalidade de produção, que vão diariamente aos rios, igarapés, paranás e lagos localizados nas redondezas de sua moradia” (FURTADO, 1993, p. 356).

Nota-se que o pescador de subsistência vende o peixe apenas quando a atividade da agricultura se torna menos trabalhosa, ratificando a ideia de que a pesca é apenas uma atividade complementar. Importante também a ser salientado, é que o pescador de subsistência é um produtor independente quando se trata de pesca, pois utiliza a mão de obra familiar e é detentor de todos os meios de produção.

Os apetrechos de pesca mais utilizadas tanto para a pesca de subsistência quanto comercial é a malhadeira e tramalha¹⁵. Isso decorre, segundo o Sr. Armando (45, pescador de subsistência), da escassez de peixes “graúdos”, o que inviabiliza a pesca com os utensílios tradicionais que, antigamente, eram mais utilizados – como o arpão, a azagaia, o arco e flecha, embora não tenham deixado de utilizá-los.

Dessa forma, os recursos pesqueiros, para esse tipo de sujeito social, possui um valor-de-uso, um valor qualitativo, expressa a vida no sentido que serve de fonte de nutrição para

¹⁴ A antropóloga Furtado (1993) observou as mesmas características em seu estudo realizado na região do Baixo Amazonas.

¹⁵ De acordo o Sr. Armando, morador da Comunidade Santa Izabel, o uso da malhadeira entre os moradores do Jaiteua de Cima se deu por volta de 1985, e o aparecimento da tramalha nos primeiros anos deste século. A diferença entre a tramalha e a malhadeira, segundo ele, reside no material que é confeccionado, a malhadeira é feita de nylon, e a tramalha de uma espécie de plástico.

esse grupo social, trocam o produto não no sentido de obterem lucro com a venda, mas para adquirirem bens e serviços que a sua unidade doméstica não produz, ou seja, troca mercadoria por mercadoria, sendo a moeda apenas um meio de circulação.

Contudo, apesar de a pesca ser uma atividade de suma importância para a manutenção da vida desses sujeitos sociais, a continuidade desse grupo de pescadores, enquanto produtores da pesca, não se define, a rigor, pela atividade pesqueira, mas, sobretudo, pela atividade da agricultura,

[...] já que é nesse campo que se define sua organização de produção pesqueira; é nele que estão imbricados os valores que normatizam as relações homem/meio e homem/homem e as principais fonte de reposição material de seus meios de produção pesqueira. As condições de reprodução, portanto, na se dão apenas como pescador e sim como agricultor. A manutenção da propriedade de seu pedaço de chão, torna-se dessa forma o critério definidor de sua reprodução enquanto pescador polivalente (FURTADO, 1993, p. 364-65).

2.5.2 Pescadores comerciais citadinos

Segundo Furtado (1993), o estilo de vida polivalente – onde se trabalha a terra, a floresta e a água – se dilui a partir do momento em que o pescador de subsistência migra para os centros urbanos, não encontrando mais condições objetivas de viver como antes, passando a abrigar-se no campo da pesca intensiva.

Em conseqüência, começa a passagem de uma forma de vida ocupacional, de uma forma de organização social para outra, implicando novas adaptações e condicionamentos, em abandono necessário de algumas técnicas tradicionais de pescar para outras mais compatíveis com o processo mercantil vigente; em novo ritmo de vida e relações sociais mais complexas (FURTADO, 1993, p. 260).

Os pescadores citadinos ou, de acordo com a definição de Furtado (1993), *monovalentes*, autodefinem-se como pescadores simplesmente. Habitam os centros urbanos municipais, na área de estudo o município de Manacapuru, e em sua maioria são emigrantes vindo das áreas de várzea em busca de melhores condições de vida, mantendo relações com os parentes que continuaram na várzea. Juntam-se, a estes pescadores, indivíduos residentes nos próprios municípios que resolvem se converter em pescadores em busca de auferir recursos monetários mais rápidos para satisfazer suas necessidades materiais e sociais.

Este grupo social de pescador *vive prioritariamente ou exclusivamente da pesca*, atividade que ocupa a maior parte do tempo dos homens jovens e adultos, o produto de seu trabalho é destinado ao consumo de suas famílias e à venda. Dessa forma, a pesca é a atividade produtiva principal desse tipo de pescador, e o comércio do pescado é feita em proporções muito maiores das encontradas pelos pescadores de subsistência.

De acordo com Mello *et al* (1999), os pescadores citadinos trabalham nas embarcações pesqueiras, isto é, nos barcos geleiros ou atuam em canoas motorizadas (rabetas) utilizando caixas de isopor para o armazenamento do pescado. Estes pescadores itinerantes podem ser chamados de pescador citadino, devido ao fato de residirem nos centros urbanos. Para capturar os recursos pesqueiros, costumam se deslocar para áreas relativamente distantes, caracterizadas por diversos ambientes piscosos.

Uma das características mais significativas da pesca realizada por esse grupo social é o produto de seu trabalho, este possui não só um valor-de-uso – como vimos no grupo anterior –, mas, sobretudo, um valor-de-troca. Sua produção pesqueira, contudo, se destina principalmente à comercialização, sendo o peixe a principal fonte de renda.

Os pescadores comerciais citadinos se dedicam o ano inteiro à pesca e deslocam-se a grandes distâncias em busca de lagos e rios piscosos, “vive o pescador, do lago para o rio, do rio para o lago, obedecendo à sazonalidade do produto da pesca nesses biótipos” (FURTADO, 1993, p. 367). Por isso, o raio de ação desse tipo de pescador, é bem maior do que o dos pescadores de subsistência.

Parte considerável dos pescadores citadinos que atuam na área de estudo trabalham para os barcos de pesca ou geleiros¹⁶ (embarcados), dirigindo-se para a localidade, sobretudo, no período de seca. Locomovem-se por meio de canoas motorizadas – chamadas localmente de “rabetas” – e carregam consigo caixas de isopor, onde serão armazenados os peixes capturados, até voltarem para os barcos de pesca ou para Manacapuru onde vendem diretamente ao consumidor, ao geleiro ou ao marreteiro (figura 20).

¹⁶ Segundo BATISTA *et al.* (2004), os barcos geleiros se distinguem quanto à sua funcionalidade: alguns barcos carregados com gelo apenas conservam a produção pesqueira realizada por pescadores em suas canoas. Este “barco-mãe” funciona como um depósito do pescado e não costuma levar pescadores para os locais de pesca. Por outro lado, existem os barcos de pesca ou “pescadores” que, além de conservar o pescado em suas caixas (geladeiras), levam pescadores para os ambientes pesqueiros. Outra categoria concerne ao barco comprador, que percorre as comunidades apenas comprando a produção pesqueira das populações “ribeirinhas”. Por último, existem os barcos “mistos” que tanto compram o pescado como levam pescadores para as áreas de pesca. Na área de estudo, predominam os barcos geleiros que apenas conservam o pescado, sendo que os pescadores se locomovem em suas próprias embarcações.



Figura 20 – Pescador comercial citadino.
Fonte: Tiago da Silva Jacaúna. Trabalho de campo, 13 out 2006.

Os pescadores citadinos geralmente são afiliados à Colônia de Pescadores, possuem muitos apetrechos de pesca, possibilitando-os capturar grandes variedades de espécies de peixes e de todos os tamanhos; segundo um morador local, mesmo os pescadores comerciais locais não possuem esse arsenal de apetrechos de pesca.

A sua vinculação ao modo de produção capitalista é bem estreito, pois, ora serve como mão de obra (embarcado) para empresas do setor, ora trabalha autonomamente comercializando com frigoríficos, com proprietários de barcos de pesca etc.

Na pesquisa de campo, foram observados tanto pescadores citadinos que estavam trabalhando para algum barco de pesca, quanto pescadores independentes que residiam na cidade e estavam pescando por conta própria a fim de vender seu produto na sede do município de Manacapuru.

2.5.3 Pescadores comerciais locais

Este tipo de pescador reside na própria localidade, porém dedica-se à pesca de maneira mais intensa e menos à agricultura. De acordo com Furtado (1989), o pescador que se empenha na pesca comercial, apesar de estar associado às grandes cidades não é apenas o pescador citadino, mas inclui também os ribeirinhos ou varjeiros contratados pelos barcos de pesca ou “geleiras” (embarcações com caixas de gelo ou urnas com gelo). “Isto [...] causa a mistura entre ribeirinhos e profissionais [pescadores comerciais], gerando a cumplicidade de muitos comunitários com a atividade comercial” (BATISTA *et al*, 2004, p. 76).

Entre os moradores das unidades sociais aqui estudadas, também existem pescadores comerciais, estes fazem do produto da pesca uma mercadoria, ou seja, um valor-de-troca,

destarte, os pescadores comerciais enfrentam jornadas corridas de trabalho, sobretudo, porque parte do valor de seu produto é posse de outros agentes. Os integrantes desta categoria se autodenominam como pescadores (MELLO et al, 1999). É um grupo de pescadores que têm na pesca a sua principal atividade produtiva, embora esporadicamente trabalhem na agricultura ajudando seus parentes agricultores.

Os apetrechos de pesca mais utilizados são a malhadeira, a tramalha, e quando conseguem, emprestado ou arrendado de algum pescador, o arrastão. Existem, entre esses pescadores, alguns que trabalham para barcos de pesca em determinados períodos, porém nem todos os moradores das localidades admitem isso. Quando vão pescar para a comercialização, pescam em lugares distantes, por isso vão sempre acompanhados de algum amigo ou parente, desse modo, dividem o lucro da pescaria após a venda.

Os pescadores comerciais locais vivem em condições precárias de trabalho, pois não possuem todos os apetrechos de pesca necessários para a atividade, isso os obriga a se associarem ou trabalharem para os outros pescadores. É o caso de um pescador comercial local, que trabalha para um pescador comercial citadino, este lhe oferece todos os apetrechos de pesca, o lucro é dividido, e essa divisão sempre tende a beneficiar o proprietário dos meios de produção.

Na área de estudo, os pescadores comerciais geralmente são donos dos meios de produção (utensílios de pesca, canoas motorizadas ou não) e vendem o produto das pescarias diretamente ao consumidor ou ao marreteiro. Dessa forma, sua produção se caracteriza nos moldes de uma pequena produção mercantil.

A principal característica dessa forma de organização é a produção do valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda (DIEGUES, 1983, p. 149).

Outras características importantes apontadas por Diegues são a propriedade dos meios de produção, o controle do processo de trabalho, a dispersão dos meios de produção e a reduzida divisão do trabalho levando a um fraco desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse íterim, a propriedade individual dos meios e instrumentos de trabalho na pesca passa a ser um elemento fundamental em toda organização produtiva.

2.6 As formas de organização da produção

Observou-se, entre os tipos sociais de pescadores, distintas formas de organização da produção pesqueira onde os mesmos se relacionam entre si e com as condições objetivas da produção, apresentando situações de menor ou maior envolvimento com o mercado. Dessa forma, o mercado é o denominador comum, em que estes tipos sociais estão entre diferentes graus de dependência.

A relação mais forte entre o sistema de mercado e os pescadores se dá entre os pescadores comerciais tanto os locais quanto os citadinos, pois o produto da pesca possui para estes atores sociais um valor-de-troca, sendo o principal produto de comercialização, assim, possuem uma forte dependência com o mercado.

Não obstante a organização da produção desses dois tipos de pescadores é diferente. O pescador comercial local se organiza no campo de uma produção mercantil simples, pois geralmente é dono dos meios de produção, possui reduzidos utensílios de pesca e trabalha independentemente; a comercialização do pescado não procura dar origem à mais-valia (D-M-D'), produzem apenas valores que são, posteriormente, convertidos em outras mercadorias (M-D-M). O pescador citadino se aproxima do modo de produção capitalista, não como o capitalista, mas como um trabalhador a serviço de empresas do setor, embora, também produzam para o abastecimento de suas unidades domésticas. Entrementes isso não significa que sua produção possa ser considerada totalmente como um modo de produção capitalista, embora seja influenciada pelo capital. A figura 21 demonstra a intensidade da pesca nas diferentes localidades estudadas, mostrando a relação entre a pesca de subsistência e a comercial.

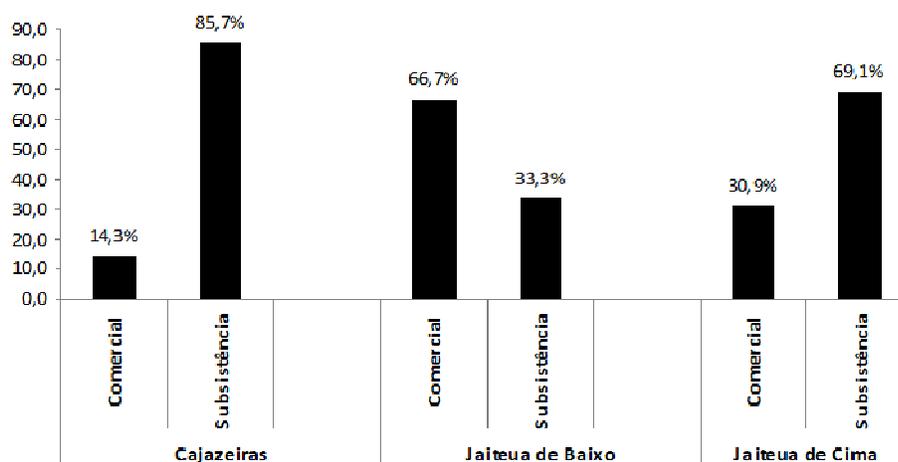


Figura 21 – Intensidade das práticas de pesca nas localidades.
Fonte: Dados de campo (2008).

A figura 21 demonstra que a pesca comercial não é intensa nas localidades, embora na localidade Jaiteua de Baixo, seja predominante. Nas demais localidades, a pesca de subsistência é a mais praticada.

Entre os pescadores, o que se relaciona com menor intensidade ao sistema de mercado – isso se tratando da produção pesqueira – são os pescadores de subsistência. Sua organização da produção é principalmente voltada para o autoabastecimento, em que as unidades domésticas se organizam para pescar a “boia” – expressão essa muito utilizada entre os moradores da localidade. A comercialização do produto da pesca é feita apenas esporadicamente quando o trabalho na “roça” não exige muita dedicação. As formas de organização da produção pesqueira e suas variáveis se encontram resumidas no quadro 1.

Fatores/Variáveis	Pesca de subsistência	Pesca comercial local	Pesca comercial citadina
Objetivos da produção pesqueira	Autoabastecimento familiar	Parte da produção destinada à produção de objetos de troca é maior que a destinada a produção de objetos de uso.	Produção total convertida em mercadorias.
Relações sociais de produção	Propriedade familiar dos instrumentos de produção	Propriedade individual dos instrumentos de produção	Propriedade individual ou nas mãos de terceiros.
Crítérios de alocação dos recursos e fatores de produção	Satisfação das necessidades familiares.	Principalmente o mercado de fatores de produção	Principalmente o mercado de fatores de produção
Unidade de trabalho	Grupo doméstico	Grupo de pescadores independentes com o sem laços familiares.	Grupo de pescadores recrutados na cidade/Pescadores independentes.
Instrumentos de produção	Caniços, Malhadeiras, arpões, etc.	Caniços, Malhadeiras, arpões, etc.	Caniços, Malhadeiras, arpões, etc.
Propriedade dos instrumentos de produção	Familiar	Propriedade individual/Proprietário participa da pesca	Propriedade de terceiros que não participa da pesca/Propriedade individual.
Tipos de conservação do pescado	Inexistente; o pescado é consumido de imediato.	Gelo em pedras; salga.	Gelo ou resfriamento a bordo.
Fontes de conhecimento da pesca	Tradição	Tradição	Tradição
Produção de excedente e acumulação capitalista	Inexistente	Casual	Moderada
Intermediário na comercialização	Inexistente	Comerciante especializado na pesca.	Empresa especializada no comércio de pesca/ Comerciante especializado na pesca.
Pesca e outras atividades	Pesca associada a outras atividades.	A pesca é atividade principal.	A pesca é atividade exclusiva.

Quadro1. Tipos sociais de pescadores, grau de relação com o mercado e organização da produção da pesca na área de estudo.

Fonte: Diegues (1983).

Com efeito, observa-se que os diferentes grupos sociais de pescadores se dedicam à pesca com maior ou menor intensidade, possuindo relações diferentes com o mercado e possuindo formas de organização da produção díspares.

Os pescadores de subsistência veem na atividade da pesca um ganho qualitativo, isto é, apenas uma possibilidade de vida, através do sustento alimentar com este recurso. Assim, o objetivo de sua produção pesqueira é o autoabastecimento familiar; as relações sociais de produção se dão no interior da família, pois é ela que detém os instrumentos de produção; os recursos e os fatores de produção são destinados para a satisfação do grupo doméstico e a pesca é uma atividade apenas complementar a outras.

De outro lado, estão os pescadores comerciais citadinos ou locais, que veem na pesca uma fonte de geração de renda, isto é, de ganho quantitativo, na medida em que a pesca possibilita a obtenção de uma renda mais rápida. Porém, alguns aspectos da organização da produção entre esses dois grupos de pescadores ocorre de maneira diferente.

Quanto ao objetivo da produção pesqueira, à parte da produção dos pescadores comerciais locais destinada à produção de objetos de troca é maior que a destinada a produção de objetos de uso. Diferentemente, os pescadores comerciais citadinos destinam totalmente sua produção para a transformação em mercadorias.

Quanto às relações de produção, os pescadores comerciais locais possuem a propriedade individual dos instrumentos de produção. Entre os pescadores comerciais citadinos, alguns possuem a propriedade individual dos instrumentos de produção, outros a propriedade dos instrumentos está na mão de terceiros.

Quanto a relação da pesca com outras atividades, para os pescadores comerciais locais a pesca é a principal atividade; já para os pescadores comerciais citadinos, a pesca é atividade exclusiva.

Dessa forma, os grupos sociais de pescadores que habitam a área de estudo, possuem tipos diferentes de racionalidade:

[...] uma que tende a assegurar a reprodução sociocultural a partir das condições de equilíbrio do ecossistema [pescadores de subsistência]; outra que tende a maximizar os benefícios comerciais [e] o intercâmbio econômico [pescadores comerciais locais e citadinos]. Num caso, a estrutura funcional do ecossistema condiciona a divisão do trabalho, a organização produtiva e as formações simbólicas de uma formação social. No outro, as práticas sociais e produtivas vão-se subordinando à produção capitalista, impondo-se as leis do mercado sobre as condições ecológicas da reprodução social (LEFF, 2000, p. 99-100).

Assim, alguns pescadores veem os recursos haliêuticos como fonte exclusiva de alimentação, outros o percebem como um meio de ganhar a vida através da comercialização. Essa multiplicidade de percepções e racionalidades produtivas que os diversos usuários têm dos recursos pesqueiros, aliada ao conseqüente escasseamento do peixe nos ambientes de pesca da região, propiciou o surgimento de conflitos que se intensificam na região.

CAPÍTULO III

OS CONFLITOS SOCIAIS

Este capítulo abordará a dinâmica dos conflitos em torno dos recursos pesqueiros que ocorrem na Amazônia Central. Entrementes, como se trata de uma abordagem sociológica para esse fenômeno, no primeiro momento, pensou-se ser oportuno expor de que maneira os clássicos da sociologia (Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim) compreendiam o fenômeno dos conflitos sociais. Embora os autores não tratem do que se convencionou chamar de conflitos socioambientais, ainda sim, torna-se importante entender como a sociologia clássica trata o tema.

Em seguida, entra-se nas relações de poder percebido no trabalho de campo. É importante serem compreendidas essas relações pois elas interferem na configuração dos conflitos sociais entre os pescadores.

Por último, analisam-se os conflitos sociais entre os pescadores da Amazônia Central, demonstrando as relações de conflitos e seus embates.

3.1 A sociologia dos conflitos sociais: os pensadores clássicos

3.1.1 Karl Marx

As lutas sociais na teoria marxiana assumem importância capital. A compreensão deste fenômeno social é crucial para o entendimento do pensamento marxiano. Embora Marx e Engels não tenham formulado sistematicamente um conceito sobre lutas sociais, pode-se percebê-lo ao longo de toda sua obra.

É sob a forma de lutas de classes que este fenômeno surge na teoria marxiana. Nas palavras que se tornaram famosas no *Manifesto do partido Comunista* (1998, p. 66) “a história de toda sociedade até hoje é a história de luta de classes”, indicando que as lutas entre classes sociais é a mola propulsora da história¹⁷.

¹⁷ Com o intuito de levar em conta as comunidades “primitivas” onde a divisão entre classes ainda não havia aparecido, Engels em nota da edição inglesa de 1888 do *Manifesto do partido Comunista* refere-se à história escrita.

Embora Marx e Engels esboquem que a luta de classes aparece ao longo da história de maneira recorrente e relevante em todas as sociedades, é em nossa época, “a época da burguesia” que as classes fundamentais se diferenciam mais claramente e onde as lutas de classe são mais agudas. Nas palavras de Marx e Engels (1998, p. 67):

Nas épocas anteriores da história encontramos quase por toda parte uma completa estruturação da sociedade em diversas ordens, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma Antiga temos patrícios, guerreiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestres, companheiros, aprendizes servos; e, em quase todas essas classes, outras gradações particulares. A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas. A nossa época a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

Assim, a época atual se caracteriza não mais pela múltipla estrutura de classes, mas pela simples divisão em duas grandes classes que lutam entre si. Nota-se que essa luta entre classes nunca ocorre de maneira justa, isto é, há sempre o opressor e o oprimido, o dominador e o dominado. Segundo Marx e Engels (1998), a história das sociedades é marcada por uma guerra ininterrupta entre opressores e oprimidos, a qual cessa de duas maneiras: ou por uma transformação da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Dessa forma, torna-se necessário compreendermos os conceitos de *classe* na teoria marxiana para, assim, compreendermos como se dá a luta de classes.

De certo modo, a ideia da sociedade dividida em classes sociais foi o ponto de partida de toda teoria marxiana e marxista¹⁸, pois a descoberta do proletariado como uma nova força política engajada na luta pela emancipação, fez Marx debruçar-se na análise da estrutura econômica das sociedades modernas e no seu processo de desenvolvimento.

Assim, foi a estrutura de classes das primeiras fases do capitalismo e as lutas de classe desse período que constituíram a referência principal de toda concepção marxiana da história, desenvolvendo no *Manifesto do partido Comunista* (1998) a luta de classes como força motriz da história. Contudo Marx e Engels em *A ideologia Alemã* (1999) admitiram que a divisão da sociedade em classe não pode ser generalizada para todas as épocas e sociedades, na realidade, é uma característica distintiva das sociedades capitalistas.

¹⁸ Com a nomenclatura *marxiana* e *marxista* procuramos diferenciar os escritos de Marx e Engels (teoria marxiana), dos demais pensadores que fizeram uso das idéias de Marx e Engels para formularem suas idéias (teoria marxista).

A diferença entre o indivíduo pessoal oposto ao indivíduo de uma classe e a contingência das condições de vida para o indivíduo só se instauram com o surgimento da classe, *ela mesma um produto da burguesia* (MARX e ENGELS, 1999, p. 213 grifo nosso).

No entanto a divisão da sociedade entre classes sociais é um produto da modernidade, isto é, é no período vigente que pode-se afirmar efetivamente uma sociedade de classes. Todavia não podemos negar que Marx e Engels não tenham percebido que, em todas as épocas, existisse uma divisão fundamental entre classes. No livro de *O Capital* (1983), o autor afirma que todas as sociedades que sucederam as antigas comunidades tribais, mantiveram sempre a relação entre os proprietários das relações de produção e o produtor direto, esta relação é o segredo mais íntimo de toda estrutura social. Contudo, segundo Marx em *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (1978, p. 398), uma classe plenamente constituída se dá do seguinte modo:

Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura daquelas de outras classes e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe. Na medida em que há apenas uma interconexão local entre esses camponeses, de pequena propriedade, e a identidade de seus interesses não gera nenhuma comunidade, nenhum elo nacional e nenhuma organização política entre eles, tais pessoas formam uma classe.

Dessa forma, na concepção marxiana de classe, o que faz surgir uma classe social são as condições de existência comum a determinado conjunto de indivíduos. No caso da classe proletária, foi a dominação do capital que criou uma situação e interesses comuns da classe trabalhadora, surgindo, dessa forma, um interesse de classe. Sem embargo, como vimos na citação supracitada, mesmo não havendo nenhum tipo de organização política entre indivíduos que possuem as mesmas condições de existência, formam uma classe, não uma classe para si, mas uma classe em relação ao capital.

Assim, a luta social no sistema capitalista se dá entre classes que possuem condições de existência distintas, burgueses e proletários, ou seja, classe dominante e classe dominada.

A idéia de classe dominante também se mostra relevante na compreensão das lutas sociais. Essa noção abrange duas ideias fundamentais e distintas. A primeira é de uma classe economicamente dominante, que domina e controla todos os aspectos da vida social, tanto do

ponto de vista do poder material quanto do poder espiritual. Nas palavras de Marx e Engels (1999, p. 206-207),

Os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes de cada época, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe com isso simultaneamente sobre os meios para a produção espiritual, de maneira que com isso lhe estão ao mesmo tempo submetidos em média os pensamentos daqueles os quais faltam os meios para a produção espiritual.

A segunda ideia importante sobre classe dominante é que para manter e reproduzir o seu modo de produção e seu estilo de vida, ela deve exercer o poder de Estado, ou seja, dominar politicamente. Segundo Marx e Engels (1998, p. 68):

[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo do Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a burguesia

Marx e Engels (1998) descrevem todo o processo histórico que fizeram da burguesia a classe dominante da atualidade. Para os autores, “foi dos servos da Idade Média [que] nasceram os burgueses livre das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia” (MARX e ENGELS, 1998, p. 67).

A burguesia se situa como o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição, revolução essa proporcionada pela abertura do mercado dos bens manufaturados possibilitada pela descoberta e colonização da América, a circunavegação da África, o comércio colonial e o incremento das mercadorias (MARX e ENGELS, 1998). Esses fatores proporcionaram um processo de acumulação de capital faustoso à burguesia, fazendo dela uma classe economicamente poderosa. Segundo Marx e Engels (1998, p. 68),

A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou o terreno. O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu sobre a extensão da indústria; e na proporção em que a indústria, o comércio, a navegação, as ferrovias se estendiam, a burguesia também se desenvolvia, aumentava seus capitais e colocava num plano secundário as classes legadas da Idade Média.

Os autores concluem mencionando que a própria burguesia moderna é um resultado de um logo processo histórico permeado por uma sequência de revoluções nos modos de produção e troca.

Cabe ressaltar que a burguesia ao longo de seu processo histórico não somente garantiu a dominação econômica mas também à política. De acordo com Marx e Engels (1998), cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada por um processo político correspondente, sendo hoje a classe que comanda o Estado moderno.

No entanto a atual fase de desenvolvimento da burguesia dá sinais de fracassos, da mesma forma que o sistema feudal não correspondia às novas forças produtivas em desenvolvimento, a sociedade burguesa não consegue mais absorver o volume de riquezas criadas por ela mesma.

As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criada. E de que modo à burguesia vence tais crises? De um lado, através da destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro, através da conquista de novos mercados e da exploração intensa dos antigos. De que modo, portanto? Mediante a preparação de crises mais gerais e mais violentas e a diminuição dos meios de evitá-la (MARX e ENGELS, 1998, p. 72).

Dessa forma, a própria burguesia é responsável pelo seu próprio fim, o seu ímpeto pela mais-valia cria condições adversas à sobrevivência do próprio sistema. Segundo Marx e Engels (1998, p. 72),

As armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*.

A classe operária assumia um caráter revolucionário, “de todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (MARX e ENGELS, 1998, p. 75). Dessa forma, o seu engajamento na luta contra a burguesia, era a força política que destruiria o atual sistema e faria a transição para o socialismo.

Deste modo, o proletariado nasce no seio da sociedade burguesa, e passa por diferentes fases de desenvolvimento. De acordo com autores, a luta do proletário contra a burguesia inicia com sua própria existência.

Quanto ao desenvolvimento da classe operária,

No princípio, lutam operários isolados, depois os operários de uma mesma fábrica, a seguir os operários de um mesmo ramo da indústria, numa dada localidade, contra o burguês singular que os explora diretamente. [...] Nessa fase, os operários constituem uma massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. [...] Porém, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; concentra-se em massas cada vez maiores, sua força aumenta e ele sente mais tudo isso. [...] Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses, reúnem-se para defender seus salários. Chegam até mesmo a fundar associações permanentes para estarem precavidos no caso de eventuais sublevações. Aqui e ali a luta explode em revoltas. [...] Tal união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação que são criados pela grande indústria e que colocam em contato os operários de diferentes localidades. E basta esse contato para centralizar as numerosas lutas sociais, todas do mesmo caráter, numa luta nacional, numa luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política (MARX e ENGELS, 1998, p. 74-75).

Dessa forma, é através da luta entre classes diametralmente opostas que Marx e Engels vislumbram a mudança social. Burgueses e proletários são as classes modernas que rivalizam em razão do poder social. Assim, as lutas de classe na sociedade moderna têm importância fundamental, pois o seu resultado é compreendido como uma transição para uma sociedade sem classes.

3.1.2 Max Weber

De acordo com a teoria weberiana, a luta social integra as relações sociais entre os indivíduos, contendo vários significados e formas, podendo envolver números ilimitados de indivíduos. Para Weber, a luta social ocorre por meio da *ação social* dos indivíduos que interagem provocando (quando contrárias) tensões sociais.

Uma relação social se denomina luta “quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros” (WEBER, 2004, p. 23). O autor denomina “pacíficos” os meios de luta que não se constituem de violência física efetiva, ou seja, quando a disputa entre os grupos sociais se assenta no campo da *concorrência*, que se dá “quando [...] [há] pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas” (WEBER, 2004, p. 23). Quando existe uma luta pela existência, ou seja, pelas possibilidades de sobreviver sem que haja a intenção dirigida dos indivíduos contra outros, o autor denomina “*seleção*”; sendo “*seleção*

social” quando se trata das possibilidades concretas que as pessoas têm na vida e “*seleção biológica*” quando se trata das possibilidades de sobrevivência do patrimônio genético.

Sobre o conceito de “seleção social”, Weber (2004, p. 24) adverte que nem toda “seleção social” é “luta”, e assim a define:

[...] [são] determinados tipos de comportamento e, eventualmente, qualidades pessoais [que] têm preferência quando se trata da possibilidade de entrar em determinada *relação* social. Nada diz, portanto, sobre a questão de que essa possibilidade de preferência social se adquire por meio da “luta” nem sobre o problema de que com ela se melhora a *probabilidade* de *sobrevivência* biológica do tipo em questão ou de se acontece o contrário.

Nesse sentido, entre as formas de luta Weber (2004, p. 24) aponta para várias possibilidades:

[...] desde a luta sangrenta, dirigida a aniquilação da vida do adversário e alheia a toda regra, até o combate entre cavaleiros convencionalmente regulado e o desafio esportivo com suas regras, desde a “concorrência” erótica desregada pelos favores de uma mulher ou a luta concorrência por possibilidades de troca submetidas à ordem do mercado, até as “concorrências” artificiais reguladas ou a campanha eleitoral.

Na concepção de Weber (2004), o que realmente caracteriza a luta é a *concorrência*, ou seja, só existe luta social quando houver efetivamente uma situação de *concorrência*, onde um conjunto de indivíduos ou um único indivíduo necessite superar outros no intuito de garantir uma posição social ou a própria sobrevivência.

Nesse íterim, de acordo com Weber (2004), a luta só se torna inevitável apenas no sentido de “seleção”, e a princípio apenas no sentido da seleção biológica. Nas palavras do autor, “[...] a seleção social constitui empiricamente a barreira contra a eliminação da luta, e a biológica a constitui em princípio” (WEBER, 2004, p. 24). Assim, uma luta social é sempre uma relação social onde ocorre uma seleção social ou biológica. Segundo Weber (2004, p. 24), as *relações* são *ações* humanas de determinado sentido, destarte uma “seleção” ou “luta” entre essas “relações” “[...] significa, portanto, que determinada espécie de ação, com o tempo, é *suplantada* por outra, seja das mesmas pessoas seja de outras”.

Weber (2004, p. 24) expõe que a ação humana pode se dar de duas maneiras. Pode ser de maneira intencional, isto é,

[...] dirigir-se *conscientemente* à perturbação de determinadas relações sociais concretas ou, de modo geral, de relações sociais organizadas em determinada forma, isto é, a perturbar o curso das ações correspondentes ao sentido dessas relações, ou a impedir seu nascimento ou sua subsistência [...], ou a influenciá-las, favorecendo a subsistência de determinada categoria de relações às custas das outras: tanto um indivíduo isolado quanto muitos indivíduos associados podem estabelecerem para si tais objetivos.

Tais ações também podem se dar de maneira não intencionada, onde o curso da ação social e suas condições determinantes levem à diminuição progressiva da probabilidade de subsistência ou de nova formação de determinadas categorias de relação. Nesse caso, as probabilidades são transformadas nas mais variadas espécies de relações sociais, o que leva a pensar em uma seleção das relações sociais. Mas, segundo Weber (2004, p. 25),

[...] deve-se ter em conta que essa chamada “seleção” nada tem a ver com a seleção dos *tipos* humanos nem no sentido social nem no biológico, e que, em cada caso concreto, cabe perguntar pela causa que produziu o deslocamento das probabilidades para esta ou aquela forma de ação social e de relações sociais, ou que destruiu uma relação social ou permitiu sua subsistência em face das demais, considerando que essas causas são tão múltiplas que parece impróprio abrange-las com uma fórmula única.

Assim, o sentido de luta social, para Weber, não assume caráter dicotômico como na teoria marxiana, ele abrange um número maior de grupos sociais onde a luta se dá através da concorrência que pode se dar de inúmeras formas gerando um conjunto múltiplo de relações sociais. Nesse contexto, pode-se pensar em uma luta social dentro da própria “classe burguesa” que concorrem entre si para garantir melhores condições de troca no mercado. Entretanto, torna-se necessário compreender o conceito weberiano de *classe* e de *luta de classes* com o intuito de tecer aproximações e distanciamentos entre os mesmos.

A ideia de *classe* para Weber (1982) está intimamente relacionada com a distribuição do poder econômico numa determinada “comunidade”, é a através desta distribuição que as *classes* são constituídas. Por “poder” Weber (1982, p. 211) entende: “[...] a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realiza sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação”. Todavia o poder “condicionado economicamente” não pode ser confundido com o poder como tal, pelo contrário, o poder econômico poder ser derivado do poder existente por outros motivos, isto é, o homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente, muitas vezes o poder pode ser desejado “por si mesmo”. Outras vezes, a luta pelo poder é condicionada pelas

honras sociais que ele acarreta, porém nem todo poder traz honras sociais. O poder “meramente econômico”, como o poder financeiro, não é reconhecido como base de honras sociais. Nem o poder por si só pode ser reconhecido como a única base das honras sociais. Na realidade, é a honra social ou o prestígio, a base do poder político e econômico (WEBER 2004).

Weber (1982) chama de “ordem social” a forma pelas quais as honras são distribuídas entre os grupos de indivíduos que participam desta distribuição. Assim, nas palavras do autor entende-se por ordem social: “[...] a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela” (WEBER, 1982, p. 212). Destarte, para o autor, “classes” é um fenômeno acarretado pela distribuição do poder dentro de uma determinada comunidade.

Na terminologia weberiana, “classes” não se organizam como comunidades, são apenas “bases possíveis, e frequentes, de ação comunal”. Nesse sentido, existem três maneiras de perceber uma classe: 1) quando existir certo número de pessoas que possuam oportunidades de vida comum, ou seja, um componente causal que as assemelham; 2) esse componente causal tem que representar um interesse econômico da posse de bens e oportunidades de renda; e 3) ocorre sob condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho (WEBER, 1982, p. 212). Desse modo, classe se refere a qualquer grupo de pessoas que partilham a mesma situação de classe.

A “situação de classe” é denominada por Weber (2004) quando há oportunidade típica de: abastecimento de bens, posição de vida externa e destino pessoal. Esses fatores resultam da extensão da natureza do poder de disposição ou não sobre bens ou qualificações e de sua aplicabilidade para a aquisição de rendas ou outras receitas. Assim, quando existem similitudes nessas “oportunidades típicas” é constituída uma classe.

Weber (2004) identifica três tipos de classe apresentado a dupla dimensão de cada uma delas, isto é, a dos positivamente privilegiados e a dos negativamente privilegiados:

1) Classe proprietária: é aquela em que as diferenças de propriedade determinam a situação de classe.

Entre os que integram o grupo positivamente privilegiado, estão tipicamente os *rentistas*, que podem ser:

- a) rentistas de seres humanos (proprietários de escravos);
- b) rentistas de terras;
- c) rentistas de minas;

- d) rentistas de instalações (proprietários de instalações de trabalho e aparelhos);
- e) rentistas de navios;
- f) credores (credores de gado, de cereais, de dinheiro);
- g) rentista de valores.

Dessa forma, constituem a classe dos que exercem a monopolização do abastecimento com bens de consumo de preços elevados (escravos, instalações e aparelhos de trabalho, terras, navios, etc.), monopólio da política planejada na venda dos produtos, monopólio das oportunidades de formação de patrimônio pelos bens não consumidos, monopólio das oportunidades de formação de capital por meio de poupança, monopólio sobre posições de dirigentes de empresas, e monopólio dos privilégios de educação quando este é oneroso.

Entre os que integram o grupo negativamente privilegiado estão as “classes médias” (podem ser classes *aquisitivas*: empresários – positivamente privilegiados –, proletários – negativamente privilegiados), classe essa composta por aqueles que dispõem de propriedade ou qualidades de educação e daí obtêm sua renda, todavia, são aqueles indivíduos objetos de propriedade, desclassificados, endividados e “pobres”.

Para Weber (2004), a articulação das classes proprietárias não leva necessariamente a *lutas e* revoluções sociais. Isso só ocorre entre classes proprietárias dos: rentistas de terras *vs* desclassificados, ou, credores *vs* devedores. Segundo Weber (1982, p. 214),

A relação credor-devedor só se torna a base das “situações de classe” nas cidades onde a plutocracia criou um “mercado de crédito”, por mais primitivo que seja, com taxas de juros aumentando segundo as proporções de escassez e uma monopolização concreta dos créditos. Com isso, iniciam-se as “lutas de classe”.

Contrariamente à teoria marxiana, esses antagonismos podem levar a *lutas* revolucionários, mas não com o intuito de modificar ou mudar a constituição econômica, apenas obter acesso à propriedade ou à distribuição desta.

2) *Classe aquisitiva* é que apresenta oportunidades de valorização de bens. Entre os que integram o grupo positivamente privilegiado estão os *empresários*:

- a) comerciantes;
- b) armadores;
- c) empresários industriais;
- d) empresários agrários;
- e) banqueiros e empresários financeiros;

f) “profissionais liberais” com capacidades ou formação especial (advogados, médicos, artistas);

g) trabalhadores com qualidades monopólicas (próprias ou adquiridas).

Assim, constituem a classe daqueles que exercem o monopólio da direção da produção de bens e no interesse dos fins lucrativos dos membros de sua classe, além do asseguramento de suas possibilidades aquisitivas pela influência na política econômica das associações políticas e de outras.

Entre os que integram a classe aquisitiva negativamente privilegiada, estão os *trabalhadores*, em suas diversas categorias:

- a) qualificados;
- b) treinados para determinado serviço;
- c) não qualificados;

Entre esses, também, encontram-se as “classes médias”, os camponeses e artesãos autônomos. Além deles, estão:

- a) funcionários (públicos e privados);
- b) profissionais liberais” com capacidades ou formação especial (advogados, médicos, artistas);
- c) trabalhadores com qualidades monopólicas (próprias ou adquiridas).

3) *Classe social* é a totalidade das situações de classe onde uma mudança pessoal e na sucessão das gerações é facilmente possível e ocorre tipicamente. Desse modo, os membros pertencentes a essa classe são:

- a) os trabalhadores em seu conjunto;
- b) a pequena burguesia;
- c) os intelectuais sem propriedade e os especialistas profissionais;
- d) as classes dos proprietários e privilegiados por educação.

Um aspecto sugestivo da concepção weberiana é a possibilidade de ascensão entre classes sociais, segundo ele, isso pode ocorrer, ora com facilidade, ora com dificuldade, porém não apresenta caráter estático, e nem preso em apenas duas grandes classes sociais¹⁹. Contudo a teoria weberiana abarca um conjunto bem maior de classes, demonstrando que são as “situações de mercado” que definem a “classe”, e é, através da *concorrência* pelas oportunidades de produção e troca no mercado, que definem as *lutas* de classe.

¹⁹ É importante mencionar que, embora Marx (1978) não tenha trabalhado com profundidade, não deixou de relatar o crescimento da “classe média”, porém usou mais a expressão de “pequena burguesia” para expressar uma classe intermediária entre a classe burguesa e proletária.

No entanto uma ação comunal de classe se cria com maior facilidade nos seguintes casos:

- a) contra os portadores *imediatos* de interesses opostos (trabalhadores contra empresários, e não [contra] acionistas, os quais de fato obtêm renda sem trabalhar; tampouco: camponeses contra proprietários de terra);
- b) somente em situação de classe tipicamente semelhante para massas de pessoas;
- c) em caso de possibilidade técnica de fácil reunião, especialmente nas comunidades de trabalho localmente concentradas (comunidade de oficina);
- d) somente em caso de *condução* para fins evidentes, os quais regularmente são impostos e interpretados por pessoas não pertencentes à classe (os intelectuais) (WEBER, 2004, p. 2002).

Uma relação associativa de classe, ou ação comunitária ou societária²⁰, partindo de uma situação comum de classe nunca assume dimensão universal (WEBER, 1982). Dessa forma, essa ação comunitária pode apenas ter resultados locais e parciais. Para Weber (1982, p. 215),

A situação de classe pode ser limitada, em seus efeitos, à criação de reações essencialmente *homogêneas*, ou seja, dentro de nossa terminologia, de “ações de massa”. Não obstante, pode não ter nem mesmo esse resultado. Além disso, com frequência surge apenas uma ação comunitária amorfa”. Por exemplo, [...] a “operação tartaruga”, ou seja, a limitação deliberada do esforço de trabalho pelos operários em virtude de um acordo tácito.

Assim, essa concepção weberiana diverge substancialmente da idéia de Marx de uma luta proletária universal, isto é, pela união global dos proletários em prol de um interesse comum.

O desenvolvimento das “lutas de classe” é analisado por Weber (1982, p. 217) através do deslocamento progressivo de duas fases na quais as situações de classe são efetivas: “[...] da fase do crédito de consumo para as lutas competitivas no mercado de produtos e, em seguida, para as guerras de preço no mercado de trabalho”.

De acordo com Weber (1982), as lutas de classes na Antiguidade foram realizadas inicialmente pelos camponeses endividados e artesões ameaçados à servidão em razão de dívidas que, lutavam contra os credores urbanos, haja vista que a sujeição de dívidas é

²⁰ “A ação comunitária se refere à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses relacionalmente motivado” (WEBER, 2004, p.215).

condição para diferenciação de riquezas nas cidades comerciais. Em seguida, inicia-se a luta pelos meios de manutenção, concentrando-se em torno do abastecimento do pão e da determinação de seu preço atravessando toda a Antiguidade e a Idade Média.

Os não proprietários, como tal, como tal, agruparam-se contra os que, real e supostamente, tinham interesse pela escassez do pão. Essa luta difundiu-se até envolver todos os produtores essenciais ao modo de vida a à produção artesanal (WEBER, 1982, p. 217).

Assim, os não proprietários da antiguidade e da Idade Média lutaram contra “os monopólios, as compras antecipadas, açambarcamento, e a retenção de bens do mercado com a finalidade de aumentar os preços” (WEBER, 1982). No capitalismo, segundo o sociólogo, a questão central é a determinação do preço do trabalho. Transição essa que foi retratada pela luta entre comerciantes e trabalhadores pelo acesso ao mercado e para determinar o preço dos produtos" (WEBER, 1982).

Nesse sentido, a luta entre burgueses e proletários para Weber, nada mais é do que uma luta pela determinação do preço do trabalho e não leva a uma revolução na estrutura econômica social. Na realidade, é uma luta *concorrencial* entre o industrial e os diretores de empresa contra os trabalhadores na guerra de preços. Nesta relação, não existe o opressor e o oprimido, existe uma relação entre os que têm possibilidades de aquisição de bens e serviços (positivamente privilegiados) e os que possuem possibilidades diminutas de bens e serviços (negativamente privilegiados).

3.1.3 Émile Durkheim

A idéia de luta social presente no pensamento durkhemiano reside no individualismo provocado pelo advento da divisão do trabalho. O processo de profissionalização do indivíduo ocasionou uma cisão moral na sociedade, promovendo um estado caótico e anômico nas relações sociais. Nesse sentido, Durkheim percebe a sociedade moderna de maneira desordenada onde a fragilidade de uma consciência coletiva permite o surgimento de conflitos de interesses em meio às profissões que emergem com a divisão do trabalho. Na concepção durkhemiana, o que gera conflitos ou anomia social é um afrouxamento na solidariedade produzida pela divisão do trabalho, assim, resgatar essa solidariedade se torna indispensável para a vida social.

Dessa maneira, as lutas sociais podem ser entendidas a partir da relação indivíduo/sociedade expressa nas duas formas de solidariedade sociais, estabelecidas por Durkheim (2004): solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Na solidariedade do tipo mecânica, a personalidade individual atua como coadjuvante; as ideias e o comportamento coletivo sobrepujam as volições individuais, estabelece uma coesão social que não permite a desordem e, portanto, as lutas sociais. Nas palavras do autor, a solidariedade mecânica constitui-se de:

O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria, pode-se chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*. [...] ela é, por definição, difusa por toda extensão da sociedade; [...] ela independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos; estes passam e ele permanece. [...] Ela é portanto uma coisa inteiramente diferente das consciências particulares, ainda que não se realize se não nos indivíduos. Ela forma o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento (DURKHEIM, 1981, p. 74)

Diante disso, cada indivíduo carrega em si duas consciências, uma individual e uma coletiva. A consciência individual é aquela que corresponde a nossa personalidade e a constitui, “[...] só representa o que nós somos, naquilo que nós temos de pessoal e de distinto, o que faz de nós um indivíduo” (DURKHEIM, 1981, p. 82). Por outro lado, a consciência coletiva corresponde à sociedade a qual vivemos, “[...] é comum ao nosso grupo inteiro que, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade vivendo e agindo em nós [...]” (DURKHEIM, 1981, p. 82). Na medida em que elementos dessa última prevalecem, não agimos mais com interesses individuais, mas perseguimos fins coletivos, o indivíduo desaparece, deixando a sociedade viver nele.

A solidariedade orgânica é aquela que foi produzida pela divisão do trabalho, contrariamente à precedente, que pressupõe a semelhança entre os indivíduos, esta pressupõe que eles diferem um dos outros, deste modo, “[...] só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade, [...] que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que se estabeleçam estas funções especiais [...]” (DURKHEIM, 1981, p. 83).

Nesse sentido, a individualidade na solidariedade orgânica aumenta na mesma proporção do número de profissões criadas pelo processo de especialização do trabalho

surgida com as indústrias capitalistas. Para o autor, esse grande número de profissões escapa à ação da consciência coletiva justamente por serem diferentes. Desse modo,

[...] dado que as funções tem uma certa generalidade, todos podem ter qualquer sentimento: quanto mais eles se especializam, menor é o número daqueles que têm consciência de cada uma delas; elas sobrepujam a consciência comum (DURKHEIM, 1981, p. 81).

Não obstante esse tipo de solidariedade provoca uma maior dependência da sociedade, na medida em que o trabalho se especializa, todos precisam do trabalho alheio, destarte esse tipo de solidariedade produz uma coesão mais forte, porém o que Durkheim (1981) observou foi que a sociedade ainda não havia conseguido criar mecanismos que proporcionassem uma coesão entre as diversas profissões existentes, vendo a sociedade constituída pela divisão do trabalho caótica e conflitiva, isto é, num estado de *anomia*. Assim, Durkheim (2004, p. VI-VII) escreve:

Insistimos várias vezes, [...] sobre o estado de anomia jurídica e moral em que se encontra atualmente a vida econômica. De fato, nossa ordem de funções, a moral profissional só existe em estado rudimentar. [...] não tem mais nada de fixo, parecendo podendo ser modificado quase arbitrariamente pelos indivíduos. Uma moral tão imprecisa e tão inconsistente não seria capaz de constituir uma disciplina. É nesse estado de anomia que devem ser atribuídos, [...] *os conflitos incessantemente renascentes* e as desordens de todo tipo de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo (grifo nosso).

A despeito desse estado de anomia, Durkheim aponta para dois principais fatores, a falta de *regulamentação* existente na sociedade e a *divisão do trabalho forçada*. Esses dois fatores produzem uma divisão do trabalho anômica, onde a luta de classes/profissões é recorrente.

Para Durkheim (1981, p.98), a solidariedade entre os indivíduos pode ser possível na medida em que eles organizados em profissões se aproximem e estejam em constante relação, sendo assim, “[...] uma vez o trabalho esteja dividido e como eles necessitam uma das outras, tendem naturalmente a diminuir a distância que as separa”. O autor adverte, entretanto, que existem situações em que a *anomia* persiste ainda que a contiguidade seja estabelecida, isso ocorre quando a regulamentação necessária só pode ocorrer a partir de uma transformação que a estrutura social não comporta. Isso ocorreu a partir do momento em que a grande indústria passou a produzir para um número crescente de consumidores espelhados ao redor do mundo,

a partir desse momento, o contato não era mais suficiente; o produtor não podia mais “[...] abranger o mercado pelo olhar, nem mesmo pelo pensamento; ele não pode mais fazer representar seus limites, [...] a produção não tem mais freio nem regra [...]” (DURKHEIM, 1981, p. 99). Nesse momento, juntamente com a ampliação do mercado consumidor, modifica-se a relação patrão e operário, o trabalho da máquina substitui ao do homem, o da manufatura ao da oficina, o operário é obrigado a viver afastado o dia inteiro de sua família e separado do que o emprega, etc. Isso tudo, segundo o sociólogo, exige uma nova organização social, porém, como essas mudanças se processaram rapidamente, os interesses em conflitos não tiveram tempo de se equilibrarem. Assim, de acordo com Durkheim (2004 p. XII).

Não existe organização comum que os aproximem sem fazê-lo perder sua individualidade e na qual possam elaborar em comum uma regulamentação que, estabelecendo suas relações mútuas, imponham-se a ambas as partes com a mesma autoridade; por conseguinte é sempre a lei do mais forte que resolve os conflitos, e o estado de guerra subsiste por inteiro.

Contudo a regulamentação por si só não garante a coesão social, segundo o autor, as próprias regras podem ser a causa do mal, isso é decorrente da maneira como o trabalho está distribuído. É assim, segundo o autor, que acontecem as guerras entre classes. Uma classe não estando satisfeita com a posição que o costume ou a lei lhe atribui, aspira ocupar posições superiores, isto é, a exercere funções que lhes são vedadas.

[...] se a instituição das classes ou das castas dá origem, por vezes, a dolorosos atritos, em vez de produzir a solidariedade, é porque a distribuição das funções sociais em que ela repousa não corresponde, ou, antes, não mais corresponde à distribuição dos talentos naturais (DURKHEIM, 2004, p. 392).

Dessa forma, para que se produza solidariedade entre as classes envolvidas na divisão do trabalho, não basta que cada indivíduo tenha uma função, mas que esta função corresponda às suas habilidades. Essa necessidade de realocação de posições sociais, segundo o autor, advém da diminuição das diferenças sociais decorrentes das mudanças que ocorreram na sociedade, mas apenas uma coerção externa mais ou menos violenta e direta liga os indivíduos às suas funções, assim, constituem-se uma *divisão do trabalho forçada*.

Durkheim (2004) declara que a forma que se dá a divisão do trabalho forçada não decorre da divisão do trabalho, ela só se produz em circunstâncias bem particulares, ou seja, quando advém de uma coerção externa. Essa coerção surge a partir do momento em que os

indivíduos ficam atrelados a determinadas profissões sendo que suas aptidões apontam para exercerem novas posições, com efeito, apenas uma relação de luta onde as condições externas são desiguais, onde o costume ou as leis não correspondem mais a realidade, pode forçar esses indivíduos a permanecerem em suas profissões de origem. Desse modo, “a coerção só começa quando a regulamentação, não correspondendo mais à verdadeira natureza das coisas e, em consequência, já não tendo base nos costumes, só se sustenta pela força” (DURKHEIM, 2004, p. 395).

Uma divisão do trabalho com base na *espontaneidade* é o caminho para que essas anomalias se desvançam, isto é, apenas quando a divisão do trabalho se dá de forma a não prender os indivíduos a determinados postos. Por espontaneidade, Durkheim (2004, p. 395) entende:

[...] a ausência, não apenas de qualquer violência expressa e formal, mas de tudo o que pode tolher, mesmo indiretamente, a livre expansão da força social que cada um traz em si. A espontaneidade supõe não apenas que os indivíduos não sejam relegados à força a funções determinadas, mas também que nenhum obstáculo, de qualquer natureza, os impeça de ocupar, no âmbito social, a posição proporcional a suas faculdades. Numa palavra, o trabalho só se divide espontaneamente se a sociedade for constituída de maneira que as desigualdades sociais expressem exatamente as desigualdades naturais.

Nesse sentido, o que o autor propõe é que se estabeleça uma absoluta igualdade nas condições exteriores de luta, onde se consolide uma relação social justa que permita que os homens recebam um preço justo por seu valor social, ou seja, que lhe seja dada uma posição coerente com suas aptidões. Segundo o autor, nessas condições, embora haja ainda vencedores e perdedores, e a coerção seja necessária para manter os perdedores em suas posições, ela inibe a luta, pois, “[...] o que consiste [essa] coerção propriamente dita é o fato de que a própria luta é impossível, e que se quer deixe um combater” (DURKHEIM, 2004, p. 396).

Observa-se que as lutas sociais para Durkheim, não ocorrem na relação opressores e oprimidos como em Marx ou numa relação de concorrência como em Weber, mas é fruto de desajuste na moral social que estabelece relações sem regras e consequentemente provoca o conflito.

3.2 As relações de poder na área de estudo

A relação de poder entre os grupos sociais estudados se constitui através de mediações sociais e políticas, no entanto é importante ressaltar que a área de estudo não é portadora de um “estado definido” como a cidade, mas há sistemas políticos que orientam e determinam a organização local.

A política é uma atividade que é investida de poder para imprimir determinado rumo à sociedade, tendo em vista sempre o interesse comum. Para Fraxe (2000), a configuração política dos grupos sociais que habitam as margens dos rios, em seus estudos na Comunidade de São Francisco, no Careiro da Várzea, denotou que, para estes, é proibido conhecer os segredos do poder e os mistérios da política, por isso muitos acham que a política é assunto de apenas alguns, ou para aqueles interessados no poder, ou para os que têm em vista vantagens pessoais.

Assim, entre as localidades Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira, o poder local está diretamente estabelecido a partir da história da formação social de cada unidade social. Desta feita, detectou-se, entre as unidades sociais, que o poder local se constitui por laços familiares. Fator que determina que os cargos de liderança sejam ocupados pelas pessoas que fazem parte da família pioneira na fundação de cada “comunidade”. Além disso, o terreno onde as mesmas estão concentradas é uma herança familiar, gerando, assim, um forte laço de parentesco.

Há uma relação de parentesco entre essas pessoas que tomam as decisões na comunidade. Primeiramente é mais a minha família. Tem na comunidade a minha família, tem da minha mulher, tem mesmo na comunidade umas cinco famílias, quase todo mundo é parente. Tem umas quatro a cinco famílias só na comunidade e todo mundo é parente, eu sou parente da minha mulher, primos distantes (Ilsimar, 35, 11 nov. 2007).

Deste modo, os “núcleos comunitários” são habitados, em sua maioria, pelos moradores que pertencem ao mesmo vínculo familiar. Neste sentido, Cohen (1978 p. 128) enfatiza:

Um grupo de interesse pode normalmente explorar muitas formas simbólicas na construção de sua organização: parentesco e casamento, linguagem e estilo de vida [...] no curso do processo de mobilização e integração dessas formas no interior de uma ideologia unificada, uma delas pode predominar e se transformar “princípio de articulação”.

A forma predominante na organização de um grupo depende de várias circunstâncias tanto externas, quanto internas ao grupo, e vai depender da flexibilidade e potência de seus símbolos principais, pois alguma forma simbólica tem mais possibilidade de se tornar princípios de articulação que outras (Cohen, 2000).

Na unidade social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da localidade Jaiteua de Cima, o princípio de articulação se configura num contexto de interesses. Seus membros dizem que são da referida “comunidade” por pertencerem à Associação Comunitária, entretanto moram em outras “comunidades”, mas se consideram moradores legítimos por serem sócios da Associação. Além do mais, essa “comunidade” foi a primeira a ser estabelecida, dessa forma, possui mais vantagens legais do que as demais. Por exemplo, as benfeitorias do governo para a localidade sempre são destinadas para a referida “comunidade”.

Outro elemento importante para o entendimento das relações de poder na localidade Jaiteua de Cima é a religião.

A constituição das unidades sociais da localidade Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira foi influenciada por fatores políticos e religiosos. Em Jaiteua de Cima, são as igrejas (evangélica e católica) que delimitam o espaço. Existem quatro unidades sociais, todas elas possuem uma igreja que transfere seu nome à “comunidade”, a única exceção é a Santa Izabel, que tem, como igreja, a “Igreja Petencostal Unidos do Brasil”.

De acordo com os depoimentos dos moradores, antes da chegada das igrejas evangélicas, eles faziam parte de uma mesma “comunidade”, todavia, após o surgimento dessas “novas” igrejas e a adesão dos moradores a elas, foi ocorrendo a desagregação social no espaço.

Para Weber (2004), a natureza de desejar valores sagrados (doutrina) que as religiões transmitem é fortemente influenciada pela natureza da situação de interesses externos. Isso significa que esses valores, sempre determinados religiosamente, são decisivos na medida em que uma racionalização ética predomina no que se relaciona com a influência exercida.

Dessa forma, a influência da religião aumenta sua importância como um componente de poder; possui a habilidade para afetar as decisões e ações dos outros, mesmo não possuindo autoridade ou força para assim proceder.

Diante disso, a religião é um denominador muito forte entre estes sujeitos, acreditam piamente em seus princípios cristãos. Seus valores sagrados (doutrinas referentes a cada

denominação concentrada no local), como Weber chama, fazem parte de sua vida social, cultural e política.

Assim, com a chegada das igrejas e sua aceitação em Jaiteua de Cima, os moradores já tinham determinados terrenos no local, por isso, os espaços territoriais onde as igrejas estão implantadas pertenceram a uma determinada família. “Esse terreno era da minha mãe, nós moramos todo o tempo aqui, nós nascemos aqui” (Vera, 55, 08 abr. 2008).

Essa concepção é confirmada por Giddens (2003), para quem o poder é a capacidade de obter resultados, não é um obstáculo à liberdade ou à emancipação, mas é o seu próprio veículo, mesmo exercendo suas propriedades coercitivas. Assim, a existência de poder pressupõe estruturas de dominação.

Por outro lado, ao se enfatizar sobre o poder local a partir do aspecto religioso e familiar, baseia-se na constatação de que esses símbolos foram suportes importantes para a articulação da fundação das “comunidades” em Jaiteua de Cima. Neste sentido, a organização do seu espaço foi definida pelos seus habitantes que quiseram otimizar as suas condições de vida. Foi uma forma também de terem o controle do destino do espaço que os cerca.

As famílias da localidade se submetem à influência política do líder comunitário. Pessoa que está investida de autoridade para resolver conflitos internos, convocar reuniões, marcar festas e tomar as decisões mais importantes.

Sobre isso, Cohen (1978, p. 100) relata que “a autoridade necessita consequentemente de poder”. “O líder recebe do grupo um poder que ele exercita em nome do grupo” (p. 103). Isto quer dizer que as decisões do líder comunitário serão implementadas quando forem sustentadas pela autoridade, e isso envolve o exercício do poder sobre seus liderados.

Weber (2004, p. 192) salienta que a autoridade está relacionada com a dominação, poder de mando e o dever de obediência, seu tipo mais puro se baseia no poder do chefe de família, da autoridade administrativa. “O poder de mando pode ter aparência muito modesta, sendo o dominador considerado o “servidor” dos dominados”. Para este intelectual, o poder de mando se fundamenta numa ordem normativa que os que são mandados internalizam de tal forma que não percebem uma ação dominadora sobre suas ações.

Na área de estudo, a dominação se processa através dos líderes comunitários. Na unidade social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Jaiteua de Cima, há oito anos que não ocorre eleição para escolha de um novo presidente. Segundo informações, não há eleição por falta de candidatos ao cargo, entretanto o atual representante goza de certos prestígios por ser dono das terras em que o “núcleo comunitário” está estabelecido, consideradas suas por não

receber pagamento do dono legítimo por seus serviços em tempos passados. Assim, por um simples entendimento, o mesmo continua no cargo.

A escolha dos líderes comunitários acontece de quatro em quatro anos, em épocas diferentes. Momento em que os moradores escolhem um novo sucessor ao cargo ou a permanência do atual presidente, caso este se candidatar ao cargo novamente.

Segundo as entrevistas com os moradores, um dos fatores importantes para ser líder comunitário é a capacidade de se comunicar. Saber se expressar é importante, pois, em situações em que é preciso defender os direitos dos moradores, ou mesmo para intermediar melhoramentos para a “comunidade”, cabe ao líder a função de falar pelos “seus”. Outro fator se refere à disponibilidade para estar na comunidade, pois não é recomendável que o líder seja empregado, uma vez que não terá tempo suficiente para apoiar e articular os interesses comunitários.

Eu não queria mais [ser líder], mas é aquela questão que a população vê o lado melhor. Nós temos um candidato aí para a próxima eleição, mas, por um lado, a gente perde, porque a comunidade não tem aquele conhecimento que eu tenho com as pessoas conhecidas. Com certeza, com isso, nós perdemos. A minha comunidade é quase a minha família, e eles querem que eu fique ainda na presidência mais uns anos. Eu já trabalhei em duas áreas durante muito tempo, numa das áreas eu já trabalhei mais de sete anos com o Raimundo Martins (presidente da “comunidade” Perpétuo Socorro). E depois que nós saímos da comunidade dele e nós passamos pra outra comunidade evangélica foi que eu assumi a presidência. Trabalhei como vice e ganhei a eleição pra ser presidente, então até hoje eu tô com mais de três anos como presidente nesse primeiro mandato na comunidade (Valdenir, 41 anos, líder da comunidade Assembleia de Deus, 5 abr. 2008).

Na unidade social Santa Izabel da localidade Jaiteua de Cima, este fato é isolado, pois o atual presidente comunitário é professor do ensino básico, no entanto, sempre que se perguntava sobre esta questão, os moradores demonstravam insatisfação pela forma como o mesmo conduz a “comunidade”, uma vez que, por estar trabalhando, não age ativamente no local.

A análise acerca do poder local também apontou que os cargos de liderança são ocupados pelas pessoas que fazem parte das famílias mais antigas. Assim, há uma relação de parentesco entre essas pessoas que tomam as decisões.

Primeiramente é mais a minha família. Tem na comunidade a minha família, tem da minha mulher [...] todo mundo é parente. (Ilsmar, 35 anos, 11 nov. 2007).

A presença da liderança familiar não se estabelece só no cargo de líder comunitário, mas, na liderança religiosa, na liderança da associação comunitária, na secretaria e tesouraria da associação, na direção da escola e na atividade de agente de saúde.

De acordo com as narrativas dos moradores, o líder permanece sempre no cargo, porque os comunitários também entendem que o líder já sabe articular e dirigir a comunidade pelo tempo em que está no cargo.

Neste sentido, a constituição das lideranças locais parte do pressuposto de um contexto histórico e político envolvendo todos os moradores inseridos na dinâmica das unidades sociais desde a sua constituição. Assim, por estarem entrelaçados dentro de um sistema de parentesco, conservam a mesma liderança por entenderem que é melhor eleger um parente para que continuamente a família permaneça no cargo.

A dominação, segundo Weber (2004), consiste, de modo geral, no fato de que determinado círculo de pessoas habituadas a obedecer às ordens de líderes estão interessadas pessoalmente na conservação da dominação por participarem desta e de suas vantagens. Mantendo-se permanentemente disponíveis, repartindo internamente os poderes de mando e de coação que servem para conservar a dominação.

Os líderes que são evangélicos também são líderes em suas respectivas igrejas. Dessa forma, a Igreja influi diretamente no campo político das “comunidades”. De acordo com os moradores, é importante que o líder comunitário seja da igreja também, pois assim, os princípios da doutrina religiosa são respeitados.

É interessante ressaltar que a escolha do líder das “comunidades” não é somente para representar os interesses e valores de seus liderados. Este pode também transmitir ideias, normas e valores que integrarão o seu cotidiano. [...] “o líder recebe do grupo um poder que ele exercita em nome do grupo. Esse poder tem natureza normativa e é essencialmente simbólico” (Cohen, 1978, p. 104).

Assim, a partir de uma observação minuciosa, foi possível realizar uma tipologia das lideranças locais. Os tipos de liderança no local são: “líder institucional”, “líder pessoal”, “líderes fundadores”, “líder religioso”. Essa fragmentação é apenas para fins didáticos e empiricamente pode ocorrer sobreposição de tipos de liderança.

O “líder institucional” é o que dirige o grupo e transmite ideias e valores, escolhido pela coletividade em época de eleição (Torre, 1987). O “líder pessoal” é o líder que possui

virtude em suas qualidades pessoais, como: atitudes, poder de comunicação, disposição, e inteligência (Torre, 1987).

Há uma relação entre esses dois tipos de lideranças, pois o líder escolhido pela coletividade deve apresentar uma boa homilia e estar disposto a defender os interesses da “comunidade”.

Os “líderes fundadores” são líderes que fizeram parte da fundação das “comunidades”. Neste sentido, como esses líderes gozam de certo prestígio no local, influenciam e determinam as pessoas que podem ocupar cargos de chefia. Os líderes fundadores podem ser necessários para fazer emergir a consciência de um interesse comum na coletividade (Cohen, 1978).

O “líder religioso” está relacionado com a Igreja. Este líder juntamente com seus liderados determinam também costumes, normas que influenciam para própria escolha do líder comunitário. A Igreja, segundo esclarecimento dos próprios moradores, opina nas decisões da “comunidade”, posto que a maioria dos moradores são de uma das igrejas predominantes no local, e o maior número de eleitores estão concentrados nela.

Assim, é essencial que o líder seja da igreja para que também atenda às necessidades da igreja, ou, se não for, suas propostas devem também alcançar os fiéis.

As festas que realizamos principalmente de final de ano, a igreja e os demais moradores que não pertencem à igreja combinamos que eles ficariam só até uma hora da manhã com o som ligado, pois nós que somos da igreja nos recolheríamos cedo (João, 45 anos, 21 set. 2007).

Os conflitos religiosos se manifestam muitas vezes pelo não cumprimento de certas condutas que as denominações impõem e que afetam diretamente quem não pertence a alguma das religiões. O poder se define, em termos de intenção ou de vontade, como a capacidade de obter resultados desejados e pretendidos (Giddens, 2003).

A função de liderança, para Cohen (1978), portanto, consiste na contribuição de vários indivíduos que se dedicam a encontrar soluções para os problemas organizacionais do grupo. Assim, a percepção política da localidade estudada está ligada pela sua unidade básica de organização política, econômica, social e religiosa na localidade.

Por conseguinte, o poder local de Jaiteua de Cima, Jaiteua de Baixo e Cajazeira se manifesta a partir de uma dominação religiosa e familiar. Assim, o poder é formado a partir de um contexto histórico que envolve todos os moradores inseridos na dinâmica da

comunidade desde a sua constituição. As “comunidades” se tornam unidades básicas de organização política, econômica, social e religiosa.

3.3 Os conflitos sociais de pesca na Amazônia Central

A relação social de conflito ou luta na área de estudo se apresenta como uma concorrência entre os grupos sociais de pescadores pelo direito ao acesso e exploração dos recursos ictiofaunístico. A dimensão religiosa também influencia nos conflitos de pesca, pois, como foi visto, existe para além dos problemas relativos à pesca, divisões entre os moradores. Iremos abordar os conflitos no local, expondo seus embates e apresentando, quando necessário, as especificidades do conflito em cada localidade estudada. Em seguida, apresenta-se um gráfico que demonstra a partir dos relatos dos moradores locais a existência de conflitos sociais na pesca.

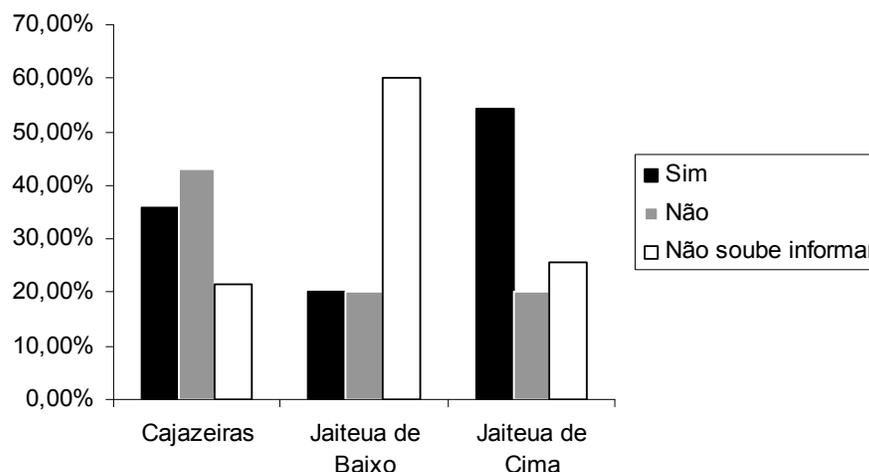


Figura 22 – Conflitos de pesca.

Fonte: Dados de campo (2007).

A figura 22 demonstra que, na localidade Jaiteua de Cima, os conflitos são mais patentes, 59,29% dos entrevistados afirmaram existir conflitos entre pescadores na localidade com apenas 20,00% dos que disseram que não ocorrem conflitos. Na localidade Cajazeiras, 35,71% dos entrevistados afirmaram haver conflitos, mas a maioria, 42,86% disseram que não há disputas em torno dos recursos da ictiofauna. No Jaiteua de Baixo, 60,00% dos moradores não souberam ou não quiseram informar, os 40,00% restantes são divididos em parcelas iguais para os que disseram sim e não para a existência de conflitos.

Não obstante, o *campo social* de luta na área de estudo é delineado pelos interesses de cada grupo social de pescador em garantir para si o direito de uso e a posse dos recursos pesqueiros, onde os grupos de pescadores com suas condições de existência singulares, dotados de *habitus* próprios, se posicionam no espaço social e lutam no intuito de pescarem livremente nos lagos das “comunidades”.

Com efeito, torna-se relevante atentarmos para as noções de estratégia e interesse que perpassam as relações entre os diversos *habitus* presentes dentro do *campo social*. Para Bourdieu (1990, p. 126-128),

[...] a existência de um campo especializado e relativamente autônomo é correlativa à existência de alvos que estão em jogo e de interesses específicos: através dos investimentos indissolúvelmente econômicos e psicológicos que eles suscitam entre os agentes dotados de um determinado *habitus*, o campo e aquilo que está em jogo nele produzem investimentos de tempo, de dinheiro, de trabalho etc. [...] Todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, que é condição de seu funcionamento.

Dessa forma, a noção de *habitus* implica um comportamento determinado frente a uma determinada conjuntura social, política e econômica que motiva e condiciona os indivíduos a agirem de determinada maneira com interesses específicos.

Contudo a maior parte das ações dos agentes sociais é produto de um encontro entre um *habitus* e um campo (conjuntura). Assim, as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica.

É importante ressaltar que, segundo Bourdieu (1972, p.66),

[...] a identidade das condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes (pelo menos parcialmente), a homogeneidade (relativa) dos *habitus* que delas resulta está no princípio de uma harmonização objetiva das práticas e das obras, harmonização esta própria a lhes conferir a regularidade e a objetividade que definem sua ‘*racionalidade específica*’ e que as fazem ser vividas como evidentes e necessárias, isto é, como imediatamente inteligíveis e previsíveis, por todos os agentes dotados do domínio prático do sistema de esquemas de ação e de interpretação objetivamente implicados na sua efetivação, e por esses somente (grifo nosso).

Assim, as racionalidades produtivas que cada tipo social de pescador possui com os recursos pesqueiros, estão relacionadas com a identidade das condições de existência produzidas no interior do *campo social*. Dessa forma, o que faz os pescadores se reunirem em grupos de interesses e *habitus* relativamente homogêneos são as condições sociais em que cada grupo está inserido. É nessa relação que se formam os três tipos sociais de pescadores com suas estratégias e interesses antagônicos.

Nesse sentido, os conflitos entre os diversos usuários dos recursos pesqueiros, também, produzem associações ou uniões, nele se encontra um princípio agregador que surge em razão dele e que de outra forma talvez não existisse. Assim, o conflito produz uma união de indivíduos que partilham de um mesmo *habitus*, e por isso são estimulados a se organizarem no intuito de defender seus interesses, isto é, a posse e o controle do uso dos recursos da ictiofauna. Assim, os conflitos também proporcionam uma necessidade de aproximação entre os sujeitos sociais no sentido de se organizarem frente aos litígios em torno dos recursos pesqueiros.

O sociólogo Simmel (1983) foi quem lançou a ideia de que o conflito não contém apenas elementos de desagregação, ele também age positivamente na medida em que produz uma “sociação” entre os indivíduos, isto é, uma cooperação com forças unificadoras. Para ele, toda interação entre os indivíduos produz sociação, logo, o conflito deve ser considerado uma sociação.

Para o autor, o conflito tem como característica resolver dualismos divergentes, busca, assim, construir algum tipo de unidade, possuindo elementos de negatividade e positividade.

Caso implique na rejeição ou no fim da sociação, a indiferença é puramente negativa; em contraste com esta negatividade pura, o conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos de positivos e negativos estão interligados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente (SIMMEL, 1983, p. 123).

A partir desses pressupostos, o conflito ganha relevância sociológica. Simmel argumenta que não existe unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estejam entrelaçadas. Assim, um grupo social puramente harmônico ou centrípeto, é empiricamente irreal. Nas palavras de Simmel (1983, p. 124),

Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de

quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis

Nesse sentido, o sociólogo aborda o conflito como importante na constituição da sociedade. Sem essa dimensão da interação é impossível conceber a sociedade tal como a conhecemos.

[...] a oposição nos dá satisfação íntima, distração, alívio, assim como, sob condições psicológicas diferentes, nos dá humildade e paciência. Nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias. Permite-nos colocar nossa força à prova conscientemente e só dessa maneira dá vitalidade e reciprocidade às condições das quais, sem esse corretivo, nos afastaríamos a todo custo (SIMMEL, 1983, p. 127).

Assim como elemento da sociação, o conflito produz unidade, essa é a parte positiva do conflito. Os elementos desagregadores são articulados de tal forma que permitem a união entre o grupo de interesse.

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si (SIMMEL, 1983, p. 157).

Assim sendo, o conflito articula a unidade e a relação latente, proporcionando a cooperação que, em situação de “harmonia”, talvez não existisse. O teste dessa teoria pode ser constatado analisando a figura 22 e a figura 27. Nota-se que, onde os conflitos são manifestos (Jaiteua de Cima), a capacidade de se reunirem e se organizarem são muito maiores, em contrapartida, nas localidades onde os conflitos são latentes, quase não há organização/união.

Em seguida, analisar-se-ão os conflitos sociais em torno dos recursos pesqueiros, demonstrando as tensões sociais que envolvem os tipos sociais de pescadores estudados.

3.3.1 Pescadores de subsistência x pescadores comerciais citadinos

Os conflitos entre esses grupos sociais de pescadores são compreensíveis se ressaltarmos as distintas racionalidades produtivas (*habitus*) que eles possuem. Por um lado, temos os pescadores de subsistência que fazem da pesca mais uma de suas atividades voltadas

para o sustento familiar, não havendo comercialização significativa do produto de sua pescaria, isto é, o peixe representa fundamentalmente um valor-de-uso e não um valor-de-troca, embora uma pequena parcela do pescado possa ser comercializada. Por outro lado, os pescadores comerciais citadinos visam à comercialização do produto de seu trabalho, o sentido dado por estes sujeitos à atividade da pesca revela o objetivo de garantir a manutenção de suas possibilidades de ganho qualitativo e quantitativo, através do uso e da exploração econômica dos recursos pesqueiros. Dessa forma, não quero evidenciar que a atitude dos pescadores comerciais citadinos deva ser estigmatizada, pois os mesmo pescam comercialmente para garantir o sustento de suas famílias e necessitam do peixe para viverem. Todavia os interesses desses grupos são divergentes. De um lado os pescadores de subsistência pescam apenas o necessário para o consumo familiar, pois a sua renda advém dos produtos da agricultura, assim, reprovam a exploração intensiva dos recursos da ictiofauna. Por outro lado, os pescadores comerciais citadinos têm, na pesca, a sua principal fonte de renda e necessitam trabalhar com sua capacidade máxima de produção, a fim de auferirem renda com o comércio do pescado. Desse modo, enquanto os pescadores de subsistência veem nos peixes um recurso extremamente essencial para a alimentação imediata de suas unidades domésticas, os pescadores comerciais citadinos mantêm uma relação mercadológica com os recursos pesqueiros, o que produz tensões entre esses grupos sociais.

Contudo verificam-se interesses entre *habitus* antagônicos que atuam de maneira específica em torno dos recursos pesqueiros, então, o *campo social* da pesca na Amazônia Central produz interesses econômicos específicos, onde, de um lado, encontram os pescadores de subsistência (racionalidade produtiva que tem o peixe como valor-de-uso) e de outro, os pescadores comerciais citadinos (racionalidade produtiva que tem o peixe como valor-de-troca).

Como demonstra a figura 23, a principal diferença entre o pescador local de subsistência e o pescador comercial citadino não é o uso de apetrechos diversos, mas o poderio de pesca dos pescadores comerciais que é maior, o que contribui para um elevado esforço de pesca e, por conseguinte, para a captura de uma quantidade maior de peixe. A figura demonstra que tanto a pesca comercial quanto a de subsistência utilizam os mesmos apetrechos, com destaque para a malhadeira e tramalha. Em vista disso, quando os pescadores citadinos vão pescar nos lagos cujas margens ou as proximidades são habitadas por pescadores de subsistência, acirram-se as disputas em torno dos recursos ictiofaunísticos; os pescadores de subsistência alegam que o pescador comercial citadino entra para invadir os

lagos e levar a cabo os estoques de peixes desses ambientes aquáticos, logo, reprimem ostensivamente essa “invasão”.

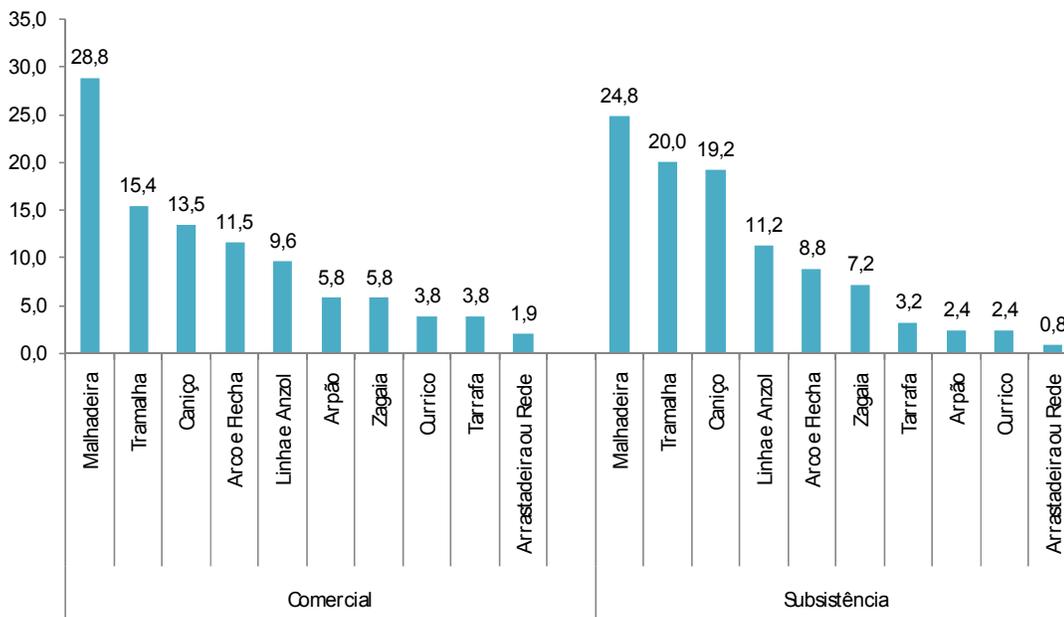


Figura 23 – Utensílios mais utilizados para pesca comercial e subsistência.
Fonte: Dados de campo (2008).

Na localidade do Jaiteua de Cima, os conflitos entre esses grupos sociais de pescadores acontecem no período da vazante e seca, período em que os peixes ficam mais vulneráveis à captura por estarem concentrados em lagos, igarapés e pequenos corpos d’água de baixa profundidade. Alguns lugares, como o lago Grande e, principalmente, o paraná do Anamã são bastante frequentados pelos pescadores comerciais citadinos. Porém o ápice desses conflitos se dá no período mais crítico da seca (setembro e outubro) (figura 24), onde todos os ambientes aquáticos próximos às residências dos moradores secam, restando quase que exclusivamente o paraná do Anamã.



Figura 24 – Localidade Jaiteua de Cima na época da seca.
Fonte: Trabalho de campo, setembro, 2007.

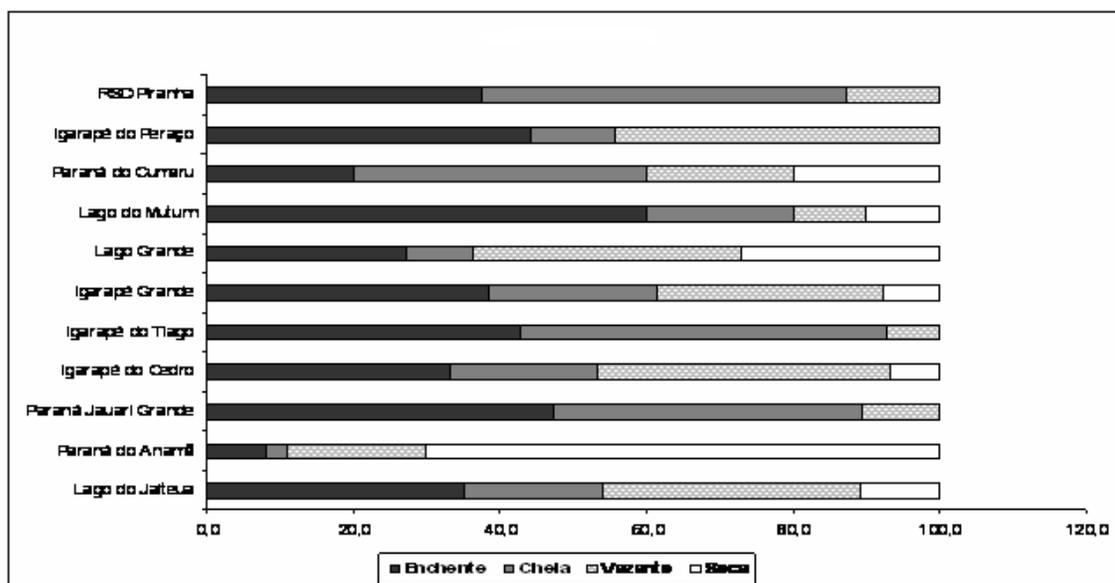


Figura 25 – Uso dos ambientes por período hidrológico.
Fonte – Dados de campo (2007).

A figura 25 demonstra a frequência de uso dos principais ambientes aquáticos citados pelos moradores do Jaiteua de Cima. Pode ser observado que, no período da vazante e principalmente da seca, o paraná do Anamã é o ambiente alvo das pescarias, é o único ambiente que é possível ser realizado a pesca tanto para subsistência quanto para fins comerciais.

É no período da seca que os pescadores de subsistência passam a maior parte do seu dia trabalhando na agricultura, na linguagem deles, essa é a época da “roça madura”, período em que plantam a mandioca e também fazem a farinha para serem comercializadas. Dessa forma, só pescam no final do dia quando retornam da jornada de trabalho na agricultura.

Segundo eles, o que vinha acontecendo nos últimos anos era o escasseamento do pescado no paraná do Anam, devido à intensificação da pesca comercial, assim, quando chegavam do seu dia de trabalho para “pegar a boia da noite”, não conseguiam encontrar com facilidade o peixe. De acordo com um morador, a atuação dos pescadores citadinos foi tão intensa no paraná do Anam que no ano de 2005,

logo que baixou as guas o pessoal [...] deram um lance aí fora, deram um lance que abasteceram 4 motor, aí o resto do peixe que ficou aí na rede n, que poderia ter dividido, dado para os pessoal n, eles tomaram tudinho os peixes. Mais o peixe que sai da rede que é solto ele morre tudinho, ali na boca que sai daqui, [...] daí até lá no lago ninguém no mínimo poderia andar, assim, ninguém suportava com a catanga do peixe [morto] (Pedro, 45, pescador de subsistência, 11 out. 2006).

Essa situação contribuiu para que nessa época do ano os pescadores de subsistência criassem acordos de pesca informais – esse acordo não tem participação alguma do Estado ou de qualquer outro organismo governamental ou não governamental, é um acordo totalmente autnomo – para coibirem a pesca comercial no paraná do Anam²¹. Assim, proibem a entrada de pescadores de “fora”, ou seja, os pescadores comerciais citadinos de pescarem no paraná do Anam, gerando conflitos entre eles. Dessa forma, o paraná do Anam e o período hidrológico da seca se apresentam como o “agente natural” do conflito, ou seja, uma espécie de ator que influencia e atua sobre a realidade, mas que difere dos atores sociais, pois não possuem “vontade” nem “intencionalidade” (LITTLE, 2004). O “agente natural” se torna preponderante na compreensão dos conflitos em Jaiteua de Cima, pois é somente com a influência desse fator que ocorre a luta social nessa localidade.

A insatisfação por parte dos pescadores de subsistência aumenta ao perceberem que os pescadores citadinos, em sua grande maioria, são filiados  Colônia de Pescadores de Manacapuru. Na concepção de um morador, os pescadores associados da colônia de pescadores de Manacapuru deveriam praticar a pesca agindo em conformidade com os regulamentos estabelecidos pela colônia, uma vez que tais atribuições prevêem direitos, deveres e sanções aos pescadores profissionais associados, mas que, na sua visão, não estão sendo cumpridos. Assim nas palavras do morador,

[...] tem gente que  sócio da Colônia [de pescadores], mas aí a Colônia é o seguinte: se você tem os direitos de pescar da Colônia quando chega o

²¹ Os detalhes do acordo de pesca no local serão analisados no capítulo IV.

tempo, eles recebem um dinheiro da Colônia, mas é para eles não pescar, aqueles meses eles recebem aquele dinheiro para não pescar. O que adianta você ser sócio da colônia e naqueles tempos você querer ir ainda pescar. Aí eu digo não, se você ganha o dinheiro e você recebe pago pela colônia, então guarde os seus preparos. Se você é sócio é pra pescar no tempo de pesca [...] (José, 41, pescador de subsistência, 11 ago 2006).

Nesse contexto, os conflitos entre esses pescadores ocorrem no âmbito, político, econômico, cultural e ambiental, pois o produto da pescaria obtido pelos pescadores de subsistência é concebido como valor-de-uso, sendo que, para os pescadores comerciais citadinos, estes produtos são apropriados como valor-de-troca – a venda para obtenção da renda.

Portanto se observa entre os pescadores de subsistência que habitam a área do Jaiteua de Cima o que Weber (1991) classificou de relação social *fechada para fora*, na medida em que exclui os pescadores de fora do exercício da atividade da pesca comercial no paraná do Anamã. De acordo com Weber (1991, p. 27), é chamada relação social fechada para fora “quando e na medida em que o conteúdo de seu sentido ou sua ordem vigente exclui, limita ou liga a participação a determinadas condições”. Entre os pescadores de subsistência, a condição ou limitação imposta para o exercício da pesca é a comercialização, isto é, a pesca comercial é veementemente proibida.

As estratégias de fiscalização encontradas pelos pescadores de subsistências são *ações punitivas* organizadas pelos próprios pescadores. Esses se reúnem em conjunto de cinco ou seis e saem durante a noite em busca de qualquer pescador que esteja pescando comercialmente, contam também com a ajuda de moradores que residem em flutuantes às margens do paraná do Anamã que, ao identificarem qualquer pescador comercial, avisam os demais pescadores de subsistência. A identificação do pescador comercial se dá pelo pertencimento ou não às unidades sociais do Jaiteua de Cima, pelos apetrechos de pesca utilizados na pescaria – o arrastão²² é estritamente proibido – e pela caixa de isopor em sua embarcação, pois os pescadores comerciais citadinos estão sempre equipados com utensílios de pesca com alto poder de captura, como malhadeiras de todos os tamanhos e arrastões, com “rabetas” – embarcação tipo canoa equipada com motor a diesel – e com caixas de gelo para a conservação do pescado sobre as embarcações. Ao identificar os pescadores infratores, eles são obrigados a retirar seus apetrechos, caso contrário, são destruídas pelos pescadores de

²² O arrastão é um apetrecho de pesca extenso com malhas muito próximas uma das outras que permite que, ao ser lançado nos ambientes aquáticos e serem puxada de volta a superfície arrasta qualquer espécie de peixe e de tamanhos variados, dos menores aos maiores.

subsistência. Na maioria dos casos, os pescadores citadinos se retiram sem problemas, de acordo com um morador, isso se deve por medo de os mesmos serem denunciados na Colônia de Pescadores de Manacapuru por estarem pescando em época não permitida.

Os pescadores de subsistência procuram impor sua racionalidade produtiva de acordo com o *habitus* que os configura, isto é, o peixe possui um valor-de-uso, essencial para a reprodução material, cultural e física desses pescadores. Opondo-se ao *habitus* dos pescadores comerciais citadinos que têm, nos recursos pesqueiros, um valor-de-troca, um aspecto essencialmente quantitativo, material e mercadológico. Esses distintos *habitus* fazem com que os pescadores de subsistência e comerciais citadinos mantenham uma relação social baseada no conflito.

Os autores Elias e Scotson (2000) analisaram uma relação da mesma natureza da verificada em Jaiteua de Cima. Os autores denominam de estabelecidos-*outsiders*. Essa relação ocorre quando grupos sociais já estabelecidos em determinado local estigmatizam grupos de forasteiros. Os estabelecidos (*insiders*), por habitarem a várias gerações no local, e, assim, possuírem regras e comportamentos mútuos, excluem grupos *outsiders* que são considerados menores, “sem valor humano”, pois não partilham dos mesmos costumes dos primeiros.

Em Jaiteua de Cima, todavia, os grupos de pescadores *outsiders* não habitam o mesmo espaço, como ocorre no estudo de Elias e Scotson. No estudo deles, que se passa numa comunidade de periferia urbana chamada de Winston Parva, os dois grupos vivenciam o mesmo espaço, apenas separados por zonas. O tipo de conflito neste local ocorre no plano simbólico. Os estabelecidos se identificam como sujeitos superiores, pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros.

No estudo realizado em Jaiteua de Cima, a relação estabelecidos-*outsiders* possui um forte apelo existencial. A sobrevivência física e material parece ser o motivo da luta. Não é a intenção aqui de animalizar os sujeitos sociais observados. Mas a luta pela sobrevivência, como Marx outrora mencionou como lutas de classe, surge no âmbito das relações sociais entre os *insiders* e os *outsiders* como força maior. Todavia, como foi apresentado, o *habitus* dos grupos sociais colabora para a percepção de como sobreviver e se coloca como plano de fundo dos conflitos.

Na localidade Cajazeira, esse conflito não se apresenta de maneira manifesta. Nos ambientes aquáticos próximos à localidade, os pescadores comerciais não atuam, preferem ambientes mais distantes onde existem maiores quantidades de peixe. Não obstante os

moradores da localidade Cajazeira contestam a atuação destrutiva da pesca comercial. Com base nas palavras de um morador local, é possível compreender melhor a situação dos problemas decorrentes da pesca comercial. A percepção do entrevistado, baseada no seu conhecimento empírico, revela que há uma redução dos estoques pesqueiros, devido ao aumento de pescadores comerciais. Em outras palavras,

[...] a gente percebe. A gente mora aqui. O peixe desaparece também porque tem muita gente pescando. Se você chega na cidade de Manacapuru, tem os caras que viajam pra pescar e tem caixas e caixas só em canoa, que tem muita gente que não quer saber de trabalhar, quer saber de ficar dentro de uma canoa com três, quatro, cinco caixas [com gelo] andando atrás do peixe, aí compra aqueles tramalhão medonho [apetrechos de pesca] de cem metros, compra a malhadeira e vai embora perseguir o peixe. Então tem que desaparecer. Porque eles querem fazer meio de vida. Ele não quer pegar pra viver. Ele quer fazer meio de vida. Tudo isso atrapalha pro peixe aumentar. Por isso que eu digo: se tivesse uma proibição seria melhor (Ceará, 41, pescador de subsistência, 11 ago. 2006).

Nesse contexto, observa-se que, na localidade de Cajazeira, os conflitos sociais envolvendo os pescadores de subsistência e os pescadores comerciais citadinos, evidenciam-se preponderantemente na *dimensão simbólica* – nos sentimentos, idéias e visões de mundo dos pescadores de subsistência. Dessa maneira, não ocorre *violência efetiva* – uso de armas de fogo, destruição de apetrechos, agressões físicas e danos materiais.

De acordo com um morador local, os conflitos sociais em torno dos ambientes aquáticos da localidade se dão em consequência da prática da pesca comercial predatória, motivo pelo qual tem provocado a redução das expectativas alimentares das famílias locais. Este problema é decorrente da captura excessiva de algumas espécies de peixes, como o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*) – que tiveram uma redução significativa dos seus estoques na localidade -, e outras, que também estão comprometidas pela sobrepesca, entre elas, a aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) e o tucunaré (*Cichla monoculus*). Assim, segundo as palavras de um morador:

[...] diminuiu o tambaqui e o pirarucu mesmos. Esses se acabou mesmo. Hoje a pessoa tem vontade de comer um pedaço de pirarucu, só se comprar em Manacapuru. É caro, ninguém come, ninguém pode comprar mesmo, 12 reais o quilo. E de primeiro a gente via, agora ninguém vê mais. O tucunaré tinha muito, diminuiu. Aruanã tinha muito, hoje quase ninguém mais vê. De primeiro tinha muito, hoje o pessoal sai à noite e ninguém vê, sai pra tudo que é canto pegando ela, de primeiro tinha aruanã grande, hoje ninguém vê ela. De primeiro tinha aruanã grande agora é difícil até ver uma pequena.

Ninguém vê mais, acabou. O que tem ainda é a traíra, mas tem gente que bota quente nelas, coitadas das bichinhas. O negócio não é agora. Agora tá bom, mas você tem que vê quando seca, esse povo vai lá pra fora e com arrastão mesmo [...] (Ceará, 41, pescador de subsistência, 11 ago. 2006).

Nota-se o repúdio e/ou denúncia que o pescador de subsistência relata em sua fala. É possível perceber o conhecimento histórico sobre a ictiofauna local na medida em que indica as principais espécies que estão diminuindo e as causas dessa diminuição. Segundo o morador, a ação da pesca comercial, dos pescadores *outsiders*, vem prejudicando paulatinamente os estoques pesqueiros e comprometendo a qualidade de vida nos moradores locais.

Na localidade Jaiteua de Baixo, há também uma forte atuação de pescadores comerciais, porém a maior parte dos pescadores locais, pescam comercialmente, o que gera cumplicidade dessas populações locais para a pesca comercial. O que se observa nesse local é uma homogeneidade do *habitus*, isto é, uma identidade coletiva das condições de existência (necessidade da pesca comercial). Os moradores desta localidade não trabalham de forma intensa na agricultura, sendo a pesca a principal atividade produtiva, dessa forma, o *habitus* resultante dessa estrutura socioeconômica produz um grupo de pescadores que pescam comercialmente o ano inteiro, assim, os interesses dos pescadores locais se “harmonizam” com os dos pescadores comerciais citadinos gerando cumplicidade nas práticas destes grupos sociais.

3.3.2 Pescadores de subsistência x pescadores comerciais locais

O conflito entre pescadores na área de estudo também ocorre entre os próprios moradores locais, isso porque, dentro da própria localidade – Jaiteua de Cima –, verifica-se a presença de pescadores de subsistência e pescadores comerciais. O *habitus* dos pescadores comerciais locais se assemelha ao dos pescadores citadinos, isto é, os recursos ictiofaunísticos possuem um valor-de-troca, embora também sejam utilizados para o sustento das famílias.

O que gera conflitos entre esses grupos sociais é a quebra do acordo de pesca que existe na localidade, os pescadores comerciais locais insistem em pescar durante o período da seca no paraná do Anamã, confrontando com as determinações dos pescadores de subsistência. O argumento dos pescadores comerciais locais é que o paraná do Anamã, mesmo durante a seca, continua transitável ou navegável, ou seja, ele não fica preso como um “poço” ou um lago, dessa forma, não se pode proibir a pesca, “ele é livre”. A única maneira

de se preservar o paraná do Anam, segundo um pescador comercial local, seria através de um órgão federal, nas palavras dele: “pro acordo só se for um órgão federal mesmo, que fique uma planta, um flutuante [...], ou que bote uma placa l numa volta que tem, o nome da volta se d boca do laguinho, [...] aí é preciso se botar uma placa assim” (Lucas, 37, pescador comercial local, 12 out. 2006).

Dessa forma, observa-se, nas palavras do morador, que o acordo de pesca firmado entre os pescadores de subsistência não tem legitimidade para os pescadores comerciais, demonstrando uma forte recusa ao mesmo.

De acordo com o Sr. Almir, o acordo são seria válido se englobasse não apenas a localidade do Jaiteua de Cima, mas as outras circunvizinhas, nas palavras dele,

[...] se são nos quiser preservar e os outros não querer, vamos dizer, pra lá não querem [demais localidades], por al também não querem, são é ruim que nos mesmo bota o peixe pra eles pescarem, fosse bom se a gente fizesse uma cerca aqui porque agente num pescava mais, o peixe ficava por aqui mesmo, aí não mexe aqui, aí os peixes sobem e são pegos l em cima [...], aí o peixe passa reto, um bocado sobe, outro desce e nos que tamo aqui sofre (48, pescador comercial local, 13 ago. 2006).

Assim, os pescadores comerciais locais argumentam que, como o paraná do Anam não fica fechado na seca,  necessário que as demais localidades também o conservem, pois seriam beneficiadas pelo acordo realizado no Jaiteua de Cima. Por esta forma, os pescadores comerciais locais não admitem deixar de pescar comercialmente enquanto pescadores de outras unidades sociais comercializem os peixes deixados de pescar no momento em que estavam migrando para outros locais; o acordo deve ser “mais combinado com todos, num  são com poucos não,  combinados com todos” (Almir, 48, pescador comercial local, 13 ago. 2006).

A intolerância dos pescadores comerciais ao acordo acarreta conflitos mais violentos do que com os pescadores citadinos. Um pescador comercial local narra o fato de ter sido amarrado e quase sido levado à delegacia, além de terem destruído seus apetrechos de pesca. De acordo com alguns moradores, muitas vezes ocorreu violência física entre as partes.

Os pescadores de subsistência acusam os pescadores comerciais locais de incentivarem e facilitarem a entrada de pescadores de “fora” (*outsiders*) nos ambientes de pesca da localidade, alguns pescadores comerciais locais pescam em parceria com os pescadores que vêm da cidade ou trabalham diretamente com barcos de pesca. Segundo um pescador de subsistência, no ano de 1999, ocorreu um grande esforço de captura do tucunaré

(*Cichla ocellaris*) realizado por um barco geleiro, sendo que outras espécies de peixe foram desperdiçadas, pois apenas o tucunaré interessava ao barco, e essa “matança” teve participação de pescadores comerciais locais que trabalhavam para o referido barco.

No ano de 2005, também ocorreu outra grande pescaria realizada por um barco de pesca no paraná do Anam, dessa vez foi o curimat (*Phochilodus argenteus*) a espécie alvo do barco pesqueiro. De acordo com o Sr. Pedro (pescador de subsistência), houve um grande estrago de peixe, episódio que revoltou todos os pescadores de subsistência da localidade, a ponto de irem ao município de Manacapuru denunciar o referido barco ao IBAMA. Segundo o Sr. Pedro, alguns moradores que viviam nos flutuantes às margens do paraná do Anam – local em que o barco de pesca atuou – não quiseram dar o nome do barco aos demais pescadores, pois eram pescadores comerciais e estavam de acordo com aquela pescaria. Na argumentao do Sr. Almir,

[...] aquele peixe não ia ficar aqui pra nos, aquele peixe ali, se não fosse morto aqui, mas ia ser morto acolá, mais embaixo, aí foi a razão que começaram daqui mesmo, mas esse peixe  passageiro, até o menino chegou l comigo, o flutuante tava ali naquela ponta [local pertencente ao paraná do Anam], l, mais fora, aí chegou l comigo, rapaz é o seguinte: eu queria pegar o nome do motor, eu digo, rapaz,  duas coisas: você me perguntar isso é mesmo que ta me dando uma cacetada, que eu não sei ler, é mesmo que não está perguntando (48, pescador comercial local, 13 ago. 2006).

Nesse contexto, os pescadores comerciais locais não contestam com veemência, como fazem os pescadores de subsistência, a atuao dos barcos pesqueiros no paraná do Anam. Isso decorre do fato de também pescarem comercialmente e muitas vezes ajudarem a pescaria dos barcos de pesca vendendo ou abastecendo os mesmos. Dessa forma, essa visão de mundo e forma de organizao da produo pesqueira ou racionalidade produtiva chocam-se com a dos pescadores de subsistência, que mantm uma outra relao com os recursos ictiofaunísticos, sobretudo no período da seca, que representam primordialmente um valor-de-uso, não sendo destinado ao comércio (valor-de-troca).

Assim, observa-se, entre os pescadores de subsistência e comerciais da localidade, uma relao social *fechada para dentro*, isto é, fazem restrioes e limitaoes na atividade da pesca aos próprios membros das unidades sociais situadas na área do Jaiteua de Cima. De acordo com Weber (2004), uma relao social fechada para dentro acontece quando os próprios participantes restringem ou limitam rigorosamente para cada um deles determinadas possibilidades.

Os conflitos entre os pescadores de subsistência e comercial local do Jaiteua de Cima apresentam-se, portanto, como um embate de formas de perceber os recursos ictiofaunísticos, isto é, de *habitus* antagônicos, mantendo, dessa forma, relações diferentes com esse recurso. Para os primeiros, o peixe representa um valor-de-uso, é quase que estritamente produzido para o autoconsumo, utilizando técnicas de pesca menos agressivas aos estoques pesqueiros, enquanto, para o segundo grupo, o peixe representa um valor-de-troca, sua produção é destinada em sua grande maioria ao comércio, suas técnicas de pescar, embora em menor número que os pescadores comerciais citadinos, são mais agressivas, possibilitando capturar peixes em maior quantidade e possuem relações sociais mercantis com barcos de pesca ou com outros pescadores comerciais, fazendo da comercialização do pescado a sua principal atividade econômica.

A dimensão religiosa também interfere significativamente nesta relação de conflito. Como foi exposto, existe uma divisão para além dos antagonismos relativos à atividade pesqueira. Os moradores estão configurados como pertencentes a uma determinada igreja e território. Nessa configuração, os pescadores comerciais locais são todos pertencentes à unidade social da Assembleia de Deus Tradicional, unidade social formada após a separação com a Assembleia de Deus. Essa divergência religiosa também se faz presente no momento de repreender os pescadores comerciais locais, contribuindo para a perpetuação deste conflito.

Na localidade Cajazeira, os conflitos acontecem principalmente no período da vazante e são mascarados pelas relações de parentesco que se constatarem no local, isso colaborou para a dificuldade de percebê-los, pois os moradores procuravam não mencioná-lo. A maior parcela dos pescadores comerciais locais possui relações de parentesco com a maioria dos moradores. Dessa forma, os demais pescadores não se sentem à vontade de denunciar ou contestar os pescadores comerciais. Porém alguns moradores procuraram inibir os pescadores comerciais locais, fixando placas próximas às suas residências (figura 26). De acordo com os moradores, os pescadores comerciais pescam com o apetrecho que, segundo eles, é o mais degradante, o arrastão.



Figura 26 – Placa evidenciando a desaprovação de alguns moradores pela pesca comercial.

Fonte: Trabalho de campo, 2007

Os conflitos nessa localidade se dão no campo simbólico, isto é, de forma latente, onde os moradores divergem apenas das atitudes e da forma de captura dos peixes dos pescadores comerciais locais. Porém Simmel (1983) demonstra que os conflitos latentes, quando fazem parte de um contato mais íntimo, não importa quão ocasional, pode transformar-se imediatamente em ódio e luta reais. Mas, como foi visto, as relações de parentesco são muito fortes, sendo possível perceber uma total indisposição dos pescadores em reagir de forma mais enérgica.

Na localidade Jaiteua de Baixo, não ocorre esse tipo de conflito, como mencionamos anteriormente, a grande maioria dos pescadores locais pescam comercialmente o ano inteiro. Dessa forma, para esses pescadores, a pesca comercial representa a sua principal fonte de renda, sendo, para eles, de suma importância que essa prática seja preservada.

3.3.3 Pescadores x fazendeiros

Esse conflito vem se desenvolvendo em decorrência do processo de pecuarização da várzea que se processa na Amazônia já há certo tempo. Assim, “se tem mais gado na várzea, certamente vai haver destruição dos habitats dos peixes, que é o lugar de reprodução e da criação de diversas espécies pesqueiras” (O’Dwyer, 2005, p. 222).

Na localidade Jaiteua de Cima, os problemas relacionados à criação de animais de grande porte, sobretudo em relação à criação de gado bubalino, demonstram que as práticas de desmatamento para pastagem dos búfalos e a circulação desses animais nos ambientes aquáticos têm provocado mudanças de comportamento, a migração e a redução de algumas espécies de peixes, sendo estas muito apreciadas para o consumo e para a comercialização

pelos pescadores de subsistência e comerciais das comunidades. Dentre tais espécies, destacam-se o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o ruelo (filhote do tambaqui) (*Colossoma bidens*) que, segundo os pescadores, existiam em grande quantidade, porém hoje são raros. De acordo com um morador, a criação de búfalos causou sérios problemas para a pesca na localidade,

[...] o homem dos búfalos, inventou uma tal de derribada. Aí eu digo, rapaz, maninho, aí vai acabar a floresta, se ele descampar todinha essas pontas de igapó, tá feita a derrota, é onde o peixe se aguenta, o peixe vai embora. Aí derriba o capitarizeiro, o tarumazeiro, [que servem] de alimento pro peixe, o araçá, aí vai jogar embaixo e pronto [...]. O animal, com água nessa altura ele deita e dorme, com água nessa altura em cima da terra, ele deita e dorme. Essa capinzada que deu era o ano de se aguentar muito peixe por esses igarapés, mas os búfalos já tão aí, esculhambam o capim, o vento dá, sai pra fora, leva, vai e limpa o canal. Vai soltando o capim e vai jogando o peixe fora [...] (Almir, 48, pescador comercial local, 13 ago 2006).

Dessa forma, a criação de búfalos tem causado transtornos aos moradores, os animais pisoteiam o chão provocando a compactação do solo, nadam em lagos e igarapés afugentando os peixes e incomodando os pescadores, circulam nos roçados destruindo as plantações de mandioca e feijão e atacam outros animais de grande e pequeno porte, como o gado bovino e os porcos. Nas palavras do Sr. Almir,

[...] ali onde nós chama de Jauari Grande, esse daí pra frente, naquele igapozal, o dono desses búfalos que prejudica bastante. [...] tá fazendo uns três dias, os búfalos mataram uma vaca do vizinho. [...] nós sempre vivemos aqui. Aí nunca era descampado. Foi até um homem, o vaqueiro que aí botou meio quadro pra plantar um milho, uma melancia, o feijão, mas derrubar a floresta não. Mas ele parou. Quem foi com ele foi o IBAMA. Ele foi chamado, mas ele não foi lá, quem foi lá resolver o caso foi o advogado dele, mas ele não deu as caras lá não. Aí a derrubada também parou.

Como observado acima, o morador da comunidade descreveu como a criação de búfalos na localidade Jaiteua de Cima tem causado transtornos aos ambientes de pesca e, como consequência, diminuído as possibilidades dos pescadores das comunidades.

Com efeito, a criação de gados, especialmente o bubalino, vem provocando a desaprovação dos pescadores. Os moradores da área do Jaiteua de Cima estão procurando, por meio de abaixo-assinados, fazer com que o fazendeiro responsável pela criação de búfalos retire seus animais da região, mas, segundo o Sr. Almir, “ele disse que não tirava, não tirava

de jeito nenhum, aí vieram questionar em Manaus”. De acordo com o morador, os búfalos “é bicho pra retiro, não é para perto de propriedade não senhor, isso é bicho pra retiro e aí não é retiro”.

Observa-se, desse modo, que a criação do gado bubalino não traz benefícios e é incompatível com os ambientes de várzea, pois destroem grande parte dos ambientes que servem de “casa pro peixe, onde o peixe se aquieta”, como diz o pescador, causando graves problemas para a atividade da pesca e, conseqüentemente, para as possibilidades de existência desses pescadores. Além disso, os conflitos entre pescadores e fazendeiros, embora não sejam manifestos na área de estudo, configuram-se como um problema social que necessita de um olhar mais atento por parte dos organismos de defesa do meio ambiente.

Na localidade Cajazeira, também, ocorrem tensões em decorrência da criação de gados, todavia, em Cajazeiras, é a criação de gado bovino que causa alguns atritos. A insatisfação se dá pela grande concentração de terras sendo utilizadas para a criação de gado bovino, ocasionando o desaparecimento das matas ciliares que são queimadas ou servem de alimentação para os gados e, conseqüentemente, o desaparecimentos de peixes que se alimentam dessa vegetação. De acordo com Furtado (1993, p. 398-99),

[...] [a] evolução dos conflitos se dá à medida que vai havendo a concentração da terra por parte de grandes proprietários (fazendeiros e/ou simplesmente latifundiários) que vão comprando do pequeno produtor das áreas de várzea [...] suas áreas de terra para transformá-las em campos de pastagem ou para plantação de capim ou ainda para simplesmente adicionarem-nas ao seu patrimônio fundiário.

Esse é outro problema da pecuarização da várzea, a saber: a concentração de terra nas mãos de grandes proprietários. Dessa forma, o conflito não ocorre pelo gado em si (a destruição da vegetação de várzea), mas a apropriação da área, que os grandes proprietários vão ocupando e cercando.

Dessarte, no quadro adiante, apresenta-se uma síntese das relações de conflito na área de estudo:

Elementos dos Conflitos	Jaiteua de Cima	Cajazeira
Natureza	O conflito se dá eminentemente nas esferas socioeconômicas (garantia de alimentação diária e renda) e ambiental (preocupação com a manutenção dos estoques ictiofaunísticos nos ambientes aquáticos locais).	O conflito se dá eminentemente nas esferas socioeconômicas (garantia de alimentação diária e renda) e ambiental (preocupação com a manutenção dos estoques ictiofaunísticos nos ambientes aquáticos locais).
Campo	O campo dos conflitos são os ambientes aquáticos próximos às moradias das unidades sociais rurais do município de Manacapuru-AM que vem sendo alvo da peca comercial intensiva e do alargamento da fronteira produtiva no que tange a pecuária e suas implicações na manutenção dos estoques pesqueiros como a diminuição das matas ciliares e dos campos de cultivo.	O campo dos conflitos são os ambientes aquáticos próximos às moradias das unidades sociais rurais do município de Manacapuru-AM que vem sendo alvo da peca comercial intensiva e do alargamento da fronteira produtiva no que tange a pecuária e suas implicações na manutenção dos estoques pesqueiros como a diminuição das matas ciliares e dos campos de cultivo.
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Pescadores de subsistência (moradores que pescam somente para a manutenção de suas unidades domésticas, se consideram agricultores e têm no peixe um valor-de-uso) vs Pescadores comerciais cidadãos (moradores que habitam o município de Manacapuru-AM, pescam comercialmente o ano todo, se consideram pescadores e tem no peixe um valor-de-troca). • Pescadores de subsistência vs Pescadores comerciais locais (moradores que habitam as localidades, porém pescam comercialmente em todas as épocas do ano, se consideram pescadores e têm no peixe um valor-de-troca). • Pescadores de toda ordem vs Fazendeiro (criador de gado bubalino que não controla seu rebanho deixando-o percorrer os ambientes aquáticos e terrestres da localidade). 	<ul style="list-style-type: none"> • Pescadores de subsistência (moradores que pescam somente para a manutenção das unidades domésticas, se consideram agricultores e têm no peixe um valor-de-uso) vs Pescadores comerciais cidadãos (moradores que habitam o município de Manacapuru-AM, pescam comercialmente o ano todo, se consideram pescadores e tem no peixe um valor-de-troca). • Pescadores de subsistência vs Pescadores comerciais locais (pescadores que habitam as localidades, porém pescam comercialmente principalmente no período de vazante e enchente de arrastão; pelo fato de não pescarem comercialmente o ano todo não se consideram pescadores, têm no peixe um valor-de-troca). • Pescadores de toda ordem vs Fazendeiros (criadores de gado bovino, não possuem grandes cabeças de gado, mas vêm ocupando grandes quantidades de terra, diminuindo as possibilidades dos pescadores de subsistência e eliminando os ambientes de igapós que servem de abrigo para os peixes, provocando a indignação dos demais moradores).
Objeto de disputa	O objeto desses conflitos são os recursos pesqueiros e a prejudicial ação do criador de búfalos que não exerce controle sobre seu rebanho ocasionando problemas para a manutenção dos estoques ictiofaunísticos.	O objeto desses conflitos são os recursos pesqueiros e a prejudicial ação dos criadores de gados bovinos que alargam os seus pastos e corrobora para a diminuição dos estoques ictiofaunísticos e a redução nas terras agricultáveis.
Dinâmica	O conflito se dá quando os pescadores comerciais tanto locais quanto cidadãos vão pescar no paraná do Anamá no período de seca. Nesse período, os pescadores de subsistência inibem a pesca comercial nesses ambientes, assim, os pescadores comerciais não aceitam, pois possuem uma racionalidade produtiva antagônica gerando	Os conflitos nessa localidade são silenciados ora pelas relações de parentesco ora por falta de uma cultura política participativa. O conflito com relação aos pescadores cidadãos se dá na dimensão simbólica – visões de mundo e práticas culturais -, embora os pescadores de subsistência reprovem a atuação dos pescadores comerciais cidadãos, não tomam nenhuma medida para coibir a sobrepesca, afirmam também que a pesca praticada por esses pescadores acontece em lugares distantes de suas unidades

	<p>conflitos entre os mesmos.</p> <p>Com relação ao fazendeiro, o conflito se dá apenas em forma de protestos, os pescadores argumentam que os búfalos destroem os ambientes aquáticos onde os peixes alimentam-se afugentando os mesmos e diminuindo as possibilidades de captura.</p>	<p>sociais impossibilitando a fiscalização. Com relação ao conflito com os pescadores comerciais locais, o mesmo ocorre mais em virtude de usarem o arrastão na captura dos peixes do que pela pesca comercial em si, porém esse conflito também se dá na dimensão simbólica, pois, os pescadores comerciais locais são detentores de respeito familiar na medida em que representam antigos patriarcas.</p> <p>Com relação aos criadores de gado, alguns moradores argumentam que o aumento dos campos para a criação de gado vem destruindo as matas ciliares fazendo com que os peixes se afugentem do local, ademais, vem diminuindo as possibilidades de esses pescadores sobreviverem da agricultura.</p>
--	---	---

Quadro 2 – Síntese dos conflitos de pesca na área de estudo.

Fonte: Trabalho de campo, 2007.

CAPÍTULO IV

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS COMUNS Ação comunicativa e cultura política

Este capítulo versará sobre os problemas e as possibilidades da ação coletiva de pescadores na área de estudo. Assim, faz-se uma abordagem a respeito das principais teorias que enfocam da ação coletiva, problematizando a mais conhecida delas “A tragédia dos comuns”. Em seguida, discute-se como alguns grupos de pescadores vem se organizando no sentido de controlar o uso indiscriminado dos recursos pesqueiros. Para isso, trabalha-se com os conceitos de esfera pública, cultura política, capital social e ação comunicativa. Por fim, discutem-se as possibilidades e fragilidades das iniciativas locais de gestão dos recursos pesqueiros.

4.1 Teorias da ação coletiva

Hardin (1968) publicou um artigo na revista *Science* intitulado *A tragédia dos comuns*, cujas ideias foram amplamente difundidas e aceitas por grande parte do mundo científico, tornando-se explicações consentidas a respeito da sobre-exploração dos recursos naturais manejados de forma comunal. O autor defendia que recursos, como rios, mares e florestas, estão sujeitos à maciça degradação, quando explorados de forma livre ou comunal.

Antes do aprofundamento no conteúdo e na repercussão da teoria da “tragédia dos comuns”, será apresentado como os recursos de propriedade comum²³ podem ser manejados.

De acordo com Feeny *et al* (2001) e Pereira (2004), os recursos naturais, particularmente os recursos pesqueiros, podem ser manejados por quatro regimes típico-ideais de direito de propriedade²⁴: livre acesso, propriedade privada, propriedade estatal e propriedade comunal.

1. O regime de *livre acesso* ocorre quando há ausência de regras e de direitos de propriedade bem definidos. Dessa forma, o acesso e a exploração dos recursos pesqueiros

²³ “Recursos de propriedade comum incluem peixes, vida selvagem, águas superficiais e subterrâneas, pastagens e florestas” (Fenny *et al*, 2001, p.19).

²⁴ Vale ressaltar que em alguns casos há sobreposição desses direitos, sendo essa separação apenas um recurso heurístico.

podem ser realizados por qualquer indivíduo que se dispuser e se julgar no direito de explorá-los.

2. No caso do regime de *propriedade privada* os direitos de exclusão de terceiros na regulação e exploração dos recursos pesqueiros são delegados a indivíduos, que têm toda autonomia de estabelecer regras de uso e controle dos recursos naturais que estiverem sob suas propriedades. O Estado geralmente reconhece e impõe ou estabelece formalmente direitos de propriedade privada.

3. Sob *propriedade estatal*, os recursos são alocados exclusivamente pelo governo que, por sua vez, toma as devidas decisões em relação ao uso e exploração dos recursos naturais, cabendo, a ele, excluir ou impor normas de acesso e usufruto de tais recursos.

4. Finalmente, no regime de *propriedade comunal*, os recursos são manejados por uma “comunidade” ou um grupo específico de usuários interdependentes, que compartilham direitos e responsabilidades, podendo excluir usuários de fora e regulamentar o uso entre si. Normalmente, os usuários têm acesso e uso igualitário ao recurso. Estes direitos comunitários podem ser ou não reconhecidos formalmente pelo Estado (MCGRATH *et al*, 1996 *apud* PEREIRA, 2004). Hardin (1968) não admite que, em regime de propriedade comunal, haja capacidade de exclusão ou regulação do uso dos recursos naturais, pois, para ele, em situação de uso comum, os indivíduos tendem a racionalizar sua produção cada vez mais até o ponto de exaustão dos recursos naturais, desencadeando a “tragédia dos comuns”, assim, o autor concebe o regime de propriedade comunal como de livre acesso.

De acordo com a teoria da “tragédia dos comuns”, em situação de livre acesso, os recursos naturais são apropriados excessivamente, cujas consequências são a redução sistemática e a exaustão desses recursos. Hardin (1968) se vale da teoria econômica da Lei dos Rendimentos Decrescentes para formular sua hipótese. De acordo com essa teoria, quando se acrescenta continuamente uma unidade de trabalho para a produção de determinado bem, permanecendo fixo o fator de produção, chegará o limite em que, ao adicionar uma unidade trabalho, decairá a produtividade marginal, diminuirá até o ponto de desgaste por completo do fator fixo.

Nas palavras de Hardin (1968, p. 1244),

A tragédia dos comuns desenvolve-se da seguinte maneira. Imagine uma pastagem aberta a todos. É de se esperar que cada pastor tente manter o máximo possível de gado na pastagem de uso comum [a pastagem representa o fator fixo]. Tal arranjo pode funcionar razoavelmente bem por séculos, porque guerras tribais, furtos e doenças mantêm o número de ambos os

pastores e cabeças de gado bem abaixo da capacidade de suporte da pastagem. Finalmente, no entanto, chega o dia do acerto de contas, ou seja, o dia em que o tão sonhado objetivo de estabilidade social se torna realidade. Nesse ponto, a lógica inerente dos Comuns friamente gera a tragédia.

Como um ser racional, cada pastor busca maximizar seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais ou menos conscientemente, ele se questiona: “Qual é a utilidade para mim do acréscimo de mais um animal no meu rebanho?” Esta utilidade tem um componente positivo e um negativo.

1) O componente positivo é uma função do incremento de um animal. Uma vez que o pastor recebe todos os benefícios de venda do animal acrescido, a utilidade positiva é aproximadamente +1.

2) O componente negativo é uma função do sobrepastejo adicional gerado por mais um animal. Contudo, dado que os efeitos do sobrepastejo são compartilhados por todos os pastores, a utilidade negativa para um pastor tomador de decisão em particular é somente uma fração de -1.

Acumulando-se as utilidades parciais do componente, o pastor racional conclui que o único caminho razoável para ele seguir é o de acrescentar outro animal ao seu rebanho. E outro... Mas esta é a conclusão a que chegam cada um dos pastores racionais que compartilham o pasto de uso coletivo. *Aqui reside a tragédia* [grifo nosso]. Cada homem está aprisionado num sistema que compete a aumentar seu rebanho sem limites – em um mundo que é limitado. Ruína é o destino para o qual cada homem se apressa, cada um buscando o seu melhor benefício em uma sociedade que acredita na liberdade dos comuns. Liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos (Tradução nossa).

Assim, acrescentando-se uma cabeça de gado continuamente no pasto – que não pode se expandir, acompanhando o aumento de mais uma cabeça de gado –, chegará o momento em que o mesmo não comportará tanto gado, acarretando sua exaustão. Essa é a lógica, segundo o autor, que rege a vida dos comuns, uma lógica de racionalização individualista que mina a vida coletiva e destrói os recursos naturais, onde o desejo do lucro e da produção em larga escala controla os indivíduos. Com efeito, conclui que a liberdade de acesso destrói não só os recursos naturais, mas também a vida humana.

No caso da pesca, a teoria de Hardin pode ser aplicada da seguinte forma:

Cada unidade de esforço adicional empregada por um indivíduo ou grupo na captura de peixes representa não só um ganho em sua produção, mas também implica uma perda na produtividade, a qual é compartilhada entre todos os usuários. Neste sentido, um pescador racional tende a concluir que é melhor para si capturar a maior quantidade de peixes possível, no entanto esta é a mesma conclusão a que chegam todos os pescadores que compartilham dos estoques pesqueiros de um determinado lago. Essa conduta individualista culmina com a “tragédia dos comuns”, pois todos os usuários chegam à ruína por se apressarem, cada um visando auferir a máxima vantagem possível (PANTOJA, 2006).

Além da situação de livre acesso, Hardin aponta outras situações que colaboram para a “tragédia”, são elas: a ausência de restrições aos comportamentos individuais; condições pelas quais as demandas excedem ofertas²⁵; e incapacidade dos usuários para criar ou alterar regras. Dessa forma, para o autor, a conservação de recursos de uso comum só pode ser alcançada com êxito mediante a privatização ou estatização, pois “somente o proprietário individual teria os incentivos para conservar os recursos, e o Estado enquanto defensor do interesse público é capaz de equilibrar interesses privados” (PANTOJA, 2006, p. 32). Assim, Hardin, na medida em que sugere que as populações tradicionais não possuem limites, nem são capazes de manejar a natureza, encontra uma solução amplamente excludente e autoritária para garantir a sustentabilidade desses recursos, extraíndo delas o direito e a liberdade de acesso aos recursos que tradicionalmente utilizam.

Essa concepção também está fortemente presente na atual política ambiental de conservação na natureza, que pressupõe a criação de áreas naturais protegidas tuteladas pelo Estado que não permite o acesso de pessoas. De acordo com Diegues (2000a), a ideia de criação de reservas ecológicas sem a presença humana se assenta numa concepção de relação homem/natureza baseada numa espécie de naturalismo reativo.

Para o naturalismo da proteção da natureza [...], a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono (DIEGUES, 2000a, p.23).

Diante disso, essa política de conservação não admite nem reconhece a presença de grupos sociais que, tradicionalmente, habitam as regiões onde ainda exista vida natural, desconsiderando a sua capacidade de conservação ambiental. Nas palavras de Mckean (1992) *apud* Pereira e Pinto (2001, p.1), “as políticas de conservação dos recursos naturais têm sido guiadas por uma visão determinista segundo a qual, em situação de livre acesso e apropriação privada, a exaustão e a degradação do recurso explorado é inevitável”.

Porém estudos empíricos demonstram que as populações que habitam tradicionalmente os espaços naturais de uso comum não são incapazes de regular o uso, e os usuários dos recursos naturais, pelo contrário, podem organizar-se e monitorar a exploração

²⁵ É clara a presença dos elementos essenciais da teoria malthusiana na teoria de Hardin. A ideia de que população cresce geometricamente e os recursos naturais aritmeticamente, fundamentam a afirmação de que as demandas excedem a oferta. Preocupações com o controle das taxas de crescimento populacional em todo mundo aparece de maneira marcante na argumentação do autor.

desses recursos, alocarem direitos de uso e ajustar níveis de utilização, buscando manter a sustentabilidade ambiental, de modo a não comprometer sua reprodução social, cultural e econômica (FEENY *et al*, 1990).

De acordo com esses autores, a fábula heurística de Hardin, que demonstra a racionalidade individualista dos pastores criadores de gado, pode ser contada de uma outra maneira. Nas palavras dos autores,

A “Tragédia” pode iniciar como por ele proposto, mas, após vários anos de produtividade decrescente, os pastores provavelmente se reunirão na procura de caminhos para (1) controlar o acesso a pastagens e (2) acordar sobre uma série de regras de conduta, talvez incluindo restrições ao tamanho dos rebanhos, que efetivamente limita a exploração (FEENY *et al*, 1990, p.32).

Assim, o controle e o uso sustentável dos recursos naturais podem ser mantidos em regimes de propriedade comunal e não necessita, necessariamente, de privatização ou estatização para que a “tragédia” seja evitada, pois existe viabilidade potencial de sustentabilidade ambiental em regimes de propriedade comunal (FEENY *et al*, 1990). De acordo com esses autores, a expressão “mútua coerção, mutuamente acordado” proferida por Hardin (1968) “é consistente com sistemas de propriedade comunal, embora o autor aparentemente tenha se referido a instituições estatais sob governos representativos” (FEENY *et al*, 1990, p. 32). Dessa forma, ainda segundo os autores,

As sociedades têm a capacidade de construir e impor regras e normas que restringem o comportamento dos indivíduos. [...]. Uma diversidade de sociedades do passado e no presente tem, de forma independente, elaborado, mantido ou adaptado sistemas comunais voltados ao manejo dos recursos de propriedade comum. Essa persistência não é um acidente histórico; esses sistemas foram construídos pelo conhecimento dos recursos e por normas culturais que se desenvolvem e têm sido testadas ao longo do tempo (p. 33).

Pelo exposto, nota-se que Hardin (1968) negligenciou a dimensão cultural, como um fator preponderante no manejo racional dos recursos ambientais. De acordo com Leff (2000, p. 97), os conhecimentos tradicionais²⁶ dos povos indígenas e não indígenas “geram práticas

²⁶ Conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano industrial e transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas últimas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o social mas sim um *continuum* entre ambos (DIEGUES, 2000b, p. 30).

de manejo sustentável de recursos, através de certos estilos culturais de organização produtiva”. Assim, os saberes e as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais permitem que essas populações criem sistemas próprios de manejo ambiental, regulamentando a atuação dos diversos usuários, possibilitando, assim, o uso racional e a sustentabilidade desses recursos, evitando, por sua vez, a “tragédia dos comuns”.

Os dilemas da ação coletiva também são abordados por Ostrom (1991), através da teoria da escolha racional. A autora explica por que os indivíduos agem com o intuito de maximizar seus interesses. Ela procura substituir a ideia de uma “racionalidade completa” por uma “racionalidade limitada”. Argumenta que, em situação de dilema social, os comportamentos dos indivíduos são afetados por uma série de fatores: tamanho do grupo, heterogeneidade dos participantes, dependência dos benefícios recebidos, processos de transformação social. Por essa forma, ela chama a atenção para o fracasso das políticas públicas que acreditam que os indivíduos racionais só podem resolver seus dilemas através de incentivos e sanções externas. Assim, o autor também acredita que os indivíduos são capazes de aprender normas de reciprocidade e regras sociais que lhes possibilitam superar diversos dilemas sociais.

Olson (1999) é outro autor que discute a ação coletiva, porém a discute a partir da teoria econômica, considerado, dessa forma, também um teórico da escolha racional. Ele constrói uma teoria do comportamento de grupo, apontando para uma contradição entre a racionalidade individual e coletiva. Critica também que a ideia de que a participação do indivíduo em um grupo se dá de maneira voluntária.

Mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização de seu bem-estar pessoal, eles *não* agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-lo a tanto [...] (OLSON, 1999, p. 14).

Entretanto, quando se considera grupos pequenos, o autor faz algumas ressalvas:

Nos grupos pequenos, pode muito bem ocorrer alguma ação voluntária em prol dos objetivos comuns dos indivíduos do grupo, mas na maioria dos casos essa ação cessará antes que os resultados atinjam um nível ótimo para os membros do grupo como um todo. Nos grupos pequenos há, contudo, uma surpreendente tendência à “exploração” do *grande* pelo *pequeno* na partilha dos esforços para atingir um objetivo comum (OLSON, 1999, p. 15).

Assim, o objetivo de qualquer organização social é garantir os interesses do grupo, embora também contemple interesses puramente individual. Nas palavras do autor,

As organizações podem, portanto, desempenhar uma função importante quanto há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas frequentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos (OLSON, 1999, p. 19)

Diante das teorias expostas, entende-se que as iniciativas locais de controle e uso dos recursos naturais, especificamente os pesqueiros, contrariam a teoria da “tragédia dos comuns”, pois a sociedade ou grupos de pescadores podem criar mecanismos locais de gestão dos recursos ictiofaunísticos. Nesse estudo, percebeu-se que, baseados em suas práticas tradicionais e em seu conhecimento do ambiente, os grupos sociais de pescadores estabelecem, como se verá adiante, mecanismos de entendimento através da constituição de uma esfera pública organizada ou sociedade civil, de uma cultura política participativa pautada no capital social e o estabelecimento de uma razão comunicativa, criando regras de uso e exploração da ictiofauna local.

Através do estudo realizado com os habitantes da área rural do município de Manacapuru –AM, foi constatado o estabelecimento de uma “solidariedade” entre os pescadores de subsistência com o intuito de criar mecanismos de controle do usos dos recursos pesqueiros. Isso pode ser compreendido através dos conceitos de ação comunicativa, esfera pública e cultura política.

4.2 A resignificação dos comuns: esfera pública e cultura política na gestão dos recursos pesqueiros

A gestão local dos recursos pesqueiros se processa de maneira diferente nas três localidades estudadas. Encontram-se umas mais organizadas no sentido de conservar os estoques pesqueiros, isto é, possuem uma esfera pública constituída e uma cultura política sedimentada, outras que não possuem nem uma forma organizada de manter os recursos pesqueiros conservados. O gráfico abaixo mostra o grau de participação/reunião dos moradores por localidade para a discussão de assuntos referentes à atividade pesqueira.

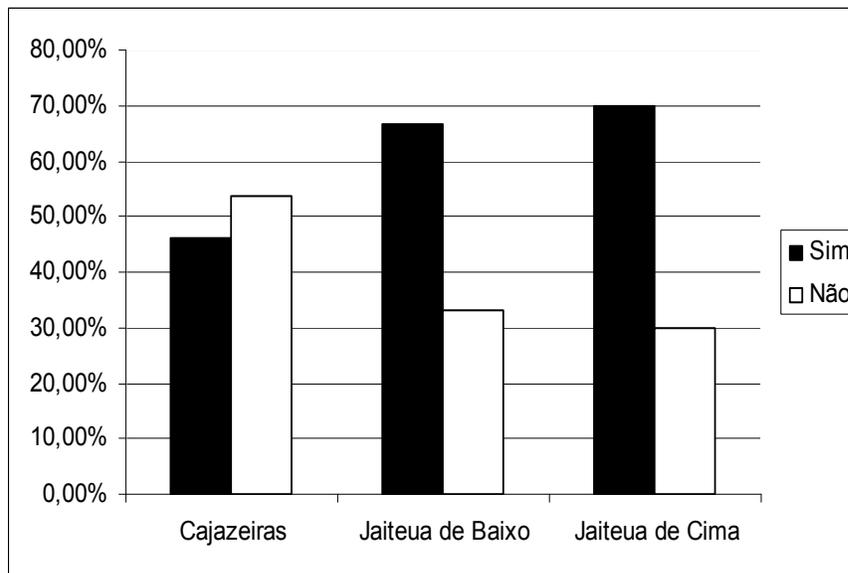


Figura 27 – Participação/reunião para tratar de assuntos atinentes à pesca.
Fonte: Trabalho de campo, 2007-2008.

Nota-se, com a exceção da localidade Cajazeiras, que todas as demais costumam se reunir frequentemente para tratarem dos problemas relativos à atividade pesqueira. O índice mais alto de reuniões é em Jaiteua de Cima, localidade onde os conflitos sociais são mais intensos, 70% dos entrevistados afirmaram que se reúnem frequentemente para discutirem a respeito da pesca.

Nesse sentido, para a compreensão do processo de discussão da pesca, torna-se oportuno abordar os conceitos de esfera pública e sociedade civil e de cultura política e capital social.

4.2.1 Esfera pública e Sociedade Civil

A esfera pública e sociedade civil são conceitos habermasiano para explicar a existência de uma “outra” instituição característica da modernidade. De acordo com Souza (2000), os clássicos da sociologia convergiam para uma ideia comum sobre as peculiaridades da moderna sociedade capitalista. Para eles, o Estado racional burocratizado e o mercado competitivo capitalista são instituições estruturantes do sistema social nascente. Entretanto Habermas teoriza sobre uma outra instituição igualmente estruturante da moderna sociedade, a qual ele denomina de “esfera pública organizada” ou sociedade civil. Habermas passa a

compreender a esfera pública como um “terceiro momento” das sociedades modernas, a qual não se confunde nem com o Estado nem com o mercado (SOUZA, 2000).

No entanto Habermas (2003) enfatiza que a esfera pública, não organizada, ainda não pode ser entendida como uma instituição nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, também não pode ser vista como um sistema, pois ela se caracteriza por horizontes abertos e permeáveis. Assim, nas palavras de Habermas (2003, p. 92),

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.

O tema da esfera pública começa a ser central para o sociólogo alemão já em sua tese de livre docência, com o livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1962). Nesta obra, o conceito passa ser tratado do ponto de vista histórico, procurando perceber a gênese histórica da categoria “público”.

Para ele, a ideia de público na Idade Média assume forma de mera representatividade. Porém essa representatividade não significava transferência ou delegação de poder do povo para um sujeito político (representante), mas sim a representação de um poder perante o povo, isto é, a distinção feita através das insígnias, do gestuário, das regras de etiqueta, etc. O público é a nobreza, um grupo de indivíduos que, por dominar e possuir um conjunto de atribuições relevantes, se destaca na sociedade.

O sentido moderno de público passa a existir a partir de uma série de mudanças materiais e simbólicas que passam a ocorrer com a modernidade. A individualidade ou a delimitação de uma esfera privada inviolável é que possibilitou o surgimento da esfera pública como uma instituição moderna. Ela passa a ser uma “esfera composta de sujeitos privados com opinião própria, o que assegura a possibilidade da contraposição coletiva a decisões discriminatórias do poder público” (SOUZA, 2000, p. 60).

A esfera pública de conteúdo não estatal nasce a partir de sua desvinculação dos assuntos que interessavam ao Estado tornar público para um veículo que funcionasse como um fórum de discussão.

É esse “fórum” de pessoas com capacidade de julgar que permite a formação de uma opinião pública crítica capaz de introduzir, pela primeira vez, a questão da *legitimidade discursiva do Estado*. O que é público, de interesse geral e para o bem de todos, precisa a partir de agora, *provar-se argumentativamente enquanto tal*. De início, os burocratas do aparelho estatal, profissionais liberais, pastores, professores, etc., formam a base social dessa nova esfera. A esfera pública burguesa que se constitui deve ser entendida, antes de tudo, como a reunião de pessoas privadas num público (SOUZA, 2000, p. 61).

Dessa forma, vai se constituindo uma esfera pública onde os interesses privados gerados na esfera íntima da pequena família burguesa se tornam públicos através da exposição desses indivíduos. A família burguesa representa uma nova forma de comunidade que se distingue da família aristocrática como da família camponesa. Essa sociabilidade familiar é caracterizada numa nova arquitetura das casas, garantindo espaços de privacidade para cada um dos integrantes da família e formas de convívio que se destinam a exercitar a individualidade.

Essa característica “privada” da esfera pública se modifica somente a partir do século XIX. Nesse período, ocorre a ampliação do espaço público, pois, as massas menos letradas do proletariado passam a pressionar a efetivação de seus interesses de classes e quebram a unidade da esfera pública burguesa, transformando a esfera pública num espaço de pressão.

Outro fator que colaborou para uma nova formação da esfera pública foi o processo de intervenção estatal na sociedade durante o século XIX, com isso, não havia mais uma esfera social apartada da estatal. Nas palavras de Souza (2000, p.54),

As esferas estatais, públicas e privadas passam a formar um único contexto funcional, o qual se reflete na indistinção entre direito público e privado a partir da privatização do Estado (acelerada pela concentração de capitais) e pela estatização da sociedade pela crescente rede assistencial e de serviços estatais que se constituem nessa época.

Desse modo, a família se retira do processo de reprodução social, tornando-se o mundo do trabalho e o Estado cada vez mais social. Assim, a família se reduz à mera instância receptora dos serviços estatais e de salário do sistema econômico.

Com isso, a esfera pública se torna um espaço eminentemente social, onde se debatem assuntos públicos de interesse social.

Dentro da esfera pública, discute-se sobre assuntos específicos, e as tomadas de posição são pró ou contra o que está sendo proposto. Assim, a opinião pública é formada a

partir do encontro intersubjetivo entre os sujeitos, onde se discute e, através do consenso, se retira uma opinião pública qualificada. Assim, a esfera pública funciona através da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares.

Dessa forma, dentro da esfera pública há uma disputa por influência, isto é, o prestígio e/ou o poder simbólico que determinados indivíduos ou instituições adquirem dentro do espaço de público, dotados do poder de convencimento dos participantes. Nas palavras do autor,

Na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera. Nessa luta não se aplica somente a influência política já adquirida (de funcionários comprovados, de partidos estabelecidos ou de grupos conhecidos, tais como Greenpeace, a Anistia Internacional, etc.), mas também o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas que conquistaram sua influência através de esferas públicas especiais (HABERMAS, 2003, p. 95).

A esfera pública, dessa forma, se assemelha à ideia de campo político onde se trava uma luta simbólica internamente entre os “profissionais” da política pela hegemonia e/ou influência. Nas palavras de Bourdieu (2007, p. 173),

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo.

Tal como na esfera pública, a influência exercida dentro do campo político também pode ser trazida de outros campos profissionais. É o que Bourdieu chama de “capital pessoal”, firmado no pacto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa e também pelo fato de possuir certas qualificações, o que lhe garante uma “boa reputação”. Essa espécie de capital é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios (outras esferas públicas ou campos sociais), com isso, conseguem influenciar decisivamente no campo de disputa.

Nesse íterim, a esfera pública é um espaço de diálogo, entendimento e conflito, os agentes sociais discutem sobre assuntos específicos e tomam posição. Segundo Habermas (2003), nas sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados e sistemas de ação especializados em termos de função, de outro lado. Existem três tipos de esfera pública que se diferenciam de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e

do alcance: esfera pública episódica, esta se constitui em bares, cafés, encontros na rua; esfera pública da presença organizada, esta se dá através de encontro de pais, público que frequenta o teatro, concertos de Rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e; esfera pública abstrata, produzida pela mídia.

A sociedade civil é um outro conceito importante no modelo teórico habermasiano que possui íntima relação com a esfera pública. De acordo com o sociólogo frankfurtiano, o atual significado da expressão “sociedade civil” não inclui mais a economia constituída através do direito privado e dirigida através do trabalho, do capital e dos mercados de bens, como ainda acontecia na época de Marx e do marxismo. Ela se constitui, agora, por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo-da-vida. Destarte, para Habermas (2003, p. 99),

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política.

Assim sendo, a sociedade civil é uma espécie de associação que institucionaliza os discursos e os transforma em questões de interesse geral dentro do quadro das esferas públicas, ou seja, é o núcleo organizado institucionalmente da esfera pública. Ela reúne num espaço público pessoas com experiências e interesses sociais privados, exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade. Nesse sentido, para Habermas, a esfera pública organizada se transforma em uma instituição constitutiva do mundo moderno

Destarte, a esfera pública organizada ou sociedade civil só pode afirmar sua autonomia através da liberdade, isto é, na medida em que a proteção da “privacidade” através de direitos fundamentais serve a incolumidade de domínios vitais privados .

Dentro das unidades sociais estudadas, foi perceptível o estabelecimento de uma esfera pública organizada. Como mostra a figura 27, os pescadores costumam se reunir com frequência para discutirem assuntos relacionados com o setor pesqueiro. Cria-se, dessa forma, o espaço da comunicação, entre os diversos pescadores, isto é,

[o] espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abra-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias. Qualquer encontro que não se limita a contatos de

observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ele está aberto para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presente ou que poderiam vim a se juntar (HEBERMAS, 2003, p. 93).

Dessa forma, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural, ou seja, estar em sintonia com a forma de compreensão geral cotidiana.

O que se discute especificamente na esfera pública dos pescadores são, obviamente, os problemas relacionados com o uso dos recursos pesqueiros pelos vários tipos sociais de pescadores. Nessa esfera, as tomadas de posição e opiniões são divergentes, contudo o resultado desse processo é o acordo de pesca que será discutido adiante.

Todavia o que permite o estabelecimento dessa esfera pública é o que denominamos de cultura política que se assenta no capital social formado entre os pescadores organizados.

4.2.2 Cultura política e capital social

O tema da cultura política vem sendo bastante discutido atualmente pela ciência política. De acordo com Baqueiro (2004), durante muito tempo, a cultura política deixou de ser importante, entretanto, ela ressurgiu na ciência política contemporânea buscando dar conta das mudanças ocorridas com a onda de democratização que transformou a maior parte dos sistemas políticos.

O bom funcionamento das democracias e/ou a legitimidade de um regime tem sido associados ao apoio, confiança e ao grau de satisfação que os cidadãos têm em relação às suas instituições democráticas. Assim, uma cultura política participativa é condição *sine qua non* para a saúde das democracias.

Para Almond e Verba (1965) e Putnam (1996) *apud* Baqueiro (2004, p. 13), a teoria da cultura política estabelece que “as normas e valores culturais, entre os quais a confiança interpessoal e a crença nas instituições democráticas, são de fundamental importância para promover a organização social, a participação política e a legitimidade do sistema político”.

Assim, confiança e crença são dois valores que estão intrinsecamente relacionados com o tipo de cultura política presente em determinada sociedade. Quando a confiança

interpessoal existe juntamente com a desconfiança institucional, cria-se um ambiente que compromete ações de cooperação e de “solidariedade social”.

O estabelecimento de uma cultura política participativa depende da criação de um capital social que atue no sentido de facilitar a cooperação entre os cidadãos, a confiança e o envolvimento cívico. Nesse sentido, a teoria do capital social visa superar um tipo de cultura que preza o individualismo, promovendo a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, por meio de seu empoderamento Nas palavras de Baqueiro (2004, p. 19),

Isso significa que, para promover uma cultura política de participação, a dimensão da confiança institucional e interpessoal deve ser majoritária. [...] um dos caminhos que se apresenta com potencial emancipatório da cidadania no atual contexto é a promoção de capital social, definido em termos da promoção da confiança recíproca e solidariedade social.

Assim, o capital social funciona como uma rede de contatos, ação coletiva, estrutura social e confiança. Ele surge da necessidade de resolver problemas de ação coletiva. Para Putnam (1993) citado por Baqueiro (2006, p. 30), “a expressão capital social aqui se refere às características da organização social, tais como confiança, norma, redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”. Nessa perspectiva, a ação coletiva somente tem êxito quando existem afinidades entre as pessoas, se elas confiam uma nas outras e se respeitem mutuamente, capacitando-as a compartilhar recursos. Dessa forma, auferir ou não a existência de capital social pode ajudar a detectar a fragilidade ou pontos fortes de uma comunidade.

O capital social, dessa forma, funciona como uma fábrica social das comunidades na medida em que os recursos por ela produzidos se transformam em fatores essenciais para o desenvolvimento de estratégias que atuem em benefício da comunidade (Baqueiro, 2004).

Dessa forma, poder-se-ia dizer que às atitudes e normas propostas pela teoria da cultura política acrescenta-se uma dimensão avaliativa de como fazê-las, de maneira eficiente: é nisso que constitui o capital social (Baqueiro, 2003). A premissa essencial do capital social é a de que permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade.

Existe uma diferença importante entre capital social e outras formas de capital. O capital social só tem razão de existir através de uma “relação social”, ele não reside no indivíduo sozinho como é o caso de habilidades de capital humano. Putnam (2000) apresenta o conceito de capital social analogamente com outros tipos de capital:

Assim como uma chave de fenda (capital físico) ou uma educação de nível superior (capital humano) podem aumentar a produtividade (individual e coletiva), também os contatos sociais afetam a produtividade de indivíduos e grupos (*apud* MONASTEIRO, 2006, p. 32).

A sociedade que apresenta um nível de capital social acentuado se torna mais produtiva, pois é possível alcançar determinados objetivos que na sua ausência não seria possível. Assim, as dimensões do capital social são de importância fundamental na formação da vida econômica e social.

Sem embargo a ideia de capital social formulada por Putnam acaba mascarando as contradições e conflitos sociais que estão diluídos no grupo social, assim, o conceito evoca e valoriza as relações sociais tidas como “harmoniosas”.

Nesse ínterim, a concepção de Bourdieu com respeito ao conceito de capital social se torna relevante na medida em que demonstra sua faceta conflituosa. Em sua obra “Economia das trocas simbólicas”, Bourdieu (1982) revela que o capital social, assim como o capital econômico e o capital cultural, possui um caráter de instrumento de poder dos quais se utilizam atores racionais tendo em vista manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade. Dessa forma, para o autor, o capital social é um conjunto de relações e de ajuda mútua que se impõe para favorecer o indivíduo ou o grupo a que pertence. Sendo assim, funciona como um mecanismo de dominação e que permite as pessoas terem êxito na competição social.

Para Bourdieu, as estruturas sociais são constituídas por campo de luta pelo poder, pelo monopólio. Por esta forma, a ideia de capital social está associada ao acesso diferenciado aos recursos de poder. O capital social é um instrumento da luta por poder em um campo de conflitos, pois, como todas as demais formas de capital, o capital social se encontra desigualmente distribuído. Dessa forma, pode ser entendido como uma estratégia de determinados grupos pelo monopólio do uso e controle de determinado recurso. Os teóricos da escolha racional, como Ostrom (1991), assumem que os indivíduos, ao agir e interagir, desenvolvem planos coerentes, tentam maximizar os benefícios e minimizar os custos envolvidos em suas ações. Assim, agem de acordo com interesses particulares, tornando o capital social desenvolvido um instrumento de poder.

Os diversos pescadores representam, neste sentido, um meio estratégico no processo de reprodução econômica e cultural das unidades sociais estudadas, configurando a dependência de uma pesca de subsistência e, corriqueiramente, não competitiva, o que

possibilita o desenvolvimento de sistemas de manejo sem a participação e assistência do governo, contando apenas com a mobilização e organização das “comunidades” interessadas na gestão dos recursos naturais.

Porém as “comunidades” atingem níveis diferenciados no desenvolvimento de instituições locais de manejo. A presença de uma cultura política participativa e o estabelecimento de uma esfera pública organizada não se faz presente em todas as “comunidades” estudadas. Muitos grupos não atingiram nenhuma forma de ordenamento do uso dos recursos naturais – como é o caso das unidades sociais pertencentes às localidades Cajazeira e Jaiteua de Baixo – enquanto outras mantêm acordos formais de acesso e captura, como ocorre na localidade Jaiteua de Cima.

Outros grupos apresentam, ainda, forte resistência a este tipo de iniciativa, principalmente, aquelas famílias que possuem interesse na utilização comercial dos estoques pesqueiros, uma vez que essas formas de manejo implicam o estabelecimento de limites nas quantidades pescadas – seja para o uso individual e/ou coletivo. Isto, por sua vez, pode levar as ações de caráter não cooperativo na medida em que restringe as expectativas de ganho econômico de algumas famílias. Nem sempre os grupos sociais sustentam as iniciativas de organização, que envolvem reuniões, negociações, planejamento e sanções, estes fatores podem tornar inviáveis a manutenção das formas de manejo.

Na área pesquisada, as famílias que são contrárias a essas iniciativas de manejo da fauna aquática são aquelas compostas por pescadores comerciais locais que têm, na atividade da pesca, sua principal fonte de renda, não lhes interessando limites de captura do pescado, pois isso compromete a sua estabilidade social e econômica.

Contudo isto não impede que as formas de manejo locais não se tornem alternativas de conservação praticadas por algumas unidades sociais da área de estudo, uma vez que se constitui em um conjunto de medidas conservacionistas desenvolvidas pelos grupos locais em razão da realidade apresentada. Segundo Pereira e Pinto (2001) e Witkoski (2007), essas formas de manejo respeitam os diferentes ambientes de pesca (rios, lagos, igarapés, etc.), disciplinando as atividades de exploração dos recursos pesqueiros a partir dos ambientes específicos encontrados nas diversas realidades comunitárias. Os autores discutem aqui três tipos de ambientes aquáticos – “lagos de manutenção”, “lagos de procriação” e “lagos livres”. Os primeiros servem para a subsistência das famílias, e os segundos são ambientes que não devem ser utilizados para a atividade pesqueira. Já nos ambientes livres, a pesca comercial é liberada.

Para a compreensão das formas de manejo e utilização coletiva dos recursos naturais, torna-se necessário o conhecimento das complexidades sociais e ambientais que caracterizam os diferentes ambientes encontrados na região amazônica. Trata-se de entender como estes grupos sociais atuam e interagem com estes modelos de utilização dos recursos pesqueiros, uma vez que os conflitos são gerados a partir dos diferentes interesses e racionalidades produtivas dos segmentos sociais envolvidos.

Diante disto, o conhecimento tradicional de seus recursos naturais influenciam nas formas e práticas de conservação dos recursos naturais, embora os grupos sociais possam incorporar algumas alternativas criadas por setores conservacionistas da sociedade civil, principalmente no que diz respeito ao manejo dos recursos pesqueiros na Amazônia. Entretanto as formas de controle das populações tradicionais, quanto ao uso dos recursos pesqueiros, são manifestadas, principalmente através dos acordos de pesca com o intuito de garantir a manutenção dos estoques pesqueiros nos ambientes de pesca próximos de suas unidades sociais para o sustento coletivo.

4.3 Iniciativas locais: a ação comunicativa para o acordo de pesca

Os acordos de pesca podem ser entendidos como arranjos participativos locais que grupos sociais de pescadores de subsistência tencionam regulamentar os recursos ictiofaunísticos adjacentes às suas moradias (SANTOS, 2007).

Os primeiros acordos de pesca datam de meados da década de 1970, nesse período, quando havia apenas uma “comunidade” nas margens do lago, os acordos eram realizados pelas lideranças da própria “comunidade”. No caso de se encontrarem muitas “comunidades” nas margens de um lago ou de um sistema de lagos, então os presidentes das unidades sociais e mais algumas lideranças locais participavam do processo de elaboração e negociação do acordo intercomunitário (AZEVEDO e APEL, 2004).

Na localidade Jaiteua de Cima, o acordo de pesca existente envolve o conjunto das quatro unidades sociais pertencentes à localidade (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Assembleia de Deus, Assembleia de Deus Tradicional e Santa Izabel), sendo iniciado pelos presidentes ou líderes de cada “comunidade” que convocaram os demais moradores, sobretudo, os pescadores, para discutirem sobre o problema do escasseamento do pescado em “seus” ambientes aquáticos.

A elaboração desses acordos surgiu da necessidade de proteger os ambientes de pesca adjacentes às unidades sociais. Esses ambientes vinham sendo alvo de um grande esforço de pesca praticado, principalmente, pelos pescadores comerciais citadinos. Dessa forma, o acordo de pesca nasceu através de uma iniciativa local de regulamentação da pesca face à ausência ou ineficiência do Estado na regulamentação e fiscalização dessa atividade.

Segundo Pereira (2004, p. 26), em diversas regiões da Amazônia, muitas “comunidades” rurais vêm adaptando suas instituições locais de gestão para evitar a escassez dos recursos pesqueiros; “em muitos casos, a reformulação dessas instituições de gestão local fez com que elas passassem de um caráter informal, baseada na tradição e nas normas consuetudinárias, respaldadas até por representações mitológicas, a verdadeiros contratos sociais formais”.

O acordo de pesca criado na localidade Jaiteua de Cima não conta com a participação do Estado. É um acordo verbal e informal entre os pescadores de subsistência da localidade para “guardar” o paraná do Anamã, no período da seca, devido à exploração intensa dos pescadores comerciais locais e citadinos e dos barcos de pesca.

Esse acordo de deu através de uma ação linguística regulativa, pois fez referência a algo que corresponde ao mundo social dos envolvidos no acordo.

De acordo com Habermas (1988) com um ato lingüístico é possível realizar duas intervenções no mundo, pois ele permite não apenas a comunicação, mas também uma ação. Souza (2000) explica esta situação com o seguinte exemplo: “eu prometo a você que voltarei amanhã”. Nesse exemplo, eu não apenas “comunico” uma promessa, mas prometo de fato algo.

Os atos lingüísticos enquanto unidades elementares do diálogo possuem uma dupla estrutura: A) por um elemento performativo, no caso “eu prometo a você”; e B) por um elemento proposicional, no caso que voltarei amanhã. O primeiro elemento, é o elemento dominante, posto que determina a forma como a proposição é utilizada, constitui uma relação entre emissor e receptor. O segundo componente é o dependente e indica “sobre o que” emissor e receptor se comunicam. Para Souza (2000, p.77),

Um entendimento entre emissor e receptor só se efetiva quando os dois níveis são consumados. O primeiro nível é o da intersubjetividade no qual os atores se entendem entre si. O segundo é o nível do objeto sobre o qual os atores se entendem.

Para Habermas, a força ilocutiva do componente performativo possui uma base racional, que reside no caráter “cognitivo”, ou seja, passível de exame discursivo e racional baseado em argumentos das “reivindicações valorativas” contidas no elemento ilocutivo.

As reivindicações valorativas são três: a reivindicação valorativa à verdade, à justiça e à sinceridade. Embora toda ato lingüístico apresente esses três aspectos, pode-se inferir do componente ilocutivo qual dos três aspectos foi privilegiado. A partir daí Habermas fará sua divisão dos atos lingüísticos:

Cada um deles irá constituir-se segundo o aspecto privilegiado pelo emissor: a) a primeira classe de atos lingüísticos, os constativos, constitui-se pela referência do emissor a algo no mundo objetivo, ou seja, pela tentativa de interpretação de um estado das coisas (a reivindicação pretendida nesse caso é a de verdade); b) o segundo tipo de ato ou ação lingüística é a regulativa (nesse caso o emissor faz referência a algo no “mundo social” compartilhado tanto pelo emissor como pelo receptor e a reivindicação pretendida é a de justiça baseada na legitimidade de relações intersubjetivas reconhecidas comumente); c) o terceiro tipo de ação é a expressiva, na qual o emissor faz referência ao próprio mundo subjetivo, a que apenas ele tem acesso privilegiado (a reivindicação pretendida nesse caso é a da sinceridade) (SOUZA, 2000, p. 78).

Cada ato lingüístico possui um poder vinculante, que cria obrigações no mundo-da-vida para os participantes da comunicação, isso é a base do conceito de ação comunicativa.

No acordo de pesca realizado na localidade Jaiteua de Cima, a reivindicação valorativa presente é a justiça, pois o elemento ilocutivo privilegiado foi a regulação do uso dos recursos pesqueiros, ou seja, algo que faz parte do mundo social compartilhado pelos pescadores. Assim, a ação comunicativa presente no acordo cria obrigações entre os pescadores no mundo-da-vida.

O mundo-da-vida é entendido por Habermas (1988) como uma realidade pré-estruturada simbolicamente, a um conjunto de sentido gramaticalmente pré-determinado. Assim, a tradição cultural partilhada por uma comunidade é constitutiva do mundo-da-vida que o indivíduo encontra já interpretado. O mundo-da-vida intersubjetivamente partilhado forma o pano de fundo para a ação comunicativa. Nas palavras de Habermas (1988, p. 104),

Al actuar comunicativamente los sujetos se entienden siempre en el horizonte de un mundo de la vida. Su mundo de la vida está formado de convicciones de fondo, más o menos difusas, pero siempre apoblemática. El mundo de la vida, en tanto que trasfondo, es la fuente de donde se obtienen las definiciones de la situación que los implicados presuponen como apoblemáticas.

O mundo-da-vida é entendido como o horizonte não tematicamente dado, isto é, não questionado, em que os participantes da comunicação se movem comumente, quando se referem tematicamente a algo no mundo. Assim, ele é o lugar que permite as condições de possibilidade do entendimento e da crítica. Esse entendimento se dá sempre em relação aos três mundos: mundo exterior natural (objetivo), mundo exterior social e mundo interior subjetivo.

Aragão (1992) destaca três características do mundo-da-vida que se tornam importante mencionar. A primeira delas é o seu caráter não problemático, que dever ser entendido num sentido radical. “O mundo-da-vida forma o contexto indireto do que é dito, discutido e endereçado numa situação; ele é acessível, mas não pertence ao domínio de relevância, delimitado tematicamente, da situação da ação” (ARAGÃO, 1992, p. 45).

O objeto de uma discussão é o “tema” que é a delimitação da esfera do mundo da vida, ou seja, uma parte do mundo-da-vida, que se retira do todo uniforme e indiviso (SOUZA, 2000). No caso em estudo, o objeto de discussão é o controle do uso dos recursos pesqueiros, ou seja, uma parte do mundo-da-vida.

A segunda característica é a de que há um *a priori* social embutido na intersubjetividade do entendimento mútuo da linguagem. Para Aragão (1992), o mundo-da-vida é anterior a qualquer desacordo. É comum a todos, e não pode ser controverso da mesma forma que o conhecimento partilhado intersubjetivamente pode. “Os membros de uma coletividade se consideram pertencendo ao mundo-da-vida na primeira pessoa do plural e essa comunhão se baseia no conhecimento consensual, num estoque de conhecimento cultural que os membros partilham” (p. 45).

A terceira e última característica é a de que os limites do mundo-da-vida não podem ser transcendidos, embora as situações constantemente mudem. Assim, ele representa uma estrutura em que os possíveis problemas tematizados podem ser mudados dependendo da situação.

Assim sendo, o mundo da vida passa a adquirir um *status* transcendental. Nas palavras de Habermas (1984, p.126),

O mundo-da-vida é, por assim dizer, o lugar transcendental onde se encontram falantes e ouvintes, onde podem erguer reciprocamente pretensões de que suas asserções se adequam ao mundo (objetivo, social, ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar essas pretensões de

validade, acertar seus desacordos e chegar a acordos (*apud* ARAGÃO, 1992, p. 46).

No acordo estabelecido entre os pescadores, o paraná do Anam funciona como *lago de manuteno* das unidades sociais do Jaiteua de Cima, isto é, só é permitida a pesca de subsistência nesse ambiente aquático durante o período da seca, sendo este zoneamento o principal instrumento do acordo de pesca da localidade. Em face disto, as regras do acordo orientam a atividade pesqueira, impedindo a pesca comercial no paraná do Anam no período de seca, sendo permitido somente a pesca de subsistência. Nesse sentido, não é permitido aos moradores locais nem aos “de fora”, o exercício da pesca comercial.

A ao comunicativa feita para criar o acordo foi, sobretudo, um mecanismo de coordenar aes. Habermas (1988) parte do pressuposto de que existem sujeitos-atores dotados de capacidades linguísticas, e três mundos com os quais estes se relacionam (mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo). Há, portanto, três tipos de relaes que podem ser estabelecidas entre atores e mundos que se traduzem nos três tipos de ao social: a ao teleológica (quando o modo de coordenao visa ao entrelaçamento de cculos egoctricos de utilidade), a ao normativamente regulada (quando visa um acordo socialmente integrante sobre valores e normas, instituído através da tradio cultural e da socializao) e a ao dramaturgia (quando visa uma relao consensual entre atores e seu público).

Nesse ínterim, os pescadores de subsistência da localidade Jaiteua de Cima provocaram uma ao social normativamente regulada, pois buscaram entendimento sobre problemas no mundo social e, assim, criaram o acordo de pesca. Todavia a regulao proposta pelos pescadores não foi imediatamente aceita por todos, criando ruídos para o entendimento.

Quando a ao visa alcançar um entendimento, num sentido de um processo cooperativo, mas, ao mesmo tempo, não se limita a apenas isso, pois deve permitir o estabelecimento de relaes com o mundo, temos a ao comunicativa. “Alcançar entendimento significa que os participantes na comunicao chegam a um acordo a respeito da validade de uma assero: o acordo é o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante ergue” (ARAGÃO, 1992, p. 54). Destarte, a ao comunicativa estabelece o entendimento intersubjetivo a partir uma “nova” racionalidade capaz de produzir solidariedade e coordenar as aes coletivas. Nas palavras de Aragão (1992, p. 52),

A ação comunicativa, portanto, como forma de mecanismo da coordenação de ações baseadas na intersubjetividade do entendimento lingüístico vai acarretar a total ausência de coerção, já que as posições assumidas deverão levar em conta a possibilidade de que venham a ser contestadas pelos demais, devendo provar-se por suas pretensões de validade, e não por qualquer influência externa ou pelo uso da força. Aqui o que está em jogo é o potencial de racionalidade de cada posição assumida, e vencerá aquela posição que puder apresentar os melhores argumentos.

De acordo com o relato de alguns moradores, o acordo no paraná do Anam  vigente somente no período da seca pelo fato de este ser o principal ambiente de pesca local nesta fase do ciclo das águas, pois os demais estão muito secos. Devido à grande concentrao de peixe e ao fato de este ambiente estar com pouca água, há uma maior facilidade de pesc-los. Assim, inúmeros pescadores comerciais citadinos se deslocam para este ambiente de pesca com o intuito de capturar grande quantidade de peixe, o que colabora para a reduo de muitas espécies e dificulta a pesca dos moradores locais, ocasionando, conseqüentemente, conflitos entre esses pescadores.

Contudo, como foi mencionado, o cumprimento das regras do acordo não é seguido por todos, há resistência de parcela dos próprios moradores locais. Os pescadores que não aceitam as regras são aqueles que tem, na pesca, a sua principal fonte de renda, isto é, os pescadores comerciais locais que pescam para vender, por isso, não aceitam as limitaoes impostas. Assim, a ao comunicativa manifesta no acordo de pesca não obteve sucesso pleno, pois, como foi visto, quando a ao comunicativa alcança o entendimento, ela acarreta a ausência da coero na medida em que é aceita por todos.

Outro obstáculo encontrado para a efetivao do acordo é o não cumprimento das regras por parte dos pescadores “de fora”, pois estes se apresentam em maior número e se apoiam no fato de os moradores locais não disporem de legitimidade jurídica para impedir o acesso dos pescadores aos ambientes aquáticos da região. Por isso, os moradores reclamam da ausência de apoio do Estado na legitimao do acordo, visto que foram feitas diversas tentativas no sentido de obter a presença do governo na localidade, mas nada aconteceu.

Segundo Castro e McGrath (2001, p. 117), esses obstáculos na efetivao dos acordos de pesca se dão em virtude de geralmente não haver critérios que estabeleçam a representao necessária de todos os usuários dos recursos pesqueiros na elaborao dos acordos de pesca: “[...] essa falta de critérios de representao tem sido frequente motivo de conflitos na implementao dos acordos, já que os pescadores “de fora” e outros que não participam do processo não se consideram responsáveis pelo cumprimento do acordo”

Nesse sentido, os pescadores comerciais citadinos e locais são importantes no processo de efetivação e discussão do acordo de pesca, pois, os mesmos necessitam igualmente dos recursos da ictiofauna, embora, muitas vezes, pratiquem uma pesca excessiva e colaborem para a diminuição dos estoques pesqueiros. Entretanto a presença do Estado através dos aparatos jurídicos é de suma importância para o bom funcionamento do acordo de pesca.

4.4 O direito como mediador entre o mundo da vida e o sistema político-econômico

Encontra-se, na área de estudo, a presença de dois tipos de direito de propriedade: a estatal e a comunitária. De acordo com a constituição brasileira, compete ao Estado o poder para cuidar e controlar o uso dos recursos naturais em todo o território nacional.

O Art. 255 da C.F [Constituição Federal] (1988) impõe ao poder público e à sociedade o dever de proteger e preservar o ambiente. No que concerne aos recursos pesqueiros, aplica-se o § 1º, que incube ao poder público: prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas (inciso I); preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país (inciso II); controlar a produção, a comercialização e o emprego da técnica, métodos e substâncias potencialmente danosas ao meio ambiente (inciso V); e proteger a fauna e a flora, sendo vedadas, práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção de espécies (inciso VII). Embora os recursos hídricos e pesqueiros sejam de uso comum, o IBAMA tem competência para impor restrições ao seu uso, pois os incisos I, II, V e VII do Artigo 255 da C.F. (1988) justificam as proibições em certas condições, situações e/ou períodos (PANTOJA, 2006, p.26).

Assim, os recursos pesqueiros são de propriedade estatal, embora seja o dever de toda a sociedade conservar o meio ambiente, só o Estado pode criar normas e regras de proteção a esses recursos. Todavia o que vem acontecendo nos últimos tempos é a ineficácia dos organismos governamentais em fiscalizar o uso e combater a sobre-exploração dos recursos pesqueiros; levando as populações que habitam as áreas rurais da Amazônia, como os grupos sociais da área do Jaiteua de Cima, a criarem formas de manejo autônomas para evitar a escassez do pescado e promover a sustentabilidade desse recurso, fazendo das áreas tradicionalmente ocupadas, regimes de propriedade comunal.

Isso, contudo, cria um dilema jurídico que se torna polêmico, pois as regras do acordo criado em Jaiteua de Cima exclui os pescadores “de fora”do usufruto do recurso. A polêmica existe porque o Estado entende os corpos de água e os recursos pesqueiros como bens

públicos, isto é, da União, e de livre acesso, não reconhecendo, portanto, formas de restrição absolutas ao seu acesso.

Nada obstante à questão da legitimação do acordo de pesca através do ordenamento jurídico se torna fundamental, pois, como afirma Habermas, “[o] direito torna-se fundamental na medida em que, nas condições da sociedade pós-tradicional²⁷, apenas ele permite a expressão simultânea de um acordo racionalmente motivado com a ameaça de sanções externas” (SOUZA, 2000, p. 84).

O direito se coloca, em situação de modernidade, como elo entre o mundo-da-vida e a esfera política e econômica da sociedade. Ele permite a integração social através de possíveis sanções à quebra de acordos pré-estabelecidos.

Nas condições das sociedades modernas cabe ao direito, precisamente, exonerar os atores da sobrecarga da integração social. Essa exoneração se dá na medida em que a validade social do direito depende da facticidade artificial da ameaça de sanções pelo Estado.

Não obstante esse vínculo entre facticidade e validade do direito coercitivo só consegue garantir sua força integradora apenas na medida em que os destinatários da norma se vejam, ao mesmo tempo, como os autores da mesma. Por isso, a participação de todos os usuários do recurso no processo de construção do acordo é condição *sine qua non* para seu sucesso.

Assim, o direito abre canais para que os imperativos provenientes de interações comunicativas alcancem os sistemas econômicos e jurídico com a pretensão de seu direcionamento legítimo. Para Habermas, o direito é o meio pelo qual o poder comunicativo pode transformar-se em poder administrativo. Em outras palavras,

A ambiguidade constitutiva do direito é o motivo que permite que ele se transforme, nas modernas sociedades complexas, do meio por excelência que permite a tradução da linguagem cotidiana, que impera no mundo da vida, em linguagem compreensível aos subsistemas altamente diferenciados da economia e da política e vice-versa (SOUZA, 2000, p. 86).

²⁷ Embora classifique as unidades sociais estudadas como tradicionais, não quero dizer que são a-históricas, ou seja, que estão à margem da situação de modernidade vivida pelos grupos que habitam as áreas urbanas. Os grupos aqui estudados apresentam formas de se relacionar com os recursos pautados em sua cultura singular, mas estão inseridos no mundo moderno ou pós-tradicional.

Como se observa, a gestão comunitária dos recursos pesqueiros enfrenta muitas dificuldades na localidade Jaiteua de Cima, o que requer um maior diálogo entre os grupos sociais envolvidos e uma presença mais eficaz do Estado de Direito no amparo e legitimidade às ações do acordo de pesca.

Desde 1997, a formulação dos Acordos de Pesca se integrou aos objetivos de gestão participativa do Governo Federal, formulado pelo IBAMA no documento intitulado “Administração Participativa: um desafio à Gestão Ambiental”. Este documento prega um novo conceito de gestão dos recursos pesqueiros, determinando critérios para orientar as discussões dos acordos de pesca e tornando-os passíveis de legalização, através de portarias de pesca complementares à legislação pesqueira vigente, a qual foi publicada como Instrução Normativa nº 29 em 31.12.2002. Posteriormente o IBAMA, por meio de uma reunião de trabalho do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (PróVárzea/Ibama), publicou o Instrumento Normativo nº 19/2002, que normatiza os procedimentos dos Agentes Ambientais Voluntários às ações de fiscalização, contemplando, assim, a participação dos atores locais no processo de controle e monitoramento do cumprimento das portarias, o qual foi considerado indispensável para garantir o sucesso do movimento (SANTOS, 2007). Entrementes, até o presente momento, nenhuma portaria foi regulamentada pelo IBAMA na localidade Jaiteua de Cima, embora o órgão já tenha sido procurado diversas vezes pelos moradores.

De acordo com as informações, diversas reuniões foram realizadas entre os pescadores da localidade, incluindo os pescadores comerciais locais, para mitigarem os eventuais conflitos envolvendo esses sujeitos sociais. Com efeito, no período da seca do ano de 2006, os pescadores comerciais locais resolveram dar uma trégua e acatar o acordo, embora contrariados, e deixaram de pescar comercialmente no paraná do Anamã, procurando, nesse período, dedicarem-se a outras atividades.

4.5 Potencialidades e fragilidades da co-gestão dos recursos pesqueiros

Contrariando a teoria da “tragédia dos comuns”, a pesquisa realizada no lago Grande e São Lourenço, demonstra que em regimes de propriedade comunal, é possível que os grupos sociais elaborem regras que possam controlar o acesso e o uso dos recursos pesqueiros, evitando a escassez e possibilitando a sustentabilidade deste recurso. Percebe-se que os usuários que procuram, de início, controlar o uso dos recursos pesqueiros são, em geral, os

que detêm certa autonomia produtiva em relação ao mercado, isto é, não dependem exclusivamente do pescado para suprir as necessidades alimentares de suas famílias. Dessa forma,

[...] ao não existir uma tendência interna da comunidade [...] para a maximização de lucros [pelo menos em relação aos recursos pesqueiros], sua organização produtiva funciona como um mecanismo regulador que impede que a tendência à maximização do benefício econômico se traduza de forma direta no esgotamento dos recursos naturais (LEFF, 2000, p. 98).

Assim, a característica polivalente dos pescadores locais pode ser entendida como um estilo de vida que trabalha a natureza de forma integrada não pressionando determinados recursos naturais e contribuindo para a conservação ambiental. A lógica de trabalho dos grupos sociais da localidade, a sua racionalidade produtiva e sua capacidade organizativa são um referencial de suma importância para se formular propostas de políticas públicas na direção de uma gestão compartilhada ou co-gestão dos recursos pesqueiros.

Entretanto, a criação e implementação da instituição de manejo requer alocação de recursos sociais, isto é, apresenta custos sociais e individuais para os participantes, e isso pode fazer com que o esquema de gestão se torne inviável de ser executado e mantido (PEREIRA e ISAAC, 2009). Como sinaliza o autor,

Para as famílias membros, a participação em esquema de co-gestão conservacionista requer contribuições de caráter organizativo-social e que trazem repercussões econômicas quer seja em termos de tempo de trabalho desviado do esforço produtivo de subsistência ou pela redução da exploração econômica do recurso manejado. Sendo assim, a capacidade socioeconômica dessas coletividades em assumir tais atividades sócio-organizativas representa um componente decisivo da sustentabilidade das suas instituições de manejo (PEREIRA e ISAAC, 2009, p. 03).

As atividades exigidas pela atividade organizativa podem ser consideradas como um trabalho extra, pois demanda tempo e dedicação para sua exequibilidade. Assim, o manejo local necessita de capacidade de suporte socioeconômico.

O trabalho organizativo para a manutenção de um esquema de gestão participativa, que inclui, por exemplo, a participação de encontros e reuniões, além de representar um custo adicional para as associações e famílias membros, significa um trabalho extra que compete com as

atividades de subsistência regulares (agricultura, pesca, criação animal, etc.). PEREIRA e ISAAC, 2009, p. 04).

Dessa forma, a dimensão econômica interna às associações e coletividades de usuários locais que assumem a responsabilidade de co-manejo passa a ser um elemento fundamental para a sustentabilidade do modelo. Isso significa que as associações locais precisam dispor de capital organizacional próprio capaz de prover recursos para as diversas atividades coletivas além daquelas diretamente ligadas à criação, implementação e manutenção do esquema de manejo.

Na localidade Jaiteua de Cima, a possibilidade do manejo se torna concreta, pois, a grande maioria dos pescadores, apresenta, ainda que tímidas, suporte socioeconômico. Como existe alternativa econômica além dos recursos pesqueiros, o manejo da ictiofauna se torna mais fácil de ser implementado.

Porém, essa realidade não é comum às demais localidades. A “comunidade” Santo Antônio (Jaiteua de Baixo) é uma das unidades sociais que não possui regras de controle e uso da ictiofauna. Isso pode ser devido ao fato de a grande maioria dos pescadores pescarem comercialmente, assim, possuem uma tendência interna de exploração econômica dos recursos pesqueiros, buscando, na medida do possível, aumentar sua produção.

Como foi mencionado, o sucesso do co-manejo depende muito da capacidade de suporte socioeconômico dos grupos sociais, ou seja, das estratégias econômicas adotadas pelas famílias (PEREIRA e ISAAC, 2009). As localidades que não possuem alternativas econômicas ao recurso manejado apresentam uma maior dependência na exploração de um determinado recurso. Na “comunidade” Santo Antônio, as famílias apresentam forte dependência à pesca comercial como estratégia econômica, assim,

[...] a adoção das práticas conservacionistas representaria, uma grande redução na expectativa de ganhos econômicos. Isto decorre do fato de que, ao menos inicialmente, tais práticas implicarão em uma diminuição no consumo ou venda do recurso explorado. Neste caso, uma maior dependência econômica do recurso a ser manejado poderia ser a causa para uma maior resistência e ineficácia na implementação de práticas de co-gestão (PEREIRA e ISAAC, 2009, p. 5).

Dessarte, na “comunidade” Santo Antônio, o sistema de co-gestão ambiental, particularmente dos recursos pesqueiros, torna-se enfraquecido. Todavia é necessário que se pense em novas alternativas econômicas para essas populações, integrando o trabalho da

pesca a outras atividades. O objetivo é desestimular a pesca comercial, criando condições para a criação de um sistema de manejo dos recursos pesqueiros com a participação dessas populações na gestão. Mas, para isso,

Haverá que existir um certo grau de sucesso econômico nas unidades familiares para que estas possam contribuir para com o grupo na divisão dos custos sociais organizativos. Este sucesso econômico estará grandemente relacionado com o conjunto de estratégias econômicas que as famílias membro necessitarão dispor de um mínimo de excedente de “recursos”, tempo, mão-de-obra, dinheiro, produtos, equipamentos etc.) para serem “doados” para a acumulação de capital social do grupo. Essa capacidade contributiva das famílias deve aumentar com o seu sucesso econômico (PEREIRA e ISAAC, 2009, p. 5).

Na localidade Cajazeira, as “comunidades” de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Nossa Senhora de Aparecida possuem uma organização produtiva eminentemente polivalente, com raras exceções. Dessa forma, enquadram-se no conjunto das “comunidades” que, segundo Leff (2000), possuem uma organização produtiva que regula e impede tacitamente que a maximização da produção acabe gerando o esgotamento dos recursos naturais. Assim, a preservação da produção polivalente e a criação de mecanismos que possibilitem o aumento dos estoques pesqueiros nessa localidade se tornam necessários para a própria reprodução social e material dessas populações.

A descentralização da gestão dos recursos pesqueiros se faz necessária na medida em que, potencialmente, se verifica que as unidades sociais tradicionais da Amazônia possuem capacidade de monitorar suas ações no sentido de controlar a sobrepesca nas áreas próximas às suas moradias.

Com efeito, o reconhecimento da propriedade comunal é de suma importância nessa empreitada, pois as populações locais terão condições legais de efetivarem as suas alternativas de gestão ambiental. Não quero proferir que o Estado deva abster-se de sua tarefa de gerir os recursos naturais, mas que se permita incluir as populações locais e partilhar com elas as responsabilidades de conservação da natureza, criando, dessa forma, um modelo de gestão compartilhada dos recursos naturais.

Um modelo de co-gestão ou gestão compartilhada deve ser necessariamente pautado no manejo participativo, orientado pelos conhecimentos técnico-instrumental, científico e tradicional (PANTOJA, 2006). Embora a institucionalização da gestão compartilhada seja promissora, não deve ser entendida como uma panacéia para solucionar os problemas do Estado e das populações locais. Deve ser entendida como uma opção estratégica, baseada na

premissa de que “a pluralidade permite incentivos à cooperação social, por meio da qual é possível obter resultados que beneficiem sustentavelmente e equitativamente os grupos de usuários em geral (PANTOJA, 2006, p. 43).

As iniciativas locais de manejo dos recursos pesqueiros que se processam na Amazônia Central, particularmente na área do Jaiteua de Cima, podem ser grandes ferramentas de gestão ambiental e sustentabilidade dos recursos pesqueiros, contrariando a lógica individualista da “tragédia dos comuns” que não aceita formas coletivas de manejo ambiental, baseados em regras de mútua coerção. Nesse contexto, o Estado pode encontrar nas populações amazônicas um colaborador e corresponsável pela conservação ambiental, sendo de suma importância o seu apoio e legitimidade às formas comunais de manejo da ictiofauna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos pesqueiros marcam imemorialmente a vida das populações que tradicionalmente habitam a região amazônica e sempre foram necessários para a manutenção social e cultural desses povos. Desde o período pré-colonial, verifica-se um alto consumo de pescado pelos povos indígenas da região, sendo ele a sua principal fonte proteica. Assim, os recursos da ictiofauna local representavam, estritamente, para esses povos, um valor-de-uso, sendo de extrema necessidade para a sua reprodução social e cultural.

A abundância dos recursos ictiofaunísticos também concorreu para a forte relação que os povos indígenas tinham com esses recursos, a qualquer momento essas populações pescavam sem o risco de voltar sem sua alimentação. Assim, utilizavam apetrechos de pesca com baixo poderio de captura, como o arco e flecha, o arpão e o anzol, feitos unicamente com os produtos da floresta.

Toda essa riqueza de espécies de peixes e a capacidade de pesca dos indígenas possibilitaram que a conquista portuguesa da Amazônia pudesse ser feita com facilidade e sucesso, pois era o peixe a principal alimentação dos europeus. Assim, os contatos com os portugueses propiciaram transformações importantes na tecnologia da pesca indígena, foram introduzidas redes de arrasto, tarrafa, azagaia, espinhel e anzol confeccionado com metal, que ampliaram a capacidade de captura dos estoques de peixes.

Após a implantação definitiva do império português na Amazônia, os recursos ictiofaunísticos passaram a fazer parte da administração imperial, sendo utilizados para a alimentação local e para o comércio, sendo também utilizados como moeda de pagamento. A forma encontrada pela administração colonial para controlar a produção pesqueira, suprir a fazenda real e organizar os recursos haliêuticos como moeda de troca, foi a criação de pesqueiros reais – áreas destinadas exclusivamente para a pesca comercial, abastecendo a fazenda real e o mercado das cidades – utilizando a mão de obra indígena para a pesca. Dessa forma, desde o período colonial, já encontramos resquícios de comercialização dos recursos pesqueiros.

Com a dizimação quase total dos índios, devido à catequização, epidemias e morticínios na região, foram destituídos os pesqueiros reais que, por décadas, mantiveram a aptidão de pescador dos indígenas a serviço da colônia portuguesa.

Assim, com a redução drástica dos indígenas, as várzeas da região foram habitadas por populações não indígenas, mas que possuem métodos de pescar similares aos primeiros

habitantes da região, pescam utilizando apetrechos como o arpão, a tarrafa, o anzol, a azagaia, o espinhel e o arco e flecha. A pesca para essas populações é uma atividade apenas complementar e integrada à agricultura, à caça e ao extrativismo vegetal, dessa forma, utilizando o ambiente de várias maneiras, não pressionam em demasiado determinados recursos naturais.

Porém grande parte dessas populações durante o ciclo econômico da borracha e da juta/malva se envolveram no cultivo dessas duas culturas, e foram fortemente impactadas com a crise econômica desses produtos, fazendo com que essas populações deixassem o trabalho na agricultura, dedicando-se, exclusivamente, à atividade da pesca. Com isso, houve uma maior pressão nos estoques ictiofaunísticos da região, ocasionando a redução de algumas espécies de peixe.

Contudo a atividade da pesca da região sofreu uma grande transformação com a introdução, nas décadas de 1940 e 1950 do século passado, do motor a diesel e de embarcações equipadas com gelo. Dessa forma, a partir desse momento, as embarcações de pesca puderam percorrer lugares cada vez mais distantes em busca de peixes, pois podiam conservar o pescado por mais tempo, permitindo um maior tempo nas pescarias e, assim, intensificando a pesca nos rios e lagos da região.

Todavia as principais transformações na pesca na região aconteceram durante os governos militares no país. Foi nesse período que a Amazônia foi atingida por um pacote de incentivos ao desenvolvimento capitalista que modificou a vida econômica, política e social da região. Uma das principais iniciativas dos governos da ditadura foi incentivar, através de agências financiadoras, a capitalização das atividades produtivas como a agricultura, a pecuária e a pesca, juntamente com a ampliação do sistema rodoviário que pudesse ligar a Amazônia ao restante do país.

Dessa forma, a atividade da pesca sofreu grandes mudanças com essas iniciativas governamentais. Atraídos por incentivos fiscais, grandes empresários do setor pesqueiro se instalaram na região, em busca de oportunidade de negócio e lucratividade, o que permitiu embarcações mais equipadas e com maior poderio de pesca.

Deste modo, o Estado viabilizou o desenvolvimento do comércio de pescado, dando condições concretas para a sua exploração; foi a partir desse momento que surgem as linhas sintéticas (nylon) que popularizaram as redes de arrasto e de espera, aumentando o esforço de pesca e conseqüentemente da produção.

A criação da Zona Franca de Manaus (1967) também causou grandes transformações na atividade da pesca, pois aumentou vertiginosamente a população urbana pela migração de

grupos humanos rurais e conseqüentemente da demanda por pescado, acarretando a intensificação da pesca comercial.

Em razão disso, aumentaram significativamente o número de pescadores que se dedicam exclusivamente à pesca, os chamados pescadores comerciais, que pescam continuamente o ano inteiro, trabalhando para barcos de pesca ou de forma autônoma.

Por conseguinte, com o aumento de pescadores comerciais, da demanda de peixe, e da frota pesqueira, aliados às transformações tecnológicas na produção, ocorreu uma exploração exacerbada dos recursos ictiofaunísticos, provocando a redução de diversas espécies de peixes, fazendo com que o Estado assumisse a responsabilidade para conter a sobrepesca. Entretanto o que vem acontecendo nos rios e lagos da região é a ineficácia do poder público na fiscalização e controle do uso dos recursos da ictiofauna, colaborando para a degradação e redução dos estoques de peixe nos ambientes aquáticos da região.

Nesse contexto, diversos litígios em torno dos recursos pesqueiros vêm acontecendo na região amazônica, onde grupos sociais de pescadores se enfrentam pela posse e exploração dos recursos ictiofaunísticos, pois, como o Estado não consegue cumprir eficazmente o seu papel na gestão dos recursos pesqueiros, os sujeitos sociais não encontram nenhum órgão que possa disciplinar suas ações.

Os conflitos, empiricamente, ocorrem na seguinte direção: pescadores de subsistência x pescadores comerciais citadinos; pescadores de subsistência x pescadores comerciais locais e; pescadores de toda ordem x fazendeiro criador de búfalo.

Os conflitos sociais na pesca se configura como um campo de luta entre três tipos sociais de pescadores com interesses e *habitus* antagônicos. A luta entre os pescadores de subsistência/pescadores comerciais locais e citadinos se dá em virtude de racionalidades produtivas diferentes, que influenciam as suas formas de uso e apropriação dos recursos ictiofaunísticos. Os pescadores de subsistência utilizam o produto da pesca principalmente para o abastecimento de suas unidades domésticas, não sendo direcionado para o mercado, isto é, o peixe representa um valor-de-uso e não um valor-de-troca. Dessa forma, dedicam poucas horas de seu dia de trabalho para a atividade da pesca, priorizando o trabalho na agricultura. Ao contrário dos pescadores de subsistência que capturam o peixe para o sustento da família, os pescadores comerciais da localidade e os *outsiders* direcionam suas pescarias para o mercado consumidor de peixes de Manacapuru e Manaus, assim, pescam continuamente o ano inteiro, utilizando o produto da pesca, prioritariamente, como valor-de-troca.

Na localidade Jaiteua de Cima o antagonismo entre esses pescadores acontece no período da seca dos rios, época em que os pescadores de subsistência se organizam para controlar a sobrepesca no único ambiente aquático propício à pescaria na localidade, o paraná do Anamã. Assim, nesse período, é terminantemente proibida a pesca comercial nesse ambiente. O argumento dos pescadores de subsistência é que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma sucessiva redução dos estoques de pescado nos ambientes aquáticos da localidade, sendo agravada no período da seca, pois, com baixa profundidade os peixes ficam vulneráveis às ações dos pescadores e dos barcos de pesca que, nesse período, atuam de maneira intermitente no paraná do Anamã, provocando, segundo os pescadores de subsistência, o estrago de grande quantidade de peixes e reduzindo as chances de os pescadores de subsistência conseguirem a alimentação de suas famílias. De acordo com os moradores, os barcos de pesca que atuam na localidade, só pescam espécies de peixes com alto valor comercial, como o tucunaré (*Cichla monoculus*) e a curimatã (*Phochilodus argenteus*), dispensando as demais. Os pescadores de subsistência acusam os pescadores comerciais locais de facilitarem a entrada de pescadores de “fora” no paraná do Anamã, pelo fato de pescarem comercialmente na seca e, assim, deslegitimarem o acordo de pesca da comunidade dando margem para outros pescadores também pescarem comercialmente na localidade, são acusados também de ajudarem a abastecer os barcos pesqueiros que nesse período se deslocam para a área do Jaiteua de Cima.

Contudo se percebe que o não cumprimento do acordo de pesca idealizado pelos pescadores de subsistência, se dá em virtude de os demais pescadores (pescadores comerciais locais e citadinos) possuírem uma racionalidade produtiva diferente e formas diversas de percepção do recurso pesqueiro. Para eles, o pescado adquire um valor-de-troca, destinado ao mercado consumidor de Manacapuru, assim, precisam pescar comercialmente o ano todo e em grandes quantidades, confrontando com a racionalidade produtiva dos pescadores de subsistência que utilizam o pescado quase que exclusivamente para o sustento de suas unidades domésticas, representando para ele um valor-de-uso.

Destarte, observa-se que, quanto menos inserção a atividade produtiva da pesca estiver no mercado, mas ela age de forma a não degradar o meio ambiente. É o que acontece na pesca realizada pelos pescadores de subsistência, que pescam comercialmente apenas nos meses de março, abril e maio (período da cheia), quando o trabalho na agricultura é amenizado e não o ano inteiro como os pescadores comerciais, além disso, pescam poucas quantidades de peixes, apenas o suficiente para encher um “caixinha” de isopor, o que lhes permite arrecadar renda

para a compra de produtos que não são produzidos em suas unidades produtivas como o açúcar, o sal, o óleo, o café, a botija de gás, etc.

Na localidade Jaiteua de Baixo existe uma tendência para a pesca comercial, todos os pescadores pescam comercialmente, assim, os interesses e racionalidades produtivas não vão de encontro com as dos pescadores citadinos, assim, não se observaram conflitos de pesca na localidade.

Em Cajazeira, os conflitos se dão na forma de protestos e visões de mundo diferentes, ou seja, não são manifestos. Os moradores desta localidade apenas demonstram insatisfação com os pescadores comerciais citadinos e os pescadores comerciais locais. A relação com os pescadores comerciais locais é mascarada devido à forte relação de parentesco.

Além desses conflitos, foram observadas tensões sociais advindas de um processo de “pecuarização da várzea”, pois, segundo os moradores, os gados prejudicam as pescarias na medida em que comem e pisoteiam os locais onde os peixes se abrigam, provocando a redução dos recursos ictiofaunísticos dos ambientes aquáticos da região.

Dessa forma, observa-se que os conflitos de pesca na Amazônia Central não se tratam de confrontos maniqueístas, mas de uma relação entre grupos sociais que possuem características, interesses, racionalidades, isto é, *habitus* singulares que atuam de maneira diversa num campo social marcado pela escassez de alguns estoques pesqueiros nos ambientes aquáticos da região. As divergências entre os pescadores e o fazendeiro são perceptíveis apenas como um protesto, pois, segundo os moradores, esses animais “espantam” os peixes da localidade, pois pisoteiam os ambientes onde os mesmos ficam alojados, como os aningais e chavascais, destruindo os capins que ficam às margens dos lagos e servem de alimento para os peixes. Outro problema causado por esses animais são as invasões e destruições das áreas de roçado dos pescadores de subsistência, provocando a indignação desses moradores. Segundo os pescadores, esses animais não podem ser criados em lugares onde existem comunidades rurais, pois eles, de acordo com um morador, “são animais selvagens”.

Dessa forma, é perceptível que, em áreas de várzea, a criação de gado bubalino se torna um obstáculo para o aumento e manutenção dos estoques pesqueiros e necessita de um olhar mais atento dos órgãos de proteção e gestão do meio ambiente para evitar que esses animais prejudiquem os recursos ictiofaunísticos e conseqüentemente as populações locais.

Quanto ao processo de gestão dos recursos e minimização dos conflitos, a análise de nossas informações permite inferir que nem todos os povos seguem a lógica da maximização

dos lucros e do individualismo econômico que poderia levar ao desenlace proposto pela “tragédia dos comuns” (Hardin 1968).

As iniciativas locais de gestão ambiental, manifestadas no acordo de pesca da localidade do Jaiteua de Cima são um exemplo do equívoco decorrente da generalização da construção teórica proposta por Hardin, pois foi uma ação linguística normativamente regulada (quando visa a um acordo socialmente integrante sobre valores e normas, instituído através da tradição cultural e da socialização) dos pescadores de subsistência de tentar controlar a sobrepesca na localidade no período da seca. É notável a construção de um esfera pública e a presença de uma cultura política participativa e de um capital social fortalecido entre os pescadores de subsistência. Isso leva a crer que a consolidação de uma ação comunicativa é possível. Esses sujeitos são dotados de capacidade linguística, e, assim, de possibilidade de entendimento e controle social.

Contudo é fato que nem todos os moradores concordam com essa iniciativa, pois possuem uma relação mais estreita com o mercado e aplicam uma racionalidade que procura maximizar a produção e destinar grande parte para o comércio. Dessa forma, o acordo de pesca existente na localidade não conseguiu evitar eventuais conflitos sociais entre os diversos tipos moradores-pescadores, a fim de evitar que um comportamento individual comprometa o interesse coletivo. Deste modo, é inegável que uma maior participação do Estado e um diálogo mais amplo entre os pescadores constituem elementos importantes para o sucesso do acordo de pesca e para que seus benefícios alcancem todos os usuários dos recursos pesqueiros.

Nesse íterim, o papel do direito se torna indispensável. Como postula Hebermas, é o direito que possibilita o elo entre o mundo-da-vida, isto é, a esfera da cultura e da tradição, com o mundo do sistema, ou seja, a economia e a política. Sem o direito, qualquer acordo estabelecido no mundo-da-vida não ganha aplicabilidade em situação de modernidade. Assim, torna-se ainda mais urgente a normalização jurídica do acordo estabelecido socialmente. Desta forma, Olson (1999) está certo ao afirmar que mesmo havendo ganhos individuais e coletivos os sujeitos não agem voluntariamente, para ele, é necessário uma força externa para força-los.

Nesse íterim, será que Hardin estaria totalmente errado quando propõe a privatização ou estatização dos recursos de uso comum? Através dos fatos observados, pode-se concluir que o autor não estava totalmente equivocado. A necessidade de se criar elementos de coerção externo se faz necessária. Sem embargo, Hardin não considerava que os próprios grupos locais poderiam ter essa capacidade, aí reside a fragilidade de sua teoria.

Assim, o Estado surge apenas como garantidor das regras pré-estabelecidas pela sociedade, fazendo com que os acordos sejam juridicamente legais, permitindo através do Estado de Direito eventuais punições para os infratores.

Outra alternativa interessante é incentivar e dar condições para que os pescadores comerciais locais possam realizar outras atividades produtivas, a fim de diminuir a dependência econômica da atividade da pesca. Pois, na medida em que os acordos de pesca denotam custos sociais, a capacidade de suporte socioeconômico é indispensável para seu sucesso.

Todavia grande desafio que se impõe ao sucesso do processo de co-manejo da pesca na Amazônia é garantir que todos os usuários interessados no usufruto dos recursos da ictiofauna tenham igual possibilidade de participação no processo de tomada de decisão. Neste comenos, a construção de uma racionalidade comunicativa cria as bases propícias para o sucesso do co-manejo. Essa racionalidade comunicativa e/ou ação comunicativa deve incorporar os sujeitos sociais diretamente envolvidos, isto é, os diferentes tipos de pescadores, bem como o Estado através de seu órgão gestor e demais seguimentos da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, L.M. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

AZEVEDO, C. APEL, M. *Co-gestão: um processo em construção na várzea*. Manaus: IBAMA/PROVARZEA, 2004. 81p. (Documentos Técnicos 4).

BAQUEIRO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Rev. Sociologia e Política*. N.21. nov. 2003, p. 83-108.

_____; AMORIM, M.S. Cultura política fragmentada: o papel do capital social na democratização brasileira. *Ver, Sociedade e Cultura*, v. 7. n.1. jan./jun. 2004, p. 9-20.

BATISTA, V. S. ISAAC, V.J; VIANA, J.P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M.L. (Coord.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

BARTHEM, R.; FABRÉ, N. N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M.L. (Coord.). *A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira*. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

BENCHIMOL, S. *Manual de introdução à Amazônia*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/Federação das Indústrias do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, 1996.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. Gosto de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1976. p. 86-121.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1972. p. 46-81.

CASTRO, F.; MCGRATH, D. *O manejo comunitário de lagos na Amazônia*. Parcerias Estratégicas, n.º. 12, p. 112-126, set. 2001.

COHEN, A. *O homem bidimensional: antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIAS, R.. *Sociologia e administração*. 3º ed. São Paulo: Editora Alínea, 2004.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000a.

_____. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000b.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, p. 97-124, 2001

_____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Divisão do trabalho anômica. In: RODRIGUES, J (org.). *Durkheim*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1981 p. 97-102.

_____. Solidariedade mecânica. In: RODRIGUES, J (org.). *Durkheim*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1981 p. 73-79.

_____. Solidariedade orgânica. In: RODRIGUES, J (org.). *Durkheim*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1981 p. 80-84.

ELIAS, N; SCOTSON, J. *os estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Zaha, 2000.

FABRÉ, N.N; RIBEIRO, M.O. Diversidade Amazônica: ocupação e uso dos ambientes de várzea. In: _____ (orgs). *Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2003.

FALABELA, P. G. R. *A pesca no Amazonas: problemas e soluções*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1985.

FEENY, D; BERKES, F; MCCAY, B; ACHESON, J. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2001, p. 17-42.

FRAXE, T. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume, 2000.

FREITAS, C.E.; WITKOSKI, A.C.; JACAÚNA, T.; ARAÚJO, L.M. Manejo da Pesca em Lagos da Amazônia Central. In: FRAXE, T.; WITKOSKI, A.C. *A pesca na Amazônia Central*. (mimeo).

FURTADO, L. G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. Notas preliminares sobre alguns aspectos conceituais para a análise da pesca no Baixo Amazonas. pp. 77-92. In: Diegues, A.C. (org.). *Anais do III Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. Coletânea de Trabalhos. IOUSP, F. Ford, UICN, São Paulo, 1989.

_____. *Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará*. Bol.Mus. Para:Emílio Goeldi, série Antrop., p. 79-50. 1981,

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción Comunicativa*. vol I. Madrid: Taurus, 1988.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. vol. II, 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARDIN, G. The Tragedy of commons. *Science*. nº.162, p. 1243-1248, 1968.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenal: FURB, 2000.

_____. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LITTLE, P. *A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas*. II Encontro da ANPPAS. São Paulo 26 a 29 de maio, 2004. Disponível em: <www.anppas.org.br> . Acesso em: 15/02/2007.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16 ed. Livro 1. vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *A ideologia alemã*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: GIANNOTTI, J.A. *Manuscritos economic-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____, ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELLO, A. F. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPA, 1985.

MELLO, R. et al. Tipologias dos Agentes Sociais envolvidos no processo de comercialização do pescado no Município de Monte Alegre, PA. In: *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Recursos pesqueiros do Médio Amazonas: abordagem socioeconômica*. Brasília: Ibama, 1999.

MINAYO, M. C. (org). *Pesquisa Social*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONASTERIO, L. A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam. In: BAQUEIRO, M.; CREMONESE, D (orgs). *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 2006.

MORAN, E.F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

O'DWYER, E. A construção da várzea como problema social na região do baixo Amazonas. In: LIMA, D. (org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões*. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 1996. p. 13-37.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999

OSTROM, E. *The Evolution of Intitutionas for Collective Action*. Cambridge University Press.1991

PANTOJA, G. *O movimento ambientalista caboclo-ribeirinho no município de Parintins – AM*. 2006. 105f. Dissertação (Mestrado Profissional em Política e Gestão Ambiental). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PEREIRA, H. *Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea*. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2004. 128p. (Documentos técnicos 2)

_____. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, T.; HENRIQUE, P.; WITKOSKI, A.C. *Comunidades ribeirinhas amazônicas*. Manaus: EDUA, 2007.

_____; PINTO, J. R. *Etnoconservação da fauna Aquática no Médio Amazonas: situação atual e perspectiva*. I Encontro de Etnobiologia da Região Norte. Manaus 5 a 8 de dezembro, 2001. Disponível em: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA>

_____; ISAAC, V. *Sustentabilidade socioeconômica da co-gestão de recursos pesqueiros nas várzeas do rio Amazonas*. Acta Amazônica, 2009.

PETREIRE, M. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. II. Locais, aparelhos de captura e estatísticas de desembarque, *Acta Amazonica*, 1978. p. 8:1-54.

RUFFINO, M. L.. *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: Ibama, 2005.

_____. SILVA, E.C.; SILVA, C.; BARTHEM, R.; BATISTA, V.; ESTUPINAN, G.; PINTO, W. *Estatística pesqueira do Amazonas e Pará – 2003*. Manaus: Ibama/Provárzea, 2006.

SANTOS, V. *Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental*. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis 25 a 27 de abril, 2007.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

_____. Conflito e estrutura de grupo. In: MORAES FILHO, E. *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. p. 150-164.

SMITH, N. J. H. *A pesca no rio Amazonas*. Manaus: INPA, 1979.

SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: UNB, 1991.

TORRE, M. B. L. *Os agrupamentos sociais: constituição, formas, classificação, mecanismos de sustentação*. São Paulo: Nacional, 1987.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves, 1895.

WEBER. M. *Economia e Sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

_____. *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: TC, 1982.

WITKOSKI, A.C. *Terras, florestas e águas de trabalho*. Manaus: EDUA, 2007.

APÊNDICE – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Período: _____

N.º _____

COLETOR: _____ DATA: ___/___/___ HORA: _____

LOCALIDADE: _____ COMUNIDADE: _____

MUNICÍPIO: _____ UF: _____

COORDENADAS: Latitude _____ Longitude _____

1 IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____ SEXO: M () F ()

Local de Nasc. (Localidade): _____ Município: _____ UF: _____

Local da última moradia (localidade/município): _____

Estado Civil: solteiro () casado () união consensual () viúvo () separado ()

Grau de escolaridade: Nunca estudou () não lê e não assina o nome () só assina o nome ()

1ª a 4ª série () 5ª a 8ª série () Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto ()

Outros: _____

Qual a sua religião? _____

Qual a sua denominação? _____

Existem divergências de religião na comunidade? SIM () NÃO ()

Existe associação na comunidade: SIM () NÃO ()

Especificar: _____

Há quanto tempo existe a associação dos moradores? _____ O Sr. participa da associação?

SIM () NÃO ()

Como o Sr. participa da associação (descrever)?

2 FAMÍLIA

Você tem filhos? () SIM () NÃO QUANTOS: _____ Quantas pessoas moram na casa? _____

Identificação dos membros da família

Nome	Parentesco	Idade	Sexo	Atividades
	Pai			
	Mãe			

Para onde o senhor se desloca na época da cheia? _____

3 ETNOCONHECIMENTO

O Sr. se considera o que? Agricultor () Pescador () Caçador () Criador ()

Pescador-agricultor () Outros () _____

O Sr. pesca? SIM () NÃO () Há quanto tempo? _____

O Sr. Pesca para: () Subsistência () Comercial () Sub./Com.

Quais os apetrechos que o senhor mais utiliza para pescar? [hierarquizar]

Malhadeira () Linha de mão (linha e anzol) () Tramalha ()

Zagaia () Arrastadeira ou rede () Tarrafa ()

Canço () Arrastão ou redinha () Arpão ()

Estiradeira (espínhel) () Currico () Arco e flecha ()

Outros () _____

O senhor faz algum apetrecho de pesca? SIM () NÃO () Quais?

O senhor compra apetrechos de pesca? SIM () NÃO () Quais são:

Como o senhor conserva o pescado para comer? [hierarquizar]

No gelo () salga () Outros () : _____

Como o senhor conserva o pescado para vender?

No gelo () salga () Outros () : _____

O senhor costuma pescar com seus filhos? SIM () NÃO ()

Há estrago de pescado? SIM () NÃO ()

Por quê? _____

Houve uma diminuição da quantidade de peixes nos locais de pesca? SIM () NÃO ()

Por quê? _____

Quais foram os peixes que mais diminuíram na localidade? [hierarquizar]

Quais são os peixes que o senhor e sua família não gostam de comer?

Qual o melhor período do ano para pescar? Enchente () cheia () vazante () seca ()

Por quê: _____

Qual o pior período do ano para pescar? Enchente () cheia () vazante () seca ()

Por quê: _____

Qual o tipo de isca que o senhor usa para pescar?

Quais são os melhores horários para pescar? Manhã () Tarde () Noite ()

Quais são os piores horários para pescar? Manhã () Tarde () Noite ()

Especificar horário: _____

O que os peixes costumam comer?

Espécies de Peixe	Tipo de Alimentos [hierarquizar]			
	Enchente	Cheia	Vazante	Seca
1				
2				
3				
4				
5				

O senhor pesca em locais muito distantes? () SIM () NÃO

Especificar: _____

Por quê? _____

5 ETNOCONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Tem alguma época em que o senhor deixa de pescar para vender? SIM () NÃO ()

Qual? _____

Por quê? _____

O senhor sabe quando os peixes estão desovando?

Tipos de peixe	Época		Lugar onde desova (Ambiente/Nome)
	Enchente	Cheia	
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Na sua comunidade existe algum acordo para cuidar ou guardar os peixes? SIM () NÃO ()

Há quanto tempo existe este acordo? _____

O senhor teve conhecimento da discussão e criação do acordo? SIM () NÃO ()

Por quê a comunidade criou este acordo? _____

O senhor sabe como ocorreu a criação desse acordo? SIM () NÃO ()

O senhor participou da criação do acordo? SIM () NÃO ()

O senhor sabe o que diz esse acordo? SIM () NÃO ()

Nesse acordo, o senhor é responsável em cuidar de algum local de pesca? SIM () NÃO ()

Como o senhor faz isso? _____

O senhor concorda com esse acordo? SIM () NÃO ()

Por quê? _____

Quais são os locais protegidos pelo acordo de pesca (Ambiente/Nome)? _____

É permitido pescar nos lugares protegidos pelo acordo? SIM () NÃO ()

Quem pode pescar nesses lugares? _____

Quanto pode ser pescado? (quantificar e observar a unidade - caixa, Kg, t) _____

Que tipo de apetrecho podem ser usados para pescar nesses lugares? _____

Existem locais destinados (Ambientes/Nomes), somente para a pesca comercial da comunidade?

SIM () NÃO ()

Quais são? _____

Existem locais destinados (Ambientes/Nomes), somente para a pesca de subsistência? SIM () NÃO ()

Quais são? _____

Existem locais (Ambientes/Nomes) onde as pessoas não podem pescar? (**procriação de peixes**)

SIM () NÃO ()

Quais são? _____

Quais são os lugares (ambientes/Nomes) onde os pescadores de “fora” podem pescar?

Por quê? _____

Quais são os lugares (Ambientes/Nomes) onde os pescadores de “fora” não podem pescar?

Por quê? _____

O senhor acha que o acordo de pesca diminuiu os conflitos? SIM () NÃO ()

O senhor acredita que após o acordo houve um aumento do pescado? SIM () NÃO ()

5 MODALIDADES DE PESCA

O Sr. pesca mais para? venda () consumo ()

Por quê? _____

A maioria dos moradores pesca para vender? SIM () NÃO ()

O Sr. usa caixa de isopor na pescaria? SIM () NÃO ()

E o gelo, onde o Sr. consegue (identificar os fornecedores)?

Quantas pessoas da casa pescam diariamente para vender? _____

Existe algum tipo de peixe considerado *venda certa* [mais fácil de vender]?

Sim () Não ()

Quais?

Por quê

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

O senhor costuma pescar com alguém? Sim () NÃO ()

Quem?

Por quê?

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

O senhor ou alguém da sua família ganha algum tipo de benefício?

Quem?	Qual benefício? (aposentadoria, salário pesca, bolsa escola, bolsa família e outros)	Valor mensal (R\$)

6 CONFLITOS SOCIAIS NA PESCA

Existem conflitos nos locais onde o senhor pesca? SIM () NÃO ()

Quais são os locais (Ambientes/Nomes) de pesca onde acontecem conflitos com maior frequência?

[hierarquizar]

Quais os pescadores envolvidos nos conflitos da pesca?

O senhor já presenciou algum conflito com violência entre pescadores? Sim () Não ()

Quantas vezes? _____

Durante os conflitos, ocorreu a destruição de algum apetrecho de pesca? Sim () Não ()

Quantas vezes? _____

Há pescadores “de fora” nos locais de pesca da comunidade? SIM () NÃO ()

De onde vem? _____

Existem conflitos entre os pescadores da comunidade e os pescadores “de fora”? SIM () NÃO ()

Existem conflitos entre os pescadores da própria comunidade? SIM () NÃO ()

Existem conflitos entre as comunidades da localidade por causa do pescado? SIM () NÃO ()

Quais são as comunidades envolvidas nos conflitos? _____

Os moradores desta comunidade costumam se reunir para discutir a pesca? SIM () NÃO ()

Por quê motivos? _____

Os moradores desta comunidade costumam se reunir com as demais para tratar de assuntos sobre a pesca?

SIM () NÃO () Por quê? _____

Quantas vezes no mês há reunião na comunidade para discutir a pesca? _____

7 ATIVIDADES GERAIS

O Sr. trabalha em outro tipo de atividade? SIM () NÃO ()

TERRA	Agricultura <input type="checkbox"/>	O que o Sr. Planta?		Renda / safra (referência unidade)	
		Subsistência	Comercial (produtos mais significativos)		
	Criação de Animais <input type="checkbox"/>	Que animais o Sr. cria?		Renda (referência unidade)	
		Subsistência	Comercial		
FLORESTA	Extrativismo Vegetal	Madeireiro <input type="checkbox"/>	Subsistência <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/>	Renda	
		Não-Madeireiro <input type="checkbox"/>	Subsistência <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/>	Renda	
	Extrativismo Animal	Caça <input type="checkbox"/>	Subsistência <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/>	Renda	
	ÁGUA	Extrativismo Animal	Pesca <input type="checkbox"/>	Subsistência <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/>	Renda
			Caça <input type="checkbox"/>	Subsistência <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/>	Renda

